

Vereadores da CDU
na Câmara Municipal de Odivelas

Dezembro de 2014



A Revolução de Abril e o Povo de Odivelas

Apontamentos para a história local



*«(...) a adoção de políticas
que potenciem a criação de uma
verdadeira identidade de concelho,
que valorize as suas raízes históricas
e sociais e os que a fizeram e fazem
todos os dias: o Povo de Odivelas.»*

**Programa Eleitoral da CDU
Mandato 2013-2017**

ÍNDICE

ÍNDICE	3
O que nos move...	6
Mesa Redonda – A Revolução de Abril e o Povo de Odivelas	9
1. A resistência antifascista também passou por aqui	13
Abertura - Fernanda Mateus	14
Apontamentos para a história da resistência... - Adventino Amaro	19
Fiquei a saber como era a repressão – Vitor Rosa	25
A minha prisão a 22 de Junho de 1971 – João Viegas	26
Trilhos de Resistência – Luís Veiga	28
2. A atividade clandestina em Odivelas	37
Tipografias em Odivelas	39
O Apoio aos militantes do PCP na clandestinidade – Fernanda Sanches	40
Extrato do livro «Aconteceu», de Chico Galiza	41

ÍNDICE

3. Percursos de Resistência	44
Amélia Maria Estevão	46
Olga Henriques Gil	46
Adelina Jesus Pereira	47
Francisco Firmino Galvão	49
Rosa da Conceição Vedorias Passão	53
Manuel Gomes	55
João Francisco Grilo do Cabo	62
4. As marcas do Fascismo no território e no seu povo	64
Do rural ao urbano - Olga Taborda	65
Fragmentos da realidade social no Fascismo - Maria da Luz Nogueira	71
O direito à livre associação - Rui Francisco	81
5. A revolução de Abril e a participação popular	84
Nada melhor para cumprir Abril do que momentos destes.... - Miguel Ferreira	85
Foi então que houve uma grande explosão... A Revolução de Abril de 1974 - António Pacheco	90

ÍNDICE

Uma verdadeira explosão e democratização desportiva – Carlos Lourenço	93
Apontamentos para a história de Odivelas – Eduardo Batista	97
6. O 25 de Abril e os Direitos das Mulheres	143
«Uma revolução na Revolução – O 25 de Abril e os direitos das mulheres»	144
Declaração política dos vereadores da CDU na Câmara Municipal de Odivelas - Dia Internacional da Mulher 40 anos depois de Abril	149
Saudação dos Vereadores da CDU na Câmara Municipal de Odivelas às trabalhadoras do Município de Odivelas	150
Caneças, o passado e a participação da mulher na comunidade – Amélia Figueiredo	151
«As lavadeiras de Caneças»	153
7. Acrescentar mais história à história local	157
8. Bibliografia	161

O que nos move...

A comemoração dos 40 anos da Revolução de Abril deverá constituir um ponto de partida para acrescentar mais história à história local.

Um histórico local que incorpore muitas histórias de vida que são exemplos de resistência ao fascismo, de luta pela liberdade e democracia, que estabeleça o retrato da evolução deste território de rural a urbano, as duras condições de vida dos trabalhadores e da sua população, para o país e para o concelho, o papel desenvolvido pela importante e decisiva participação popular após a Revolução de Abril - de homens e mulheres - em comissões de bairros e de melhoramentos, em coletividades de cultura e desporto e do papel do poder local democrático.

Esta é uma dimensão da história local indissociável da defesa e valorização do conjunto do património histórico e de interesse municipal. E, por isso, a CDU em Odivelas apresenta **um conjunto de propostas que devem ser integradas na política municipal:**

A criação do **Arquivo da Memória Oral**, dando início ao processo de recolha sistemática de testemunhos relativos a este período da história local e nacional, que venha a ser disponibilizado para a população através da criação de um **Centro Interpretativo da Oralidade**.

A criação de um **Núcleo Museológico da História Local, que se complemente e se articule com outros pólos**, como é o caso do **Núcleo Museológico do Posto de Comando do MFA**, na Pontinha, e com outros projetos existentes, designadamente a **criação do Centro Interpretativo da Água**, em Caneças.

Estas são novas componentes que devem ganhar centralidade na política municipal na área do património cultural, contando com o contributo qualificado dos técnicos da Câmara Municipal de Odivelas que intervêm nesta área, e envolvendo muitos dos obreiros desta intervenção neste período da história, promovendo o interesse de investigadores e linhas de estímulo e de apoio à intervenção das Juntas de Freguesia e das coletividades, entre outras.

O território que hoje integra o concelho de Odivelas é conhecido, sobretudo pelo seu desordenamento, pelo excesso de «betonização» e pelos elevados índices de ocupação de solos que pontuam em extensas áreas.

Neste território continuam a subsistir disparidades entre zonas de génese ilegal e novas urbanizações. Continuam a existir diferenças significativas de qualidade urbana entre várias zonas concelhias, nomeadamente no que respeita ao próprio espaço público, à oferta de zonas verdes e de equipamentos coletivos para o conjunto da população.

O concelho de Odivelas expressa uma enorme falta de cuidado no planeamento de uma ocupação territorial consistente e articulada. É bem patente o descuido na elaboração de um desenho urbano coerente com a própria morfologia do território concelhio. Dessa inconsistência e desarticulação resultou um Concelho em que as diversas centralidades não se interligam, acentuando assim as características de dormitório da cidade de Lisboa.

Tudo isto contribui para a perda da própria identidade concelhia, gerando comunidades que não se interligam e não potenciam as suas capacidades e anseios no jovem concelho de Odivelas.

Acreditamos firmemente que, com uma nova política que dê primazia ao interesse público, é possível alterar todo este quadro e, progressivamente, construir, com o apoio de quem aqui reside e trabalha, um concelho moderno, equilibrado e socialmente mais justo. Só uma política democrática que rejeite as pressões dos grandes interesses especulativos, e se apoie na mobilização das próprias populações, pode conseguir essa transformação.

Nestes domínios, a CDU continuará a intervir, não se resignando nem com a herança do fascismo neste território, nem com as consequências de décadas de política de direita para o país nem das resultantes para o concelho de Odivelas da gestão do PS na presidência do Município desde a sua criação e contando sempre com o PSD como parceiro na gestão municipal.

Estamos convictos de que, com uma política municipal diferente nos diversos domínios - do urbanismo ao ambiente, da cultura à educação, da saúde aos transportes - teria sido possível intervir na correção dessas disparidades, tendo por base uma orientação centrada numa gestão pública ao serviço do interesse público, criteriosa na utilização dos recursos disponíveis. É por essa gestão e por esses objetivos que a CDU se continuará a bater, quer nos órgãos autárquicos, quer fora deles.

Construir uma política de valorização do património histórico e cultural consistente e articulada é parte integrante do projeto autárquico da CDU para o concelho de Odivelas. Ela está refletida no Programa Eleitoral da CDU para o mandato autárquico de 2013-2017. No ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril, a CDU avança um conjunto de propostas muito concretas, que se inserem na adoção de políticas municipais que potenciem a criação de uma verdadeira identidade de concelho, que valorize as suas raízes históricas e sociais, e os que as fizeram e fazem todos os dias: o Povo de Odivelas.

Com a apresentação do presente **dossier** queremos dar a devida força ao passado com os olhos postos no futuro.

Os grandes valores da Revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projetam-se como realidades objetivas, assentes nas experiências e aspirações populares de um futuro digno para Portugal.

Não desistimos, por isso, de intervir e de lutar contra o ataque ao poder local democrático - às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia -, nem tão pouco contra a ofensiva aos direitos dos seus trabalhadores, garantes da qualidade da gestão autárquica.

Não nos conformamos com a regressão, o desemprego, o empobrecimento que cresce no concelho e no país. Estamos convictos da urgência e indispensabilidade da exigência de rutura com a política de direita, por uma política patriótica e de esquerda para o país. Estas são prioridades que não abandonamos.

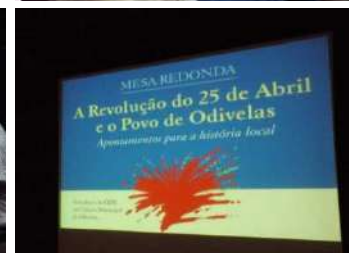
MESA REDONDA

A Revolução do 25 de Abril e o Povo de Odivelas

Apontamentos para a história local

Vereadores da CDU
na Câmara Municipal
de Odivelas





Os vereadores da CDU promoveram a 5 de Julho de 2014, no Café-Teatro do Centro Cultural da Malaposta, uma Mesa-Redonda subordinada ao tema «A Revolução do 25 de Abril e o Povo de Odivelas - Apontamentos para a história local».

Num debate vivo e interessado por parte dos sessenta participantes, dos quais vinte e um intervieram ao longo da tarde, apresentando os seus testemunhos comprovativos de que a resistência ao fascismo também passou pelas freguesias que hoje integram o concelho de Odivelas, com testemunhos da transformação deste território de rural a urbano, das duras condições de vida a que os trabalhadores e a população foram sujeitos neste período negro da história do país, da importância da participação das populações, do papel do movimento associativo e popular e do poder local democrático após a Revolução de 1974.

O tempo de duração desta Mesa-Redonda «soube a pouco». Mas a decisão de a realizar tornou possível recolher um conjunto de relevantes testemunhos que dão corpo à edição deste dossier.

Entretanto, na preparação desta Mesa-Redonda, fizeram-nos diversos relatos em conversas informais que queremos registar:

✓ O de Fátima Amaral, quando nos dizia que foram os trabalhadores da UNIBOR que, na madrugada do 25 de Abril de 1974, lhe disseram que estava em curso uma Revolução, pois ela tinha passado a noite a distribuir folhetos do PCP para o 1º de Maio que se pensava ir ser comemorado ainda na ilegalidade;

✓ O de Domingos Marques, que nos levou ao Parque 3 de Abril, no Bairro da Memória (que atualmente se encontra em estado de profunda degradação), para nos explicar que juntou vários elementos da população, que se organizou em Comissão de Melhoramentos logo após a Revolução de Abril, trabalhando em colaboração com a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures para que este parque se tornasse uma realidade ao serviço da população;

Continuação...

- ✓ O de Armindo Fernandes, que nos falou do Manuel Sacavém - velho resistente antifascista, que realizou um plenário com a população de Caneças no 25 de Abril de 1974 - e lembrou ainda as figuras de Fernanda Ventura e da Ti Maria Carcavelos , lavadeiras de Caneças;
- ✓ O de Fernanda Sanches que nos alertou para um artigo publicado num jornal sobre portugueses em campos de concentração nazis e que refere ter havido um português, nascido em Odivelas, nesses campos de extermínio.



1. A RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA TAMBÉM PASSOU POR AQUI....



Da esquerda para a direita, em cima: Instituto de Odivelas; Drograria na Rua Guilherme Gomes Fernandes; na mesma rua, à direita da foto, o local onde se vendia a marmelada de Odivelas. Da esquerda para a direita, em baixo: Fontainhas – Caneças; Cruzeiro de Odivelas; e Monumento do Senhor Roubado - Fotos retiradas de «Odivelas de Outros Tempos» - Página Facebook

Abertura

Fernanda Mateus

Em meu nome e dos vereadores da CDU - Maria da Luz Nogueira e Rui Francisco - saúdo carinhosa e fraternalmente todos os presentes no Café-Teatro do Centro Cultural da Malaposta - o espaço escolhido para realizar esta Mesa-Redonda: **«A Revolução do 25 de Abril e o Povo de Odivelas - Apontamentos para a história local»**.

Queremos, em primeiro lugar, adiantar alguns elementos que contextualizam as razões de realização desta Mesa-Redonda e os objetivos que, a partir dela, se pretendem impulsionar.

Do conjunto de intervenções realizadas na Câmara Municipal de Odivelas (CMO) no que concerne aos conteúdos das comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril, que este ano se assinalam, destacamos os seguintes aspetos:

✓ **A valorização da Revolução de Abril na conquista de direitos para as mulheres portuguesas**, no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Mulher, em declaração política na reunião da CMO, a 26 de Fevereiro de 2014.

✓ **Os 40 anos da Revolução de Abril e o Povo de Odivelas**, em que se destacou, na declaração proferida em reunião da CMO de 26 de Março, a existência de muitas histórias de resistência ao fascismo, no plano político, social e cultural, com intervenção de militantes comunistas e de outros democratas e antifascistas. Histórias que precisam de ser contadas e valorizados os seus protagonistas. Destacámos, então, que estão por contar muitas dessas histórias de vida e experiências extraordinárias de participação e transformação social que envolveram a população do concelho de Odivelas após a Revolução de Abril.

✓ **Nas vésperas do 25 de Abril, na declaração política** proferida em reunião da CMO, destacámos os aspetos que marcaram os 48 anos do fascismo e a Revolução de Abril como um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal, não esquecendo os retrocessos que marcam o tempo presente. Reafirmámos que comemorar esta data significa não esquecer o passado e, de igual modo, lembrá-la como acontecimento maior da história contemporânea e, sobretudo, tendo em vista projetar os seus valores no futuro do concelho de Odivelas e do país.



Foto cedida pelo Centro Documental de Odivelas do PCP

Destacamos, ainda, que **no âmbito do Prémio Municipal Carolina Beatriz Ângelo**, atribuído no Dia Internacional da Mulher, os vereadores da CDU procederam à sistematização de biografias de mulheres do concelho cujas vidas são exemplos de resistência ao fascismo (Olga Gil, Amélia Maria Estevão, Rosa Passão), bem como de participação na vida económica, social e política e em importantes funções sociais, participação só possível graças à Revolução de Abril.

Deste trabalho foi acolhida, favoravelmente, a atribuição do Prémio Carolina Beatriz Ângelo a Olga Gil, tendo o gabinete técnico de apoio aos vereadores da CDU na CMO dado um contributo decisivo para a apresentação de **um pequeno vídeo** sobre a sua vida, em estreita relação com a luta mais geral de resistência ao fascismo.

Chegados até aqui, considerámos ser necessário ir mais longe no nosso contributo para tornar clara a necessidade das comemorações dos 40 anos da Revolução deverem constituir uma oportunidade para estimular o conhecimento, o interesse e a divulgação do contributo do povo de Odivelas na resistência ao fascismo, lembrar as duras condições de vida a que esteve sujeito, a importância da Revolução de Abril - enquanto acontecimento maior da história contemporânea do país e do território que hoje constitui o concelho de Odivelas - e a forte participação popular pela melhoria das condições de vida, pelo direito aos transportes, a ruas e estradas, a parques infantis, ao desporto e à cultura.

Odivelas é um concelho jovem. Mas é antiga a história do seu território, como está patente na Anta de Pedras Grandes e Povoado da Serra da Amoreira, que remonta à ocupação romana, à presença de D. Dinis, que foi preponderante para o desenvolvimento do território que constitui hoje o concelho de Odivelas, a edificação do Mosteiro de S. Dinis, local que o monarca escolheu para ficar sepultado, a presença de D. João V e de notáveis músicos e poetas da sua corte, os cem anos de ligação ao concelho de Loures e o papel da Pontinha no movimento militar que conduziu ao 25 de Abril de 1974.

Neste importante património histórico e cultural, que importa preservar e potenciar, é indispensável meter mãos à obra e iniciar-se a recolha e sistematização da trajetória deste território e do país no século XX como uma nova e importante dimensão da história local.

Fazendo uma incursão pela bibliografia publicada desde a criação do concelho de Odivelas, verifica-se que está por fazer a história da resistência ao fascismo neste território, da intervenção dos trabalhadores e da população após a Revolução de Abril e as importantes mudanças que se operaram nas suas vidas e na comunidade local.

A história local tem de ser feita incorporando muitas histórias de vida que são exemplo de resistência ao fascismo e de luta pela liberdade e democracia, mas igualmente retratando as duras condições de vida dos trabalhadores e do povo, impostas por 48 anos de fascismo.

Sem esquecer aqueles que deram corpo à atividade das coletividades então existentes - a Sociedade Musical Odivelense, Sociedade de Caneças e outras - como os únicos espaços de cultura feita pelo Povo e para o Povo. E tem de ser feita relevando a importância da Revolução de Abril para o país e para o concelho, o papel desenvolvido pela extraordinária e decisiva participação popular - de homens e mulheres - em comissões de bairro e de melhoramentos, em coletividades de cultura e desporto que então nasceram, e no poder local democrático.

Para a realização desta Mesa-Redonda convidámos a participar homens e mulheres cuja história de vida tem uma estreita ligação com o período da história que queremos destacar.

Desafiámos muitos deles para que nos dessem testemunhos por escrito e muitos assim o fizeram, alguns dos quais não puderam estar hoje connosco por compromissos anteriormente assumidos.

A realização desta Mesa-Redonda pretende ser um ponto de partida para um novo compromisso que queremos cumprir neste ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril.

Um ponto de partida para elaborar um dossier da CDU, tendo por base as intervenções desta Mesa-Redonda, os testemunhos escritos por pessoas que não puderam estar hoje connosco, e outros elementos relevantes que consubstanciem o nosso contributo para a história local relativamente ao período a que nos reportamos.

E, igualmente, um ponto de partida para novas iniciativas da CDU nos órgãos municipais, visando:

1. No âmbito do aniversário do Município de Odivelas, e num ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril, iremos propor que seja dado relevo à homenagem a mulheres e homens que são exemplo de resistência ao fascismo e/ou de participação após a Revolução de Abril, designadamente no movimento associativo popular.
2. Apresentaremos, na Câmara Municipal, um conjunto de recomendações nos domínios do património cultural, designadamente a criação do Arquivo da Memória Oral, que inicie o processo de recolha sistemática de testemunhos relativos a este período da história local e nacional e que venha a ser disponibilizado para a população através da criação de um Centro Interpretativo da Oralidade. Defenderemos, ainda, a criação de um Núcleo Museológico da História Local que se complemente e se articule com outros polos, como é o caso do Núcleo Museológico do Posto de Comando do MFA, na Pontinha, e os projetos existentes para a criação do Centro Interpretativo da Água, em Caneças.
3. Assumiremos um papel ativo para que a dimensão destas componentes da história local tenha espaço e lugar na política municipal na área do património cultural, contando com o contributo qualificado dos técnicos da CMO que intervêm nesta área, e envolvendo muitos dos obreiros desta intervenção, incentivando o interesse de investigadores e promovendo linhas de estímulo e de apoio à intervenção das Juntas de Freguesia e das coletividades, entre outras.

Esta Mesa-Redonda e os objetivos que pretendemos a partir dela impulsionar partem da importância de nestas comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril, e nos anos vindouros, se darem novos passos que afirmem novas dimensões da história local que está por fazer.

Passemos, então, ao debate.

«...Estes são meros exemplos de resistência no plano político, social e cultural em que intervieram militantes comunistas, mas igualmente tantos outros democratas resistentes antifascistas. São histórias, das muitas histórias que estão por contar e que precisam de ser contadas e valorizados os seus protagonistas...»

Declaração Política
Vereadores da CDU na CMO
26 de Março de 2014



Foto cedida pelo próprio

Há muitas e variadas opiniões sobre as razões concretas que terão levado as forças armadas portuguesas, sob o impulso dos oficiais mais jovens, a pôr cobro à feroz ditadura fascista que durante 48 anos aterrorizou o povo português, abrindo caminho a uma revolução que o povo, até aí amordaçado, fez sua.

A ação libertadora concretizada na data histórica de 25 de Abril de 1974 não nasceu de forma espontânea nem caiu do céu como uma dádiva divina.

Ela foi a consequência lógica de décadas de luta do povo português, que sempre resistiu com as armas de que dispunha, que eram, no fundamental, as mesmas que hoje tem. A luta persistente e sem desânimo contra todas as prepotências e injustiças (através de greves, manifestações, iniciativas políticas de âmbito cultural, etc.) abriu caminho a uma progressiva consciencialização de vastas camadas da população, a que as forças armadas não foram, naturalmente, insensíveis. E foi do seu seio que, interpretando as mais legítimas aspirações de um povo sedento de liberdade e progresso social, emergiu o movimento dos capitães que acabou por derrubar um regime que se impunha pela força das armas, virando-as finalmente para o alvo certo.

No concelho de Odivelas, as comemorações dos quarenta anos do 25 de Abril ficariam incompletas se não houvesse um esforço para lembrar que **a luta de resistência ao fascismo também passou por aqui.**

Não se podendo considerar que no atual território deste concelho se tenha constituído propriamente um baluarte da resistência, também é verdade que, nessa altura, fazíamos parte do concelho de Loures, e aqui sim, fruto da grande massa de operariado que laborava em grandes empresas industriais, a luta desenvolvia-se com grande intensidade.

Faremos uma primeira abordagem a essa realidade, conscientes de que muito ficará por contar e por saber e muitos outros acontecimentos importantes se terão desenrolado nesta terra. Contamos com a colaboração de todos os presentes (e de outros que não puderam aqui estar hoje) para que venha a ser possível completar, na medida do possível, *a história real da resistência neste concelho*.

Tentando respeitar minimamente a ordem cronológica dos factos, começo por referir a existência, entre 1942 e 1971, de casas clandestinas nas freguesias de Odivelas, Caneças, Pontinha, Olival de Basto e Ramada. Nestas casas residiam militantes comunistas na clandestinidade, a partir das quais exerciam a sua atividade tendo em vista permitir o esclarecimento e a mobilização para a luta junto das populações.

De 1945 a 1948, funcionou em Odivelas a tipografia do jornal «A voz do Soldado».

Em 1959, na estrada de Santo Eloy, freguesia da Pontinha, esteve instalada a tipografia de «O Militante».

De 1963 a 1965, o «Jornal Anticolonial» era impresso numa tipografia instalada na estrada da Paiã, em Odivelas.

Escusado será dizer que todas estas tipografias funcionavam na mais rigorosa clandestinidade e eram um instrumento indispensável à atividade do Partido Comunista Português, único partido que resistiu ao golpe de Estado Fascista de 1926, não desertando nem se autodissolvendo como fizeram todos os outros.

Algumas famílias deste concelho acolheram em suas casas, em dados momentos, militantes comunistas na clandestinidade, pondo em risco a sua própria segurança e liberdade.

Em 1969, aquando de mais uma farsa eleitoral promovida pelo fascismo (agora Marcelista) para tentar lavar a face, foi instalada uma sede da CDE na casa onde hoje funciona a Casa da Memória, junto ao Cruzeiro de Odivelas. O aluguer da casa não foi fácil, mas foi conseguido com muita habilidade pelo nosso amigo Manuel Gomes, da Póvoa de Santo Adrião.

Permitam-me aqui uma breve nota pessoal, para dizer que foi exatamente neste local e neste ano que iniciei, a sério, a minha atividade política.

A organização unitária de resistência, que continuou a funcionar para além da farsa eleitoral de 1969, manteve uma atividade regular nos anos seguintes. Reunia invariavelmente na cave dos restaurantes «O Pato» e «A Gruta» e no café «Sol de Inverno», sem que os seus proprietários se apercebessem dos objetivos desta clientela.

Promoveu-se, em casa do João do Cabo, na Serra da Luz, uma ação de alfabetização para os moradores daquele bairro, segundo o método de Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro do século XX, baseado na «alfabetização visual». Esta iniciativa não durou muito tempo, por pressão de alguns moradores da zona que não resistiram às ameaças das autoridades da altura.

Em 1971 foi aberta uma delegação da Cooperativa Devir no Bairro Lima Pimentel, em Odivelas, cuja sede se situava na Avenida Duque de Loulé, em Lisboa.

Esta Cooperativa, para além da divulgação do livro, realizou várias iniciativas de âmbito cultural. Por ali passaram em sessões de convívio (e de luta, naturalmente) Adriano Correia de Oliveira, Carlos Paredes, José Jorge Letria, Tossan, etc. Ali se realizou ainda uma sessão comemorativa do Dia Internacional da Mulher, com a participação de Sérgio Ribeiro. Esta delegação foi encerrada pela PIDE, simultaneamente com a sua sede, creio que no ano de 1972.

No dia 22 de Junho de 1971, foi preso pela PIDE, após perseguição pelas ruas de Odivelas, o militante comunista João Viegas. Aproveitando o facto de, na véspera, ter sido assaltada uma dependência bancária na Avenida de Roma, em Lisboa, e o assalto ter sido amplamente divulgado nos telejornais da altura, os Pides, durante a perseguição, gritavam «agarra que é ladrão», o que levou as pessoas, que esperavam o transporte público para irem trabalhar, a ajudarem na captura.

No dia seguinte muita gente comentava, com evidente satisfação, que «um dos ladrões já tinha sido preso em Odivelas».

Para repor a verdade dos factos junto da população, numa das noites seguintes foram feitas várias «pichagens» com nitrato de prata* em prédios de Odivelas, com especial incidência na Rua Serpa Pinto, onde o João morava, com palavras como «Viegas não é ladrão, abaixo a Pide», «Liberdade para Viegas», etc.

*O nitrato de prata é um «sal inorgânico», sólido à temperatura ambiente, de cor esbranquiçada e sensível à luz. É usado em fotografia convencional, em eletrodeposição, na fabricação de vidros ou espelhos. É também usado em tintas capilares e antissépticos.

No que nos importa aqui referir, o nitrato de prata era uma ótima segurança para aqueles que a utilizavam, escrevendo nas paredes dos prédios as frases «subversivas» que denunciavam as atrocidades do regime fascista que dominou o país durante 48 anos.

Em minúscula quantidade, era dissolvido em água em frascos de boca larga, que era tapada com panos absorventes, devidamente acondicionados e bem amarrados para não se soltarem, e que serviam de pincel para as inscrições a fazer.

Ficava assim a arma, a que chamávamos de «boneca», pronta a ser utilizada.

As frases que escrevíamos não eram visíveis na altura. Por isso, chegávamos a fazer este trabalho antes da meia-noite, com a população ainda a circular pelas ruas.

Só no dia seguinte, com o sol a bater nos prédios, as inscrições apareciam em todo o seu esplendor, não mais sendo possível removê-las a não ser picando as paredes.

Por esta altura e todos os anos, às zero horas do dia 1º de Maio, comemorava-se o nascimento deste dia com lançamento de foguetes na Serra de Frielas. Depois, durante o dia, lançavam-se para a via pública, em locais estratégicos, documentos de luta, designadamente «o Avante!», jornal clandestino.

Normalmente, em vésperas de dias comemorativos de datas históricas, designadamente do 1º de Maio e do 5 de Outubro, utilizando sempre o nitrato de prata que nos era fornecido pelo José Gouveia de Mosca (que viria a ser o primeiro presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures após o 25 de Abril), faziam-se pichagens com frases alusivas ao evento e, também, contra a guerra colonial. Esta ação estendia-se por vezes à cidade de Lisboa, em especial à Alameda das Linhas de Torres.

Faziam-se recolhas de fundos para a CNSPP (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos), criada em 17 de Dezembro de 1969. Esta atividade era coordenada, localmente, pela Rosa Passão, da Póvoa de Santo Adrião.

Na noite de 11 para 12 de Maio de 1970, 48 famílias, que habitavam barracas em bairros degradados, invadiram e ocuparam um conjunto de casas pré-fabricadas no Bairro do Bom Sucesso em Odivelas, propriedade da Federação das Caixas de Previdência (habitações económicas), que se encontravam desocupadas há cerca de três meses.

Foi criada uma «Comissão de Solidariedade aos Desalojados» que prestou todo o apoio possível àquelas famílias.

Foi publicado, em 1971, pela editora «Afrontamento», o livro «Ocupação», onde se relata em pormenor todo o processo subsequente.

Integrados na luta mais geral do concelho de Loures (a que pertencíamos), participámos no III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro no ano de 1973, com uma camioneta de resistentes antifascistas representativos do concelho.

Participámos ainda numa romagem ao cemitério de Vila Franca de Xira em homenagem a Alves Redol, onde de manhã sofremos violenta repressão policial e à tarde estivemos cercados pela polícia de choque numa garagem para onde nos tínhamos deslocado e realizado um encontro de carácter político. Na mesa desse encontro encontravam-se, entre outros, Maria Lamas e Rosalina Pinho.

Instados pela polícia a sair, recusámo-nos a fazê-lo enquanto não fossem libertados os jovens que haviam sido presos durante a ação repressiva da manhã.

Também em Vila Franca de Xira acompanhámos o funeral de Albina Pato, companheira do dirigente comunista Octávio Pato que se encontrava preso na altura. Este funeral constituiu também uma grande jornada de luta antifascista, com as forças repressivas em grande número e fortemente armadas a terem de engolir as intervenções políticas feitas junto à cova onde se realizou o enterro, e proferidas por Luísa Amorim e José Manuel Tengarrinha, baldadas que foram todas as tentativas para as proibir.

Realizavam-se jantares comemorativos do 5 de Outubro, normalmente em Sacavém, e faziam-se reuniões «conspirativas» em piqueniques nas matas de Santa Cruz, no concelho de Torres Vedras.

Em 1973, numa garagem situada na Rua Alexandre Herculano, em Odivelas (cedida gratuitamente por um construtor civil da freguesia), funcionou a sede da CDE na batalha eleitoral para a Assembleia Nacional, última farsa pseudodemocrática levada a cabo pelo fascismo Marcelista. Ali se realizaram várias sessões públicas de oposição ao regime, com especial incidência na rejeição da criminosa guerra colonial que os portugueses eram obrigados a travar.

Havia uma rigorosa proibição de se falar sobre este tema, e isso era solenemente informado pelas «forças da ordem» antes do início de cada sessão.

Claro que chegava sempre a hora de um dos oradores se referir a essa guerra, condenando-a com veemência. Nessa altura a sala era evacuada através de cargas policiais (a cargo da Guarda Nacional Republicana) mais ou menos violentas e os participantes na sessão iam sendo empurrados para a rua cantando o «Avante Camarada».

Estas ações repetiram-se ao longo da campanha eleitoral, sempre com o mesmo animadíssimo final.

Na altura não o sabíamos ainda, mas estávamos na reta final de uma longa noite de terror, que iria terminar numa linda madrugada de Abril do ano seguinte.

E pronto. Em traços muito gerais é esta a minha contribuição, porventura pobre, para a história da resistência em Odivelas. História que ficará com certeza muito mais rica com a contribuição de todos.

Fiquei a saber como era a repressão...

Vitor Rosa

Campanha eleitoral de 1973.

Regressava da Escola Afonso Domingos, seriam 23h00.

À entrada de Odivelas, onde hoje existe a Moviflor, estavam estacionadas várias viaturas militares cheias.

A minha curiosidade dos meus 20 anos fez-me ir ver o que se passava.

Na garagem havia uma sessão de esclarecimento política (MDP), onde alguém discursava frente a um militar fardado, sentado numa cadeira.

O tema era a guerra colonial, a oradora dizia que não se devia ir para a guerra.

O militar legionário grita que o assunto é proibido.

A oradora fala sem parar.

O legionário assopra forte num apito.

A tropa entra a municiar as velhas Mauser (espingarda usada pela GNR até 1974).

O povo revoltado sai, gritando palavras contra a Guerra.

Eu fico para o fim, curiosidade! Sim porquê? Aquela tropa toda a entrar.

Sou agredido pelo Comandante com a espada, que me quer só meter medo, eu que não sei de nada e estou curioso.

Na rua todos são agredidos com as Mauser a fazerem de cassetete.

Sou agredido várias vezes, sem saber do que se passa, ingenuidade minha é certo, mas foi um bom «batismo de guerra».

Era noite e não havia máquinas de fotografar...

Fiquei a saber como era, e deixei de ter dúvidas.



Foto cedida pelo próprio

A minha prisão a 22 de Junho de 1971

João Viegas

Hoje é domingo, 13 de Abril de 2014...

... Já tenho pensado várias vezes «nesta tarefa» e ainda não sei o que dizer... talvez seja não saber por onde lhe pegar.

... Ou, talvez seja outra coisa que não sei o que é, o que não me conforta nem me ajuda.

Raramente falo disto e escrever muito menos - as suas consequências já se passaram há muito, ficou (e está pouco definido) o resumo dos factos aos quais tenho dado pouca relevância coletiva e muito menos importância individual - até, sinceramente, acho que é mais relevante a ação dos militantes de Odivelas que, à caída da minha prisão e em espaço de tempo reduzido, conseguiram fazer as pichagens nas paredes da Rua Serpa Pinto e na Rua D. Dinis (Odivelas), referindo a prisão política, repondo a verdade e exigindo a libertação do preso político - e foram, se não me engano, em cinco locais com frases como: «Viegas não é ladrão», «Abaixo a ditadura» e «Liberdade a Viegas». A primeira foi mesmo à porta da minha casa (que foi tapada com tinta branca) e outra, mais longe, foi feita na Rua D. Dinis, artéria principal de Odivelas, que só foi apagada há poucos dias, em Março de 2014 (ver foto).

A minha prisão aconteceu no dia 22 de Junho de 1971, julgo que mais de um mês e meio depois de outros militantes terem sido presos (caso Lindolfo) - devo ter sido a última ponta que prenderam, nunca consegui saber quem tinha finalmente localizado na PIDE a minha casa. Saído da prisão anterior em Dezembro de 1968, em 1971 a minha «militância» era (muito) reduzida e em Odivelas (quase) ninguém me conhecia.

Agora os factos que deram que falar na minha prisão...

A PIDE foi a minha casa a 22 de Junho de 1971 pelas 7.30/8 horas da manhã, e eu tentei fugir pelas traseiras. Como as traseiras não tinham acesso fácil à rua, uma família deixou-me passar pelo interior da sua casa para a Rua Serpa Pinto.



Foto cedida pelo próprio

Dois pides faziam a guarda à rua e assim que assomei à rua começaram a gritar: «roubaste dois mil e ainda queres roubar mais» (no dia anterior, em Lisboa, tinha havido o primeiro roubo a um banco, na Avenida de Roma, onde foram roubados dois mil contos).

A correr esquivei-me dos pides e comecei a dizer que era a PIDE que me estava a querer prender. Um deles começou aos tiros ao que o outro, e aos gritos, lhe disse para ter cuidado, e eu comecei por julgar que eram tiros de pólvora seca e daí em diante comecei a correr aos ziguezagues.

Quando entrei na Av. Abreu Lopes não tinha noção para onde me dirigir, segui então no sentido de Lisboa. Como o alarido dos pides era imenso e era fresca a notícia do assalto ao banco, as pessoas que estavam nas paragens de autocarro para irem trabalhar, julgando-me o ladrão do banco, começaram-me a fazer um cerco que não consegui furar. Então um dos pides agarrou-me e aproveitou para se vingar, dando-me umas valentes coronhadas com a pistola que tinha andado aos tiros - começou a jorrar sangue da minha cabeça e mais tarde comecei com vômitos.

É aqui, no sentido da subida da Serpa Pinto, já que os pides iriam buscar o carro deles perto da minha casa, que o dito «padeiro» se acercou mais perto e julgando que os pides eram da Judiciária queria dar-lhes apoio em qualquer coisa, ao que os pides o mandaram embora sem muitas delongas. Já de carro, os pides foram-me pôr na GNR, enquanto isso foram fazer a busca à minha casa.

No quartel da GNR, um dos guardas julgando-me o ladrão queria «pôr-me a bailar», ao que um dos pides lhe disse para sossegar. Mais tarde pedi água para beber e interpelei o GNR que me trouxe a água dizendo-lhe que o que acontecia não era roubo nem ladroagem mas que era a PIDE e que eu era preso por política. Então o GNR disse: «é política, nisso não me meto».

... Eis as desventuras dum «padeiro» no âmbito de uma prisão política.

... Depois do 25 de Abril alguns vizinhos dirigiram-se a mim referindo que eu não lhes era desconhecido pois tinham-me conhecido na fuga frustrada que encetei nesse dia de 22 de Junho de 1971, há 43 anos.

Trilhos de Resistência

Nota Explicativa:

Tínhamos casado em Agosto de 1973, eu e a Fernanda. Viemos viver para a Póvoa de Santo Adrião numa casa alugada. Éramos estudantes do Instituto Superior Técnico (IST), colaboradores associativos (assim se designavam os estudantes que colaboravam de perto e intensamente com os corpos gerentes das associações de estudantes, constituindo como que um seu prolongamento) e integrávamos, consequentemente, o Movimento Estudantil (ME), também designado por Movimento Associativo, uma frente muito importante na resistência antifascista.

Quando casámos dissemos ao Valdez – também estudante do IST e um dirigente da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST) e, como tal, dirigente do ME, que disponibilizávamos a casa para apoio à luta dos estudantes – quando, como acontecia frequentemente, a AEIST era encerrada pela polícia na sua repressão ao ME, a existência de suporte logístico de emergência para reuniões de dirigentes e colaboradores associativos e execução de trabalhos de propaganda estudantil era importante para o prosseguimento da luta!

O Valdez, conhecendo-nos como nos conhecia, logo recomendou que preservássemos a casa não a utilizando para reuniões, e alvitando que a cedêssemos antes como «ponto de apoio» para acolher temporariamente estudantes fugidos à perseguição política. E assim foi, preservámos a casa... e assim veio a ser, servindo a casa como «ponto de apoio» na fuga à perseguição policial fascista...

Os relatos que seguem, sendo da minha responsabilidade, baseiam-se também em informações dos protagonistas que lhes deram corpo, os quais foram consultados a fim de, para além de consentirem na sua divulgação, ajudarem igualmente na rememoração de contornos já difusos pelo rodar dos anos – mas nem sempre foi possível concluir com certeza sobre alguns aspetos, demais a mais tendo sido tantos os episódios salientes na resistência ao fascismo. Esses aspetos sobre que possa pairar alguma dúvida não vão relatados com carácter afirmativo, mas tão-só hipotético.

Luís Veiga



Foto cedida pelo próprio

Por outro lado, incluo a descrição de circunstâncias que, não se relacionando diretamente com a resistência ao fascismo no concelho de Odivelas, nem tendo sequer acontecido no território concelhio, constituem, por assim dizer, envolventes que moldaram os atos de resistência. A alternativa de não referir tais circunstâncias levaria, no meu entender, a um simples despejar no papel um pequeno somatório de nomes, datas e factos desenquadrados do ambiente social em que aconteceram, com protagonistas alheios a afetos, como que desligados da vivência do dia-a-dia. Por isso resultou a opção que apresento.

Comício do MDP/CDE em Odivelas

Em Outubro, ou Novembro de 1973, houve «eleições» para a Assembleia Nacional, antecedidas da eufemisticamente chamada campanha eleitoral. Nessa campanha houve um comício do MDP/CDE em Odivelas, numa garagem que ficaria próxima do que é hoje a Escola Avelar Brotero. Eu e a Fernanda não chegámos a participar nesse comício. Fomos a Odivelas, sim, mas deparamos, logo à chegada às imediações do sítio do comício, com a brutal carga policial que se abateu sobre os participantes ainda antes de este terminar, comandada pelo célebre e de má memória capitão Maltez, que ostentava no braço, sempre que atuava (e seria, senão todos, quase todos os dias que atuava!) uma braçadeira vermelha com um «T» de trânsito. A memória já não guarda se, nesse caso, à semelhança do que era frequente nas suas atuações policiais, o Maltez era ou não coadjuvado por um outro capitão, cujo nome também já se me varreu da memória, mas de igual cenho repressivo no que, mutuamente, se pediam meças.

A carga policial desenvolveu-se em violenta perseguição à bastonada e à coronhada sobre a vasta multidão que tinha participado no comício, a caminho do Senhor Roubado até perto do sítio onde fica hoje o Teatro da Malaposta. Em resultado dessa orientação geográfica da carga policial, nós, que vínhamos para a Póvoa, não fomos afetados.

Nesse comício, entre outros candidatos do MDP/CDE, como José Manuel Tengarrinha, Lindley Cintra, Lindim Ramos e outros mais, participou também, na sua qualidade de candidato, António Abreu, então estudante do IST, dirigente da AEIST e militante do PCP.

É este mesmo António Abreu, a par de outros nomes, que voltaremos a encontrar mais adiante, neste relato testemunhal de que **«a resistência também passou por aqui»**.

Fuga do Rui de Sousa

Foi logo após a farsa eleitoral desse Outono que Rui de Sousa, também ele estudante do IST e colaborador associativo como nós, se viu perseguido pela PIDE e correndo o risco de prisão iminente.

Rui de Sousa era um especialista de elevado préstimo nos trabalhos de composição tipográfica e impressão de documentos de propaganda do ME. Resistente antifascista, também participou na campanha eleitoral desse ano, 1973, colaborando na feitura e divulgação de milhares de documentos de propaganda eleitoral do MDP/CDE. Após essa farsa eleitoral, numa manhã, a PIDE fez uma busca na casa onde morava, em Lisboa, no Bairro Alto. Nessa busca os esbirros levaram algumas pastas com documentos do Movimento Associativo e do MDP/CDE.

Acontecia algumas vezes o Rui de Sousa ficar a dormir numa residência estudantil, propriedade da AEIST, conhecida como o Lar da AEIST, fosse quando alguma reunião terminava mais tarde ou até mesmo aquando de alguma farra (que o pessoal, atento às suas obrigações enquanto estudantes e cidadãos, também se entregava a alguma diversão, pois claro!). Por um bambúrrio de sorte, na noite que antecedeu a busca na sua morada tinha ficado a dormir no Lar, pelo que a PIDE não o encontrou. A senhoria da casa (conforme previamente combinado para o que desse e viesse) telefonou para o Lar e informou-o de que tinha sido procurado pelo «tio». A partir deste aviso o Rui de Sousa tomou as devidas precauções, sendo a primeira delas o retiro (aliás bastante agradável – diz ele) de duas semanas em nossa casa.

Outra das medidas tomadas foi pedir ao pai que lhe mandasse dinheiro para comprar a passagem de avião para o Funchal, sua terra natal. Recebido o dinheiro dirigiu-se ao aeroporto e comprou a passagem, seguindo viagem para junto dos pais, sem mais contratempos.

Entretanto, no Funchal, onde permaneceu até um pouco depois do 25 de Abril, deu aulas de Matemática ao 5º ano (na atual nomenclatura 9º ano) no Liceu Jaime Moniz, nos 2º e 3º trimestres.

Com o 25 de Abril tudo isto terminou, tendo-se fixado em Lisboa.

Fuga do Valdez

Pouco depois foi ocasião do Valdez vir «passar» alguns dias a nossa casa, ali por Novembro, ou Dezembro de 1973.

Logo após o final dum plenário de estudantes do IST realizado no amplo espaço fronteiriço ao Pavilhão Central, por informação trazida por um Professor Assistente (muitos professores eram antifascistas e apoiavam a luta dos estudantes, deve notar-se!) soube-se que a polícia, cercando todo o recinto do IST e postada em força no exterior junto aos três portões de acesso, incluía nos seus objetivos a prisão do Valdez – esses portões de acesso eram o frontal, na Alameda Afonso Henriques, e os laterais, na Rua Rovisco Pais e António José de Almeida; um outro portão, nas traseiras, estava sempre fechado.

A estratégia de autodefesa para evitar a prisão há-de ter sido gizada e o Valdez terá saído no meio de uma grande massa estudantil pelo portão da Rua António José de Almeida (porquê este portão já ninguém hoje saberá dizer); a saída, assim, em grande massa humana, terá impedido que a polícia reconhecesse o Valdez ou, se acaso o reconheceu, terá concluído não ter condições convenientes para executar a prisão.

Porém, a iminência da sua prisão apenas tinha sido momentaneamente iludida e havia que tomar algumas medidas para o preservar até ver «onde paravam as modas».

Foi por isso que ele já não foi para casa, bem referenciada pela polícia desde há muito e frequentemente vigiada por pides fazendo «quartos de sentinela» no passeio em frente, «lendo fastidiosamente» o jornal – podia acontecer também haver algum outro pide mais disfarçado.





O Valdez já não foi a casa mas era preciso que alguém lá fosse para ajudar a acautelar a avultada documentação do ME aí arquivada e também outra documentação do partido, o PCP. Por indicação dele ou não – também disso já não há memória –, fui lá eu.

Quando ia começar a recolher a documentação guardada nas gavetas dum móvel (que mais tarde veio a ser meu por oferta quando substituíram alguma mobília!), logo a Ana, a filha deles, uma garotinha de dois anos e meio, se pespegou frente ao móvel e, guardiã determinada, disse em tom decidido para que fosse obedecida: aí só o meu pai é que mexe! Fiquei pasmado!

Usando de brandura, expliquei-lhe que «era preciso mexer nos papéis para os levar para outro sítio»; e a Ana de pronto se desviou e abriu caminho ao que era preciso fazer! Lindo, não é!? A Ana, com dois anos e meio, não sabia, que não podia saber, o que era o fascismo; mas tinha a compreensão apreendida de que havia uma «coisa muito má contra a qual era preciso lutar, que havia uns indivíduos que espreitavam as pessoas, as prendiam e lhes faziam mal».

E sabia também, como a mãe dela viria a constatar já depois do 25 de Abril, que nunca devia dizer uma só palavra do que via ou ouvia relacionado com a «luta surda» que presenciava no meio familiar, nela incluindo os quatro avós – num relatório de natureza psicológica dos que se fazem (ou faziam) sobre as crianças, foi constatado que no infantário nunca «abrir a boca» sobre o que acontecia no âmbito da resistência antifascista.

Arrumada a documentação em sacos que ficaram bem pesados, mas que cuidámos de transportar com aparência descontraída, tentando fingir leveza, lá fomos.

A «mercadoria» ia para casa dos pais do Valdez, ali perto, donde haveria de ser depois mudada para outro sítio, também perto, na zona da Praça Paiva Couceiro, em Lisboa – esta segunda mudança «apagaria o rasto» que a PIDE poderia tentar seguir, pois seria feita sem que se desse um só passo às escâncaras.

À saída a mãe da Ana recomendara-lhe que não fizesse «fitas» e obedecesse a tudo prontamente para não despertar a atenção do pide que estava em frente do prédio, do outro lado da rua (conforme era costume e ela já tinha observado pela janela). Logo que chegaram à rua, a Ana, que ainda viria a magicar sobre o que a mãe lhe dissera acerca do pide, na sua ingenuidade estica o seu dedo de dois anos e meio ao pide e perguntou à mãe: é aquele? Não obstante... nada aconteceu – a missão do pide ali como vulgarmente e tentando passar despercebido, o que era difícil, era «colher dados», o que já era simples: que movimentações, quem entrava, quem saía, tudo para, se viesse a ser o caso, ser lançada a rede e encontradas outras pontas de «subversão»... Foi uma operação arriscada, sim, mas seria ainda mais arriscado manter a documentação dentro de casa.

Porém, faltava ainda «acautelar» o Valdez. Foi decidido – como e por quem também já se perdeu no tempo – que vinha para nossa casa, afinal conforme a definição antes feita de casa de apoio.

Recordo que não tendo chegado quando estava previsto, a apreensão pela causa do atraso começou a ganhar dimensão. Usando uma cabine telefónica – de resto nem tínhamos telefone! – telefonei à Josefa depois de ter magicado uma linguagem que me pareceu inócua: o Valdez tinha combinado devolver-me os apontamentos das aulas duma cadeira de química, mas não o tinha feito; ora eu precisava desses apontamentos com urgência, já que ia fazer um exame brevemente e ainda não tinha estudado por causa dele não os ter devolvido; que lhe desse o recado, rematei; que sim, sim senhor, ficasse descansado, dava-lhe o recado e sossegasse eu porque ele não tardaria a dar-me os apontamentos. Portanto – concluí – o Valdez não estava preso e a razão do atraso seria outra – certamente não trocámos informação sobre a razão do atraso, já que uma regra elementar de segurança era não saber mais do que o estritamente necessário. Mas o Valdez lá foi «descarregado» fosse à nossa porta, ou nas imediações, nunca o soubemos. A Josefa, com a Ana, terá vindo duas ou três vezes visitá-lo, tendo passado um fim-de-semana, já que, fora disso, tinha de ir trabalhar. Vieram num dos autocarros da Leonardo Mota ou da Isidoro Duarte ou da Mafrense. Esperei-as ali no Largo Major Rosa Bastos.

Atravessada a estrada, a Ana ao colo da mãe, que também trazia na barriga a Margarida (a qual havia de vir a nascer três dias antes do 25 de Abril, justamente a tempo de «ocupar o seu lugar» no primeiro 1.º de Maio!), quis eu que a Ana viesse para o meu colo para aliviar a mãe. A garotinha, que não obstante a convivência intensa connosco nunca aceitara vir para o meu colo, não disse nada e estendeu os braços quando a chamei. Tinha compreendido a importância de facilitar as coisas nesta situação de vida alterada por imposição dessa coisa muito má contra a qual era preciso lutar!

E o Valdez por cá permaneceu, na nossa casa, durante alguns dias, até que terão chegado informações de que não haveria perigo à vista: a motivação para prender o Valdez passara. Isto é, não tendo sido preso na altura prevista, e sendo o motivo só do âmbito do ME, já não seria oportuno...

Fuga do Abreu

Não tardaram muitas semanas até que outro «hóspede» viesse fazer-nos companhia. Logo nos primeiros dias de Janeiro de 1974 havia de vir o António Abreu, que desde umas tantas semanas antes vivia com um mandado de captura pendente, escondido aqui e ali, em situação de (quase) clandestinidade!

Uma brigada da PIDE/DGS foi a casa dele para o prender. Lá encontrou um António Simões Abreu, que era o nome de quem iam prender, e pronto: levaram-no. Só que este António Simões Abreu, era o pai, e não o filho, que tinha o mesmo nome. Deste modo os pides prenderam, por engano, aquele que era Engenheiro e Professor Assistente do Instituto Superior Técnico (IST), e que já fora preso seis vezes! Chegados à sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, ao ser detetado o erro, os pides apanharam uma reprimenda que o «errado» prisioneiro presenciou, e logo foi liberto. O Abreu, que já não estava em casa, e assim escapou a esta prisão, passou uma semana a dormir num gabinete da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST) e dali ia para as aulas e regressava ao esconderijo, sem sair do recinto do IST. Depois, dado que esta situação não era compatível com a sua atividade partidária e de dirigente da AEIST, avaliada a situação e percebendo-se que a «vontade para o prender» se teria desvanecido, regressou à sua vida quase normal, em casa dos pais, sempre com movimentações discretas e a consciência de que o risco de prisão se mantinha, embora fosse menor. Não obstante, em frente da porta, permanecia um carro da PIDE/DGS mantendo vigilância.

Continuação...

Alguns dias depois, porém, tornou-se notório que a PIDE apertava a vigilância, tendo passado a seguir-lhe todos os passos; isto é, corria-se o risco de, além de prenderem o Abreu, viessem também a prender algum dos resistentes com quem contactava no seu trabalho político. Por isso... foi decidido passar à clandestinidade! O António Abreu, além de estudante do IST, de dirigente da AEIST, de candidato da oposição pelo MDP/CDE, além de tudo isto, dizia, tinha também, desde havia quatro anos, atividade letiva lecionando em liceus e escolas técnicas. Fazia-o por gosto e como forma de custear a sua vida, libertando os pais para maior apoio aos seus dois irmãos.

Ao tempo em que o mandado de captura se mantinha no ar como cutelo pronto a cair, lecionava Física do 7º ano do Liceu (agora 11º ano), no Colégio Moderno, do qual Mário Soares (então exilado em S. Tomé) e Maria Barroso já não teriam a propriedade total, fosse por razões económicas ou de estratégia de segurança face ao fascismo. A partir de certa altura, dadas as circunstâncias descritas, não podia continuar a dar aulas e, em consequência, impunha-se a sua substituição, não se podia deixar os alunos sem aulas. Quem vai quem não vai... fui eu, primeiro, e mais tarde outra pessoa.

Foi então que o Abreu esteve connosco uma semana. Nunca soubemos como veio nem como foi, e nem nos pertencia saber. Durante o dia nós estávamos ausentes, só regressando já de noite, que no Inverno a noite vem depressa. O Abreu lá se entretinha com as suas leituras, sempre sem sair de casa nem sequer chegar à janela, que os vidros até as silhuetas podiam deixar perceber! Depressa começou a participar nas tarefas de casa que houvesse, um modo também de aumentar um pouco a «velocidade» do tempo. Uma ocasião houve em que, mediante o seu contacto de ligação – que, obviamente, nunca conhecemos – foi combinado os seus pais virem almoçar com ele e connosco, sem prejuízo, naturalmente, da oportunidade de privacidade que precisavam para analisar a vida que agora lhes era imposta. E foi essa também (viemos a saber bem mais tarde, quando tal já era inócuo) uma ocasião de despedida, pois o Abreu iria afastar-se destas paragens sem que fosse previsível quando poderiam voltar a encontrar-se. Os pais dele, com a experiência de vida política que tinham, perceberam que ele iria para a clandestinidade.

Sobre esta estadia recorde, em particular, que foi possível oferecermos ao Abreu uma opípara refeição de marisco (para o tempo não é desadequado dizer assim), no caso sapateira, precisamente no último almoço que ali comeu, tendo saído muito pouco depois. E, à saída, quisemos nós que ele levasse o restante da refeição de marisco. Que não, não senhor, não levava; insistíamos nós que sim. Talvez até nem se tratasse de simples não querer levar, podendo ser mesmo inconveniente, nunca o apurámos. Mas, com ele já no patamar para descer as escadas, com a embalagem do excedente do almoço na mão, eu abri a porta que ele tinha fechado atrás de si e, inconscientemente mas com voz audível, chamei-o pelo nome! Logo depois me dei conta do perigo de tal procedimento; e ele também, pelo que concluiu ser melhor não teimar mais quanto a levar o restante do almoço. Contudo, nada aconteceu... Se alguém no prédio ouviu o nome, nada saberia sobre o caso. Até que, alguns meses depois, Abril estava aí!

A resistência antifascista também passou por aqui!

2. A ATIVIDADE CLANDESTINA EM ODIVELAS



Serigrafias de Rogério Ribeiro, que ilustram o livro «Até Amanhã Camaradas», de Manuel Tiago, pseudónimo literário de Álvaro Cunhal - Edições «Avante!»

«Muitos antifascistas foram acolhidos na sua atividade clandestina por habitantes deste concelho, onde igualmente funcionaram casas clandestinas...»

Declaração Política
Vereadores da CDU na CMO
26 de Março de 2014

Tipografias em Odivelas



Tipografia clandestina do PCP em Odivelas – 1963-65, referida por Chico Galiza no seu livro «Aconteceu», publicado em 2013, com o apoio da Câmara Municipal de Alpiarça

1945 - 1948

Distrito de Lisboa, Concelho de Loures,
em Odivelas
Tipografia de «A Voz do Soldado»

1959 - 1959

Distrito de Lisboa, Concelho de Loures,
Estrada de Santo Eloy, na freguesia da Pontinha
Tipografia de «O Militante»

1965 - 1965

Distrito de Lisboa, Concelho de Loures,
Estrada da Paiã, em Odivelas
Tipografia do «Jornal Anticolonial»

Para além destas tipografias, existiram no concelho, entre 1942 e 1971, várias casas clandestinas nas atuais freguesias de Odivelas, Caneças, Ramada, Pontinha, Famões, Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião.

O apoio aos militantes do PCP na clandestinidade

Fernanda Sanches

Em Agosto de 1973 viemos morar para uma casa arrendada na Póvoa de Santo Adrião. Como já tínhamos atividade no Movimento Estudantil, foi-nos proposto que preservássemos a nossa casa de movimentações a fim de servir de apoio a amigos que estivessem a ser perseguidos.

Claro que aceitámos participar e no período até ao 25 de Abril de 1974 três amigos vieram fazer uma estadia em nossa casa. Como «até as paredes tinham ouvidos», foi-me indicado para fazer as compras habituais, para nós, no sítio do costume e, de Lisboa, trazer o que era necessário acrescentar para o novo «habitante» e assim não levantar suspeitas que dessem azo a perguntas inconvenientes.



Foto cedida pela própria

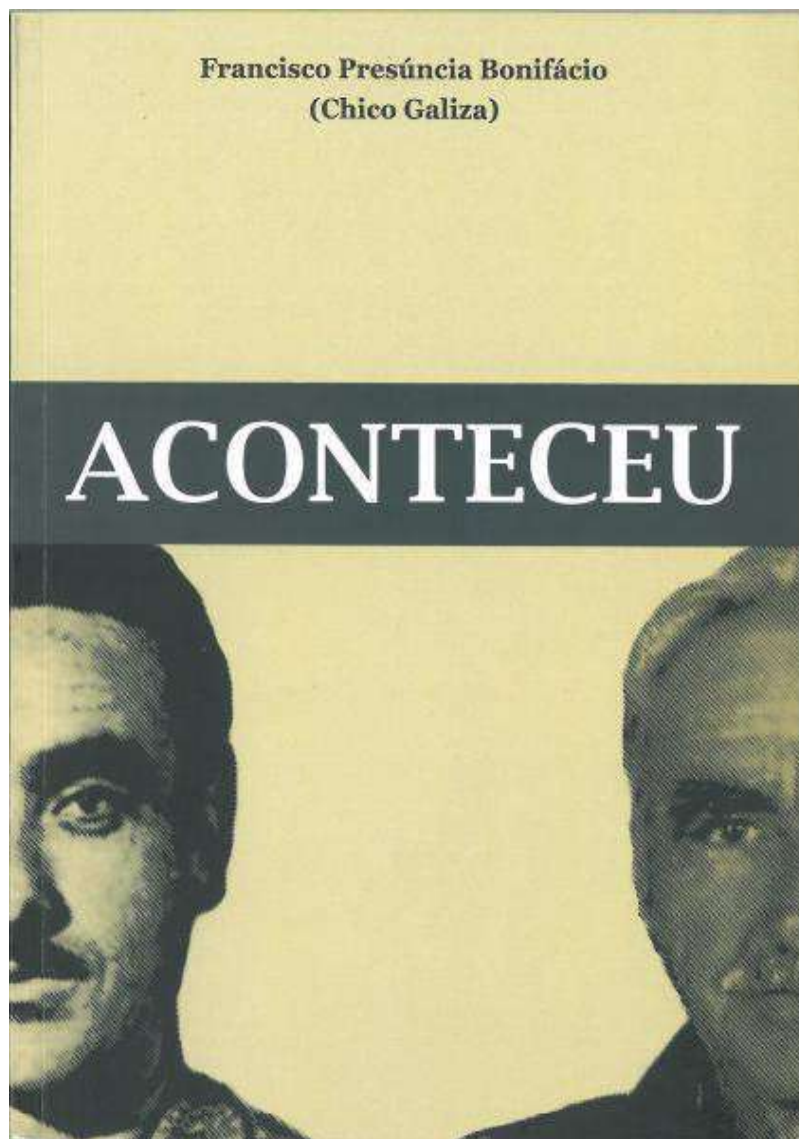
Claro que estes amigos estavam apenas de passagem em nossa casa, havendo uma altura em que tínhamos de nos despedir, sem sabermos quando nos voltaríamos a encontrar.

Após a partida de um deles e trabalhando nós para a Nestlé em regime de tarefeiros, a fazer entrevistas no âmbito de um estudo de mercado a mães com bebés recém-nascidos, para aferir do uso de leites, e sendo Odivelas um dos locais em que eu tinha entrevistas a efetuar, não conseguindo localizar uma morada dirigi-me à esquadra da polícia para recolher a informação de que precisava. Estava no átrio para ser atendida quando olho para um placar e vejo várias fotografias e a indicação de «**PROCURA-SE**»! Disfarçadamente olhei melhor e vi que um era o amigo que havia pouco deixara a nossa casa. Obtida a informação de que necessitava, com a maior das calmas agradei, e quando saí fiz de conta que me dirigia ao local da entrevista, mas logo que fiquei fora do alcance visual da polícia dirigi-me para casa a fim de informar o nosso contacto do ocorrido.

No dia 25 de Abril de 1974, antes das 9 horas fui aviar-me ao talho e qual foi o meu espanto quando o senhor do talho e uma cliente me perguntaram se já sabia que havia uma «REVOLUÇÃO», tentei então confirmar o que se passava. Convencida que o fascismo tinha acabado, entrei em casa a dizer: «Luís, Luís vamos voltar a ver o Tonio Abreu o fascismo acabou».

Felizmente, passado pouco tempo, todos nos podemos reencontrar.

Capa do livro «Aconteceu» de Chico Galiza



Extrato do livro «Aconteceu»

Para a nova tarefa da tipografia existia material humano mas não condições adequadas à tarefa, que era preciso procurar.

Estávamos em 1963. O saudoso camarada Ângelo Veloso diz-me: "Diogo, vais mudar de sector, vai alugar casa no concelho de Loures, uma casa que reúna condições para instalares uma tipografia".

Não era tarefa fácil. Era preciso encontrá-la com as tais condições requeridas e que o senhorio estivesse disposto a alugá-la sem fiador estabelecido, o que nunca me aconteceu.

Deixei o Manel em casa e levei na «chica» o João, deixando-a numa estação de serviço próxima de Loures. De novo o «calvário»!

No primeiro dia, bati a zona até dizer basta, sem qualquer resultado. À noite, fiquei instalado no «hotel estrela», uma mata próximo do aeroporto. No dia seguinte, nova batida.

Às tantas descubro uma casa em Odivelas com condições excepcionais para o desempenho da tarefa. Pergunto quem é o senhorio e fico a saber que morava em Lisboa, na Rua do Quelhas. Desloco-me lá e bato à porta. Era o número 9 e atende-me uma senhora. Depois de lhe dizer o que pretendia, disse-me para falar com o marido, que estava no quintal a trabalhar. Segui a senhora por dentro de casa - que não possuía serventia - até ao local onde o marido se encontrava. Depois de lhe cantar a «canção do

bandido» e de ele me fazer mil e uma perguntas - profissão, etc., etc., etc. - disse-me o que todos os senhorios me haviam dito: «Alugo a casa, sim senhor, mas só se apresentar fiador estabelecido». Voltei à Silveira bastante «chocalhado». Era preciso arranjar instalações para desempenhar a tarefa.

No dia seguinte voltei à Rua do Quelhas para ver se conseguia demover o senhor mas nada feito. Voltei a Silveira.

Dois dias depois decidi voltar a Lisboa na minha bicicleta e, como o senhorio se mostrava intransigente, prontifiquei-me a pagar, além dos dois meses de aluguer adiantados, uma caução. Acabou por alugá-la, mesmo assim com muitas reservas. Faziam-se todas as tentativas para conseguir casa mas, como na situação de clandestinidade era quase impossível conseguir fiador, tinha que funcionar a caução, não havia outra hipótese. O pior é que o Partido, com tão poucos meios financeiros, investia essas quantias e, por vezes, passado pouco tempo tinha que se abandonar a casa à pressa ou esta era assaltada pela PIDE.



No dia seguinte fui preparar o terreno para sairmos para a nova tarefa. Já tinha conseguido e legalizado instalações (com documentação falsa), existia material humano para o seu desempenho, faltava mobilar a casa, o copiógrafo e o resto dos apetrechos com os quais passaríamos a imprimir o boletim «O anti-colonial», «A Terra», comunicados, «O Camponês» de vez em quando, manifestos, tarjetas, etc.



Para mobilar a casa fui ao ferro-velho, comprei quatro bancos, duas cadeiras, dois divãs, uma mesa para a cozinha e outra para o prelo e mais alguns utensílios da mesma família, 4 ripas com as quais fiz um guarda-fato, que elas adornaram com umas cortinas, etc..

Sáímos da Silveira mentindo aos vizinhos como de costume, desta vez dizendo que íamos para Setúbal trabalhar numa fábrica de conservas. Uma vez instalados em Odivelas, eu passei a ser João Vieira Gomes, casado com Aurora Martins Correia, e «baptizámos» a nossa “sobrinha” com o nome de Isabel Martins Ferreira, tendo como pseudónimo no trabalho partidário “Natália”.

Estava quase tudo pronto, faltavam só os apetrechos para imprimir, a impressão no papel dos crimes salazaristas e depois a sua difusão por tudo onde era sítio.

Marcaram-me um encontro na Calçada dos Barbadinhos, junto à Feira da Ladra, num dia de feira. Escolheu-se precisamente esse dia para

aproveitar a azáfama própria das feiras e confundirmo-nos com os feirantes. À hora marcada parou junto de mim um táxi, de onde saiu um camarada que distraidamente me cumprimentou, descarregou o material atrás citado, pagou ao taxista e desapareceu.

Aguardei um pouco, aluguei outro táxi e dirigi-me para Moscavide, para junto de uma serração de pedra mármore para que o taxista pensasse - uma vez que o prelo pesava um pouco - que transportava uma pedra mármore para ser ali trabalhada. Depois de ele se retirar, aguardei mais um pouco e só depois aluguei novo taxi que, esse sim, me levou para Odivelas.

Existia quase tudo para que a tipografia funcionasse a cem por cento, só faltava o «tipo», (letrinhas minúsculas, se não estou em erro de chumbo), que me foi entregue de noite junto ao apeadeiro de Entrecampos. Volto de novo a Odivelas, montado na «chica», que tinha deixado escondida para não dar a conhecer a sua existência. O pior é que as lettrinhas na caixa tinham alguma folga e, na Calçada de Carriche, que era de paralelepípedos, com a trepidação, faziam um barulho dos diabos. Tive de ir devagar para não alertar a polícia que estava no começo da descida.

Resta dizer, a título de curiosidade, que a nossa casa em Odivelas, segundo nos disseram os vizinhos, era propriedade do tio do Raul Solnado, ou seja, do senhor que me atendeu na Rua do Quelhas, e que em frente da nossa casa morava a fadista Lucília do Carmo, tendo nós visto, através da janela, sair de lá o casamento do seu filho Carlos do Carmo.

Como já foi dito, as casas clandestinas eram quase como lugares sagrados, não podiam nem deviam ser profanados. A sua defesa devia estar sempre na ordem do dia. Mas, quando se tratava de casas com tipografias clandestinas, a vigilância revolucionária tinha que redobrar: era o material humano e a imprensa do Partido que estavam em jogo.

Para a defesa das casas clandestinas contava muito a convivência com os vizinhos pois, embora pouca ou quase nenhuma, não podíamos era cometer o erro de nos isolarmos por completo, a ponto de levantar suspeitas. As entradas e saídas deviam processar-se o mais naturalmente possível.

As principais laboradoras desta tipografia eram a nossa «sobrinha Isabel» e a minha companheira «Aurora». Eu ajudava na laboração e distribuição e deslocava-me a encontros e reuniões. Com o manuseamento do prelo fazia-se algum barulho, que procurávamos «abafar» pondo a rádio a funcionar com um som alto, tanto mais que na garagem da moradia era habitada por um casal.

Nessa altura existia a Rádio Ribatejo e para se ouvir com mais nitidez, uma vez que o seu som na recepção era bastante baixo, atávamos o fio da antena da terra a um dedo do pé. Resultava.

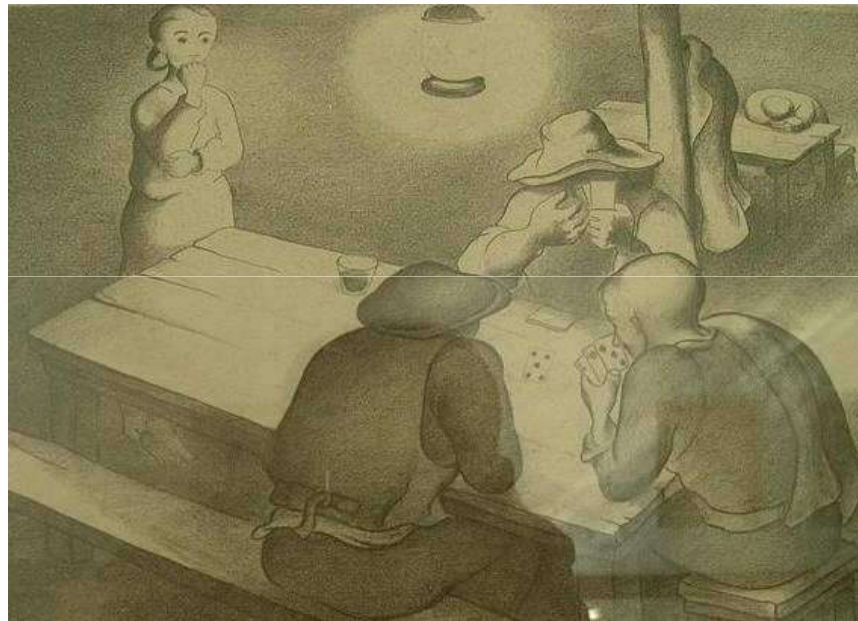
Ingressei no PCP para o servir, não foi para me servir dele. Também aqui, em Odivelas, juntei o útil ao agradável. Assim, tendo descoberto uma pedreira na Amadora, comecei a «britar» pedra de empreitada nos dias em que estava disponível das tarefas do Partido. Para além de não emagrecer os seus fundos, permitia que os vizinhos – que me viam sair e entrar como qualquer cidadão – não suspeitassem.

Abraçar a clandestinidade não era tarefa fácil, tinha que se abdicar de muita coisa, tinha que se correr muito risco. Se não era fácil para os homens muito menos era para as mulheres que, tal como os homens, tinham que se deslocar a encontros e reuniões de noite, por vezes a locais pouco movimentados, sujeitando-se a tudo.

Extrato do livro «Aconteceu»



3. PERCURSOS DE RESISTÊNCIA



Desenho de Álvaro Cunhal concebido durante a sua prisão no Forte de Peniche

***«...Temos a obrigação de recolher estas histórias de vida...
Porque é necessário não esquecer o que significaram
48 anos de fascismo em Portugal
e o contributo ao longo do processo de resistência
para que tivesse sido possível a Revolução de Abril...»***

Declaração Política
Vereadores da CDU na CMO
26 de Março de 2014

Amélia Maria Estevão

Nascida a 01/05/1937, em Santa Justa, na Freguesia do Couço.
Foi trabalhadora agrícola e esteve envolvida nas lutas rurais contra a exploração e pela conquista de direitos nos anos 50.
Passou à clandestinidade em 1962. Esteve presa na prisão de Caxias durante cinco anos.
Veio morar para Odivelas em 1970, com a libertação do marido da prisão de Peniche.
Reside desde então e até aos dias de hoje na Freguesia de Odivelas.



Foto cedida pela própria



Foto cedida pela própria

Olga Henriques Gil

Nasceu a 13/03/1937, na aldeia de Santa Justa, Freguesia do Couço. É filha de um casal de operários agrícolas, de uma família de quatro irmãos, sendo ela a mais nova.

Foi para a escola aos oito anos e de lá saiu poucos anos mais tarde para o mundo do trabalho. Trabalhou como operária agrícola e participou nas lutas rurais contra a exploração e pela conquista de direitos nos anos 50.

Entrou para o Partido Comunista Português em 1958, na consequência das lutas desenvolvidas em torno da «Burla Eleitoral». E passou à clandestinidade em 1962 com o nome de «Augusta», «Custódia» e «Ilda». Foi, com o companheiro, responsável por várias tipografias clandestinas, onde imprimiu o «Camponês» e o «Corticeiro».

Veio morar para Odivelas em 1969, onde mora até à presente data.

Quando se deu o 25 de Abril de 1974, fez parte da Comissão de Moradores tendo saído desta um grupo de trabalho para organizar a AMOP (Associação de Solidariedade Social dos Moradores do Bairro das Patameiras), atualmente uma IPSS com valências de pré-escolar e ATL, da qual foi sócia fundadora e onde se manteve na direção até ao último mandato.

Olga Gil ficou viúva muito cedo mas apesar das responsabilidades familiares lutou sempre ao lado do seu partido - o PCP. Reformada, Olga assume com orgulho que «se reformou, mas não das tarefas e responsabilidades do PCP!».

Em 2014 foi-lhe atribuído o Prémio Municipal Carolina Beatriz Ângelo.

Adelina Jesus Pereira

Nasceu na freguesia do Couço a 12 de Dezembro de 1936 e era conhecida por Adelina Fretes, alcunha dada ao avô.

Começou a trabalhar aos sete anos, como era habitual. Trabalhava, junto com outras trabalhadoras, de forçado nas mãos quando ainda mal o podia erguer. Primeiro na companhia da sua mãe e depois à sorte, com quem calhava. Fazia de tudo um pouco. Aos 13 anos foi trabalhar para uma herdade em Ponte de Sor. Fazia sempre o que lhe mandavam. Ajudava nas casas e nas terras da herdade.



Foto cedida pela própria

Quando casou, aos 17 anos, sabia que o companheiro era comunista, mas não se metia nisso. Conta que uma vez teve um aborto, o Francisco teve que ir para uma reunião do Partido e ficou sozinha em casa. Foi ajudada pela cunhada. Tinha talvez 20 anos.

Nessa altura trabalhava onde arranjava trabalho. Por vezes não tinha trabalho e passavam grandes dificuldades. Não tinha qualquer atividade política. Acompanhava o marido sempre que era preciso mas só para participar nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Conta que se lembra de uma greve no dia de S. João, nos anos 50. Não se lembra do ano certo, mas lembra-se que foi uma grande luta com muitos trabalhadores.

Trabalhava sempre de sol a sol. Ganhava o que era possível. Pelo que se lembra, era entre seis a oito escudos por dia. Lembra-se que às segundas-feiras havia sempre grandes discussões com os capatazes para se conseguir mais algum dinheiro para o pagamento das jornas.

Sobre a prisão do companheiro, refere que nestes meios pequenos as notícias chegam muito depressa. «Lembro-me que fui a correr a casa para ir buscar uns sapatos para ele, pois as botas que tinha calçadas estavam-lhe muito apertadas. Peguei nos sapatos e corri até chegar ao posto da GNR que distava cerca de seis quilómetros. Quando lá cheguei, ofegante, com os sapatos nas mãos já ele estava a ser levado para dentro de um jeep. Pedi aos guardas para lhe entregarem os sapatos mas eles responderam que ele estava calçado e não precisava de sapatos. Fiquei com os sapatos nas mãos a ver o jeep a afastar-se com o Francisco lá dentro.

Nesse dia fiquei alarmada pois estava sem trabalho e não tinha nenhum dinheiro em casa. O único dinheiro que tinha era 17 escudos mas eram do Partido. Fui logo entregá-los a uma camarada que eu sabia que era militante comunista. Na primeira visita à prisão o Francisco perguntou-me se já tinha pago a dívida. Percebi logo que ele não podia dizer mais e se referia ao dinheiro do Partido. Tranquilei-o, dizendo-lhe que sim. A dívida já estava paga. Passei a visitá-lo regularmente. Ia sempre acompanhada do meu filho Hélder que devia ter dois ou três anos. Quando o visitava levava sempre um cesto com comida para ele. Nunca me deixaram entrar com o cesto e eu tinha que voltar sempre com ele.»

Soube da libertação de Francisco na padaria quando um vizinho a procurou dizendo-lhe que ele tinha saído da prisão e regressara a casa. Foi a correr o mais que podia e abraçou-o com imensa alegria. Foi uma surpresa para ela e para Francisco, pois a PIDE não os tinha avisado. A informação da sua liberdade foi apenas dada à patroa, para quem Francisco trabalhava quando foi preso.

O Francisco veio primeiro viver para Caneças. E quando já tinha trabalho e casa a Adelina veio para ao pé dele. Arranjou trabalho em Vale Nogueira, primeiro na agricultura e depois na empresa Arboricultora para trabalhar nos viveiros e no envasamento de flores.

Com o 25 de Abril de 1974 a sua alegria foi enorme, tal como a de todos os camaradas. Continuou a trabalhar e a militar no Partido Comunista Português, em Caneças. Ajudava e ainda continua a ajudar em muitas tarefas. No Centro de Trabalho, em iniciativas, em almoços de convívio, enfim em tudo o que for preciso e ela puder.

Adelina tem hoje 78 anos e continua a militar no PCP. Tem boa memória como revela pelas descrições que faz, algumas delas bem pormenorizadas.

Francisco Firmino Galvão

Nasceu no Couço a 13 de Junho de 1935. E como acontecia à generalidade das crianças nessa época, e em especial às que viviam na província, não foi à escola.

Quando o desafiámos a descrever o meio onde cresceu, o «Xico» (como era conhecido) diz-nos: «Aos sete anos comecei a trabalhar, a guardar gado e a fazer muitas das tarefas de ajuda aos homens da herdade onde trabalhava. Ao princípio não ganhava nada.



Foto cedido pelo próprio

Trabalhava, em parte porque era assim a vida naquela altura, começávamos a trabalhar muito cedo, e por outro lado porque tinha vaidade em ser como um homem e queria aprender a trabalhar. Lembro-me que muitas vezes se aproveitavam de mim e me davam trabalhos muito pesados, trabalhos que os homens faziam. Ao fim de algum tempo de trabalho eu pedia para me darem algum dinheiro, o que às vezes conseguia. Trabalhava para um latifundiário que tinha terras e gado. Para além de guardar o gado tinha que fazer muitos trabalhos nas estrebarias e instalações do gado. Tinha a noção que era uma injustiça e que estava a ser explorado quando não me davam dinheiro pelo trabalho que fazia. Trabalhávamos de sol a sol. Começávamos logo após o sol nascer e acabávamos com o sol a pôr-se.»

Aos 12 anos foi trabalhar para as searas de arroz. Tinha que cavar. Era um trabalho também muito duro. Mas então já tinha direito à jorna, que era de cerca de seis escudos. Não se lembra bem mas era dessa monta. Nem sempre ganhavam o mesmo. Às vezes era um pouco mais, em especial no verão quando trabalhavam mais horas, outras vezes era menos. Depois foi trabalhar para a herdade do Sol Posto.

Fazia todo o tipo de trabalho tal como os homens, mas só começou a ganhar como os homens aos 14 anos. Nessa altura já era forte e fazia tudo o que era preciso.

As jornas variavam consoante os patrões e a própria luta para discutir os pagamentos. Embora não se lembre bem refere que o valor da jorna andava entre os oito e os dez escudos, dependendo das alturas e das necessidades dos patrões. Horário de trabalho não havia. Trabalhavam de sol a sol. No entanto, pelas lutas desenvolvidas, iam conseguindo trabalhar oito horas ou até menos.

Quando por todo o lado se fizeram greves e manifestações para se conseguir as oito horas, no Couço também as fizeram por solidariedade com os camaradas de outros locais, mas na realidade já tínhamos conquistado essas oito horas na prática. Conta que apesar de trabalharem de sol a sol, tinham conseguido vários períodos de descanso: à segunda-feira, quando havia as praças de jorna, a manhã era toda gasta a discutir as jornas e só começavam a trabalhar depois do almoço. Mas o dia era todo pago.

Nos outros dias havia oito intervalos de dez minutos cada. Eram chamados «as fumaças». Tinham ainda um intervalo de uma hora para cada refeição. E eram três. Almoço e jantares. Feitas as contas dava menos de oito horas de trabalho no inverno e no verão era pouco mais. No entanto saíam e chegavam a casa de noite.

Mais tarde foi trabalhar para uma patroa que os ajudava. Era muito compreensiva. Era uma mulher boa, muito religiosa. Construiu uma igreja e uma escola na aldeia.

Pagava-lhes melhor que os outros patrões e o trabalho era mais regular. Era viúva e tinha perdido uma filha. Mandava rezar todos os meses uma missa por alma do marido e outra por alma da filha. A todas as viúvas que fossem à missa pagava dez escudos. Gostavam muito dela.

Foi nas vinhas dessa senhora que o «Xico» foi preso pela GNR, e segundo se lembra foi em 1960.

De tantas memórias guardadas, conta-nos uma história:

«Uma vez o pai do Zé Casanova, que pescava, organizou uma pescaria e convívio entre camaradas e outros trabalhadores para dar oportunidade a falarmos e a angariar fundos para os presos políticos.

Apareceu a GNR e logo os convidámos para confraternizar e comerem connosco. O ambiente foi desanuviado e alguns GNR mostraram simpatia. Chegou a haver quem pedisse dinheiro para ajudar os presos políticos aos que se mostravam mais simpáticos. O que é facto é que um ou dois deram.»

Ainda rapaz falava com outros camaradas mais velhos e muito naturalmente interessou-se por ajudar a atividade do Partido. Não sabia ler nem escrever mas distribuía o jornal «Avante!» e outros papéis.

Continuação...

Escondia os «avantes» numa panela que ficava num buraco debaixo da sua cama no quarto. O buraco era tapado com uma laje. Os encontros com os camaradas eram marcados por um camarada que vinha de bicicleta de Alpiarça. Muitas vezes seguiam juntos, ambos de bicicleta, para Arraiolos onde faziam as reuniões. Diz que se ir do Couço para Arraiolos já lhe custava, mais ainda lhe custava vir de Alpiarça para o Couço e do Couço para Arraiolos e fazer a viagem de volta. Mas eram jovens e faziam estes sacrifícios de boa vontade. Como não sabia ler, era nas reuniões que era informado e lhe era distribuído o trabalho político a fazer.

Por volta de 1960 (não tem presente a data) estava a trabalhar na vinha da patroa e veio um jeep da GNR com guardas para o prenderem. Não sabe como souberam da sua atividade. Mas sabe que foi para o posto da GNR no Couço e depois para a prisão de Caxias.

A sua luta continuou na prisão. Logo dois ou três dias depois de ter entrado na prisão de Caxias, deparou-se com uma luta de presos e familiares que protestavam por vários camaradas terem sido transferidos para o Porto. Ficou muito emocionado com essa luta pois nunca tinha passado por tais experiências. Mais tarde foi transferido para Peniche. Poucos dias depois de ter chegado a essa prisão, foi envolvido numa luta que já decorria há algum tempo. Os presos combinaram gritar como protesto pelas condições em que se encontravam, em intervalos regulares e todos em simultâneo. Os guardas para os dividir juntaram uma parte dos presos num pátio e separaram-nos em dois grupos. Quando chegou a hora de gritar, um camarada já de idade avançada, gritou sozinho. Foi de imediato identificado por um guarda que o esbofeteou e lhe bateu com violência. Ficou indignado e disse ao guarda que não iria aceitar o jantar e também iria gritar como os outros.

No dia seguinte, quando chegou a hora de gritar, tocou a campainha de chamar os guardas. Quando um guarda chegou para saber o que se passava, disse-lhe que iriam todos gritar. E assim aconteceu. Os presos apesar de estarem separados em locais diferentes começaram todos a gritar. Nos dias seguintes essa luta continuou, mostrando aos guardas que não era a separação que os tinham feito que os iria calar. Estas lutas davam-nos força e causavam mal-estar nos guardas. Isto aconteceu quando ele ainda não sabia bem o que era estar preso, pois tinha chegado há pouco tempo. Mais tarde sucederam-se muitas outras lutas como greves da fome e diversas ações de protesto.

Posteriormente ficou a saber que o Zé Casanova, que era da mesma terra, estava preso naquela altura em Peniche.

Foram quase seis anos de prisão. No entanto as recordações ficaram para toda a vida. Não esquece que foi na prisão que aprendeu a ler e a escrever. Os camaradas mais velhos e mais instruídos davam aulas aos que precisavam. Mais tarde veio a fazer o mesmo com outros mais novos.

Aprendeu muita coisa com esta vivência. Aprendeu história e política e muitas outras coisas que lhe ensinaram.

Depois de ter saído da prisão voltou para o Couço. Foi uma surpresa enorme para a sua companheira e filho, que não o esperavam. Foi trabalhar para os campos de tomate. Teve que ter mais cuidado pois podia estar a ser vigiado e deixou de ter contacto com os camaradas.

Veio para Caneças pouco tempo depois de ter saído da prisão, em 1967. Foi trabalhar para a Arboricultora como cobrador de bilhetes nas camionetas. Teve contactos com outros camaradas nessa altura. Refere que o Manuel Sacavém devia saber que ele era comunista. Ele trabalhava também na Arboricultora, mas no escritório. Tinha um lugar importante. Tiveram várias conversas, mas sem nunca se revelar como militante comunista, apesar dele ter algumas desconfianças pelo tipo de assuntos puxados para as conversas. Um dia, quando estava na camioneta a cobrar bilhetes, entrou um camarada que tinha estado na prisão com ele. Olharam um para o outro mas nada disseram e ambos disfarçaram sem revelar que se conheciam. Tinham que ter muito cuidado pois podiam estar a ser vigiados. Uma ou outra vez sabia que estava a falar com um camarada mas tinham que encobrir alguns contactos. E foi assim até ao 25 de Abril de 1974.

Em 1974 trabalhava nas bombas de gasolina da Hotelcar, em Odivelas. Soube pela rádio da notícia tão esperada, juntamente com o seu colega de trabalho. De imediato fecharam as bombas e vieram para a rua festejar.

Depois tudo foi imediato e natural. Passou a conhecer camaradas que estavam na clandestinidade como o Manuel Sacavém e outros de Odivelas pois juntaram-se todos para festejar e organizar já em liberdade. A partir de então participou na substituição da Junta de Freguesia do regime Fascismo, e na organização popular que se formou por todo o lado. Depois das primeiras eleições foi eleito para a Assembleia de Freguesia durante vários mandatos.

Fez parte de algumas coletividades como o Botafogo e a Sociedade Musical e Desportiva de Caneças. Foi também dirigente da Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Caneças. E até hoje, já com 79 anos, tudo tem feito no trabalho do Partido.

Rosa da Conceição Vedorias Passão

Nasceu a 11/10/1936 em S. Cristóvão , Montemor-o-Novo, Évora.
Aos 11 anos vai trabalhar para o campo como assalariada, onde fica até aos 15 anos. Nessa altura, vai servir para Évora durante uns meses de onde sai para regressar ao campo, para a ceifa.

Por esta idade já tinha alguma consciência política e sabia que um irmão escondia exemplares do «Avante!» dentro de uma lata enterrada no quintal da casa dos pais.

Mais tarde vai trabalhar para uma barragem na zona de Évora, altura em que começa a ler o «Avante!» e a ter alguma ligação ao Partido.

Em 1960, com 24 anos, adere ao PCP e vai às suas primeiras reuniões clandestinas.

Em 1961/62, já casada e com uma filha pequena, entra na clandestinidade e muda-se com a família para Vila Franca de Xira, onde o casal fica responsável por uma casa de apoio.

Mais tarde, já com dois filhos pequenos, são obrigados a fugir da casa de Vila Franca por esta ter sido denunciada. Mudam-se com todo o recheio da casa para Aveiras de Cima, onde permanecem cinco dias, os necessários para venderem todo o recheio, ficando apenas com uma mala de roupa.

Voltam aos arredores de Lisboa, passando por pensões e várias casas clandestinas. Apesar de vários familiares terem sido presos, Rosa nunca desiste de lutar por um futuro livre e justo. A vida desta mulher é mantida na clandestinidade e assim vai criando os filhos enquanto o marido trabalha nas obras.

Em 1964, na Baixa da Banheira, a casa onde estavam há poucos meses é assaltada pela PIDE e o marido de Rosa, Manuel Gomes, é preso.



Foto cedida pelo Centro Documental de Odivelas do PCP

Continuação...

Rosa fica sozinha com dois filhos pequenos e, sem sustento, volta ao Alentejo onde procura apoio junto da família. Deixa a filha mais velha na mãe, e procura trabalho no campo levando consigo o mais novo. Seguem-se 13 meses de vida cada vez mais incerta, entre o trabalho no campo, as visitas à filha ao cuidado de familiares, e as visitas à prisão para ver o marido.

Quando o marido é preso, Rosa deixa a clandestinidade.

Em 1965, quando Manuel Gomes é libertado, a família volta a reunir-se e vem viver para a zona de Odivelas, vindo em 1966 a alugar a casa onde ainda hoje vivem na Póvoa de Sto. Adrião.

Por esta casa passaram muitos familiares e um certo camarada..., quis o destino que quando esse camarada permanecia lá em casa se descobrisse que em frente morava um PIDE..., motivo que levou a que a casa deixasse de ser segura e não voltassem a passar por ali outros membros do Partido até ao 25 de Abril.

Rosa Passão passou por vários trabalhos como operária fabril e mulher a dias. O marido agarra também vários trabalhos, tendo sido muito tempo tratorista na região de Loures e Odivelas. Convivem de perto com o tal PIDE e sua mulher, mantendo a situação controlada.

Deixou a vida clandestina em 1964, mas nunca deixou de ter tarefas no Partido e de as cumprir, assim como o seu companheiro. Passam noites fora, correm perigo, mas nunca deixam a luta.

Entretanto, Rosa é eleita delegada sindical e membro da Comissão de Trabalhadores na fábrica onde labora. Sabe que estava a ser vigiada de perto, pois encontra dias seguidos um mesmo homem a observá-la perto de casa. Era um PIDE. Rosa sabe que vai ter de desaparecer em breve..., o que Rosa não sabia é que no dia a seguir seria o dia 25 de Abril de 1974. E Rosa não chegou a ser presa nem precisou de voltar a fugir!

A 25 de Abril de 1974, Rosa está em casa e dirige-se à fábrica para tentar saber o que se passa... Começa nesse dia uma vida nova, que continuando a ser dura e sempre de luta nunca mais volta a ser clandestina. Mantém-se até hoje como membro do PCP, tendo ao longo dos anos assumido as mais diversas tarefas na luta por um Portugal com futuro.

Manuel Gomes

Nasceu em S. Cristóvão, concelho de Montemor-o-Novo, a 28 de Dezembro de 1929.

É militante do Partido Comunista Português desde 1942, ou 1943.

Vive na Póvoa de Santo Adrião desde 1965, e na atual morada desde 1966.

Foi pelos seus 12 ou 13 anos que começou a ouvir ler o «Avante!» Recorda-se de que participavam nessas leituras, entre outros, o seu irmão Ernesto e o camarada Elias Gervásio. Na sequência dessas leituras e discussão do Avante! aderiu ao PCP, teria 13 ou 14 anos. Começou a desempenhar tarefas no Partido com a distribuição de propaganda política, em conjunto com o irmão Ernesto: colavam papéis de noite nos sítios onde trabalhava de dia. Também distribuíam propaganda dentro da povoação, colando nas paredes, metendo nas caixas do correio.

Manteve-se a trabalhar no campo para ganhar o sustento. Aí por 1958, à beira dos 30 anos, por razões económicas veio trabalhar para a zona de Loures e Vila Franca de Xira (por aqui ganhava-se mais do que no Alentejo). Em consequência desta deslocação perdeu a ligação com o Partido.

Um dia, em 1962 ou 1963, em que lavrava uma terra na várzea de Loures, viu um indivíduo à beira da estrada, onde ele virava o trator. Como sabia que muitas vezes os pides vestiam gabardina e usavam chapéu, e era assim que estava trajado aquele indivíduo, suspeitou que fosse um pide e tratou de magicar sobre o modo de descobrir quem seria de facto. À medida que lavrava para cá e para lá, naturalmente ia-se aproximando do homem de gabardina e chapéu, e às tantas deu-lhe as boas-tardes, ao que o outro correspondeu. O passo seguinte foi perguntar-lhe ao que ia. Foi então que o visitante puxou o chapéu um pouco para trás e o Manel logo reconheceu o irmão Ernesto Gomes, que já não via há muitos anos.



Foto cedida pelo Centro Documental de Odivelas do PCP

Continuação...

O Ernesto, que nessa altura estava na clandestinidade, marcou-lhe logo um encontro no Montijo com outro camarada. Estava assim reatada a ligação com o Partido através do irmão, que viera com esse objetivo. O Manel nunca soube como o Ernesto viera dar com ele – como não era preciso saber, havia que não saber! Nesse encontro foi-lhe proposto passar à clandestinidade. Falou com a Rosa e, passado algum tempo, um mês ou dois, respondeu que sim, que estava disposto a ir para a clandestinidade, e iam os dois, ele e a Rosa.

Alugada uma casa em Vila Franca de Xira, que seria um «ponto de apoio» do Partido, tratou de encontrar trabalho, o que conseguiu em casa de um agricultor que tinha um trator mas a quem faltava o tratorista, e por lá se manteve durante cerca de um ano.

Nessa casa, e numa outra para onde se mudaram mais tarde, reuniu diversas vezes o Comité Central do Partido, além de outras reuniões de outros membros do Partido, nunca tendo sabido quem entrava ou saía por força das regras de segurança que era obrigatório cumprir com rigor.

Assim, enquanto o Manel trabalhava com o trator, a Rosa geria a casa nessa função de apoio ao Partido, sendo os contactos para sua utilização feitos através dela.

Em Vila Franca, a resolução de ter de alugar a segunda casa deveu-se ao facto de viver em frente um sargento da Marinha, vagomestre, cuja família era muito dada a convivência de vizinhança, ao que eles não podiam corresponder dada a situação de clandestinidade.

A dada altura o Partido entendeu ser conveniente saírem de Vila Franca por já estarem ali havia bastante tempo. Foram para Aveiras de Cima, onde se deslocou para alugar casa; regressou a Vila Franca e, num sábado, alugou uma camioneta e ambos carregaram os haveres e seguiram viagem, tendo chegado ao fim do dia e por fim lá se instalaram.

Nesse mesmo sábado, uma camarada, Emília Lindim Ramos, que já antes utilizava o «ponto de apoio» de Vila Franca de Xira, foi ficar em casa duma irmã da Rosa, a Guilhermina, na Quinta das Terras, em Pinheiro de Loures. Mas estava previsto que a Emília voltava para o novo «ponto de apoio» no domingo à noite. Porém... não apareceu...

Por outro lado estava previsto um encontro com o camarada Ângelo Veloso na segunda-feira seguinte, à noite, a quem relatou o sucedido. Logo este rematou que, então, havia que sair rapidamente de Aveiras, pois se Emília não apareceu era porque tinha sido presa. Souberam logo depois que ela fora presa no domingo de manhã em casa da Guilhermina, juntamente com esta e o marido, António Arraiolos. Em consequência trataram de sair rapidamente de Aveiras. Logo na terça-feira, a Rosa foi à praça tratar de vender o pouco que tinham, exceto roupa de casa e vestuário, e lá se desfez de tudo ao desbarato, que a ocasião não era de regatear preços.

Para que a saída de Aveiras, tão repentina e logo após a chegada, não fosse estranhada, a Rosa disse à dona da casa que o Manel, em tempos, se tinha inscrito para trabalhar no Alto-Forno da Siderurgia Nacional, e agora, de repente, tinham-no chamado para ser Chefe de Secção, com um bom ordenado, sendo esta uma oportunidade que não podiam desperdiçar. E esta mentira sagrada pegou: ah! assim está bem, assim convencem-me, respondeu a senhora!

Arrecadada a roupa de casa e o vestuário nas duas malas grandes que tinham, o próprio dono da casa se ofereceu para os levar à estação do comboio, rumo a Santa Apolónia.

Em Lisboa e arredores passaram então por várias moradas e o Manel teve vários trabalhos.

Dada a saída de emergência de Aveiras tinha perdido o contacto com o Partido, que foi restabelecido alguns meses mais tarde, já não recorda como. Alugou então uma casa na Buraca, que seria um novo «ponto de apoio» do partido. Arranjou trabalho na Damaia, na construção civil.

Alguns dias depois suspeitou que estava a ser seguido – uma tarde, no regresso a casa, deu conta que no passeio do outro lado da rua, no mesmo sentido, não se aproximando nem se afastando, caminhavam dois indivíduos dos quais suspeitou, talvez por instinto de defesa. Preveniu a Rosa de que poderia acontecer num qualquer dia não aparecer, fosse por ser preso ou por fugir. Logo no dia seguinte, quando se dirigia para o trabalho, viu os mesmos, ou outros dois indivíduos, também do outro lado da rua, no mesmo sentido que ele. Ficou sem dúvidas: estava a ser vigiado e havia que tratar de fugir.

Dirigiu-se à estação da Damaia com o intuito de, aproveitando o afluxo de pessoas, lhes fazer perder o rasto. Caminhando por entre a multidão, deixou de os ver. Porém, ao sair da estação, logo deu conta que lá adiante estava um carro parado com dois ou três indivíduos dentro. Quando ia já próximo do carro eles saíram e ele correu para uma passagem por debaixo da linha do comboio (pontão); ao entrar no pontão viu que eles subiram para a linha e iam atravessá-la, concluindo que o iam esperar do outro lado. Por isso chegou a meio do pontão e voltou para trás, assim conseguindo que o perdessem de vista. Logrou esconder-se dirigindo-se a um muro que galgou, caindo em cima de palha de arroz. E ali ficou até ao dia seguinte, sem comer ou beber, mas tendo iludido a perseguição policial!

No dia seguinte, feita a observação de que não havia perigo à vista, saiu e caminhou tendo como destino a estação do Terreiro do Paço, a fim de ir para o Barreiro, onde vivia o seu irmão Vicente, que lhe daria apoio. Chegado à estação fluvial, sem dinheiro, tratou de magicar como arranjar 1\$00 (1 escudo) para o bilhete. Dirigiu-se a um homem a quem disse uma meia mentira sagrada, que era também meia verdade: que tinha saído do hospital, ia para o Barreiro, mas não tinha dinheiro para o bilhete; o homem deu-lhe 2\$50, portanto bem mais do que custava o bilhete.

No Barreiro, a caminho da casa do irmão, foi «amavelmente» cumprimentado por dois indivíduos bem vestidos, de gravatinha! Logo suspeitou... Contou ao irmão o sucedido e ele adiantou a explicação: dado estar lá em casa a cunhada Florinda, mulher do Ernesto, que tinha sido preso (foi então que o Manel soube da prisão do Ernesto), a PIDE vigiava a casa para saber quem chegava ou quem partia.

O irmão arranjou modo de um camarada o levar para uma barraca de pescadores onde estes guardavam as artes de pesca e por lá ficou alguns dias.

Entretanto, a Rosa, prevenida que estava da possível prisão ou fuga, foi ter a casa do Vicente, e foi decidido deixarem de ter atividade partidária dada a situação de perseguição em que ele estava. Alugou uma casa na Baixa da Banheira, para onde se mudaram. Ao mesmo tempo, por intermédio dum cunhado do Vicente, que trabalhava na Companhia União Fabril (CUF), o Manel conseguiu trabalho nessa empresa.

A dada altura, quando ao fim do trabalho regressavam a casa, todos os dias, num determinado sítio, indo o Manel e o cunhado do irmão pela linha férrea, passava por eles, na estrada, um Volkswagen, o que o fez desconfiar. De facto... alguns dias depois, na madrugada do Dia de Todos os Santos de 1964, ainda estavam a dormir, a Rosa acordou com um leve toque na porta e foi ver. Abriu e ficou na frente de seis pides e dois GNR, que logo entraram sem cerimónias! Prenderam o Manel e revistaram tudo, deixando os parques haveres espalhados pelo chão, sem qualquer espécie de respeito sequer pelos miúdos, os dois filhos que tinham. Além disso não se coibiram de usar de sarcasmo, tendo um deles comentado a dada altura: «Vocês agora têm cá pouca coisa», ao que a Rosa logo respondeu: «Porquê? Já alguma vez você cá viu muita coisa?». E em determinado momento, dando o Manel dinheiro à Rosa para lhe ir comprar um maço de cigarros, um deles comentou: «Não vale a pena, que nós damos lá tabaco; nós não somos tão maus como vocês pensam...» A resposta da Rosa não se fez esperar: «Pois não, vocês são umas joias de pessoas, levam-me o homem e deixam-me aqui com duas crianças, sem trabalho e sem dinheiro para lhes matar a fome.»

Logo que saíram de casa o Manel viu o tal Volkswagen que passava por eles e de que suspeitara! Entretanto, o sarcasmo dos pides continuou. Um deles foi ao café em frente, comprou um maço de cigarros e deu-lho, dizendo, quando lhe quis pagar, que era oferta deles. Chegados ao cais, que seria o de Cacilhas, o funcionário da bilheteira perguntou aos pides quantos bilhetes eram, tendo obtido como resposta: «Hoje é mais um».

O Volkswagen levou-os, quatro pides e ele, para a António Maria Cardoso. Foi então que um deles comentou: «Nós vimo-nos na Baixa da Banheira». Nessa altura o Manel reconheceu um dos que, «amavelmente», o cumprimentou quando se dirigia para casa do irmão. Esse tal era o inspetor Sacchetti...

Apontaram-lhe uma cadeira frente a uma pequena secretária onde estava uma esferográfica e um papel, mandaram-no sentar e que escrevesse tudo o que sabia sobre o PCP. Às tantas perguntaram-lhe: «Então já escreveu tudo?». Mas ele não tinha escrito nada, nem sequer pegara na esferográfica!

Mostraram-lhe um conjunto de fotografias para que dissesse quais daquelas pessoas conhecia. Disse conhecer, precisamente, as que eram da terra dele – seria anormal não as conhecer. Porém, em relação aos que não eram lá da terra, embora os conhecesse, disse que não os conhecia.

Passou dois ou três dias em tortura do sono – quando estava prestes a dormir davam-lhe uma palmada violenta nas costas e comentavam: «Aqui não se dorme; estamos cá para conversar». Ao fim deste tempo de tortura do sono começou a ver aranhas e outros bichos nas paredes: eram as visões provocadas pelo cansaço de não dormir. Às tantas, estava ele a começar a adormecer, puseram um disco a tocar com crianças a chorar e vozes de pides a dizer que matavam, e outras coisas desse estilo de que já não se lembra. Isto despertou-o, mas não se deu por achado. Depressa constatou que lhe estavam a ser aplicados os métodos de atuação da PIDE de que já lhe tinham falado no Partido. A dado momento decidiu reagir à audição do disco com o suspiro próprio de quem acorda, uma inspiração e expiração profundas. Logo um dos pides comentou em tom de voz bem audível: «O gajo é esperto!» Isto é, o pide percebeu que ele tinha fingido que estava a dormir.

Depois da tortura do sono mudaram de tática: deixaram-no dormir durante duas ou três horas, acordaram-no abruptamente e espancaram-no. Finalmente mandaram-no dormir, comentando que no dia seguinte continuariam a «conversa». Porém, no dia seguinte, mandaram-no para o Aljube, e lá iam buscá-lo para a rua António Maria Cardoso quando queriam interrogá-lo, mas não mais o torturaram nem espancaram. Terminados os interrogatórios sem que nada tivessem sabido pela sua boca, mandaram-no para Caxias, onde aguardou julgamento, que se deu ainda em 1964, tendo sido condenado a 16 meses de prisão, que ficou a cumprir aí, em Caxias.

Entretanto, em 1965, houve a visita a Portugal de uma alta individualidade (terá sido o legado pontifício que o Papa Paulo VI enviou a Fátima, antecedendo a sua própria visita, que se deu dois anos mais tarde). Em razão disso beneficiou de amnistia com redução de pena de três meses, que seria o tempo de prisão que lhe faltava cumprir, pelo que saiu em liberdade ainda em 1965.

Considera o Manel que tal amnistia apenas foi concedida aos presos que menor importância tinham para a PIDE; aqueles que a PIDE considerava «perigosos», esses lá continuaram. E os «não perigosos» só foram amnistiados porque as prisões estavam a abarrotar.

Veio viver para a zona de Odivelas. Na casa onde vive desde 1966, nos anos que restaram ao fascismo, além das diversas reuniões de natureza partidária, também passou por lá, de raspão, um camarada clandestino, que saiu logo no dia seguinte ao saber que em frente morava um pide, com o qual mantinha uma certa convivência por razões de tática defensiva – de resto o pide havia de saber quem eles eram, pois o Manel tinha sido preso político.

Depois do 25 de Abril o Manel manteve a sua militância participando nas lutas populares. Na sua casa fizeram-se muitíssimas reuniões para organizar a luta em defesa da Revolução de Abril.

Mais tarde foi trabalhar para a «Festa do Avante!», com salário e, posteriormente, para a União de Sindicatos.

É militante do PCP e é uma referência de honradez e de coragem na resistência ao fascismo, quer junto dos comunistas, quer junto de todos os que o conhecem de perto, e muitos são, ainda que ideologicamente se situem em campos adversos.

Com o Manel Gomes, **a resistência também passou por aqui!**

* Testemunho recolhido por Luís Veiga

João Francisco Grilo do Cabo

Nasceu a 2 de Abril de 1932 na freguesia e concelho de Cuba, no Alentejo.

Aos sete anos de idade já trabalhava na «monda» para ajudar à sobrevivência da família, ao mesmo tempo que cumpria a escolaridade básica (4.ª classe).

Viveu em Cuba até à data do seu casamento, altura em que se mudou para a área de Lisboa, indo residir numa barraca na Serra da Luz, atual freguesia da Pontinha, bairro onde ainda reside, agora em casa própria.

Exercia a profissão de pedreiro, na área da construção civil, tendo sido, após o 25 de Abril, trabalhador da Junta de Freguesia de Odivelas (e mais tarde da Junta de Freguesia da Pontinha, após a sua criação).

Começou a exercer atividade política ainda jovem, colaborando em várias ações de combate ao regime fascista que dominava o país.

Aderiu ao Partido Comunista Português na década de sessenta do século passado, passando então a participar organizadamente no amplo movimento unitário de oposição ao fascismo.

Distribuía regularmente o «Avante!» clandestino nas zonas que lhe foram destinadas e participava em reuniões, manifestações e outras iniciativas de carácter político, naquele trabalho contínuo e permanente que foi desgastando a sustentabilidade de um governo déspota que haveria de se desmoronar na madrugada do dia 25 de Abril de 1974.

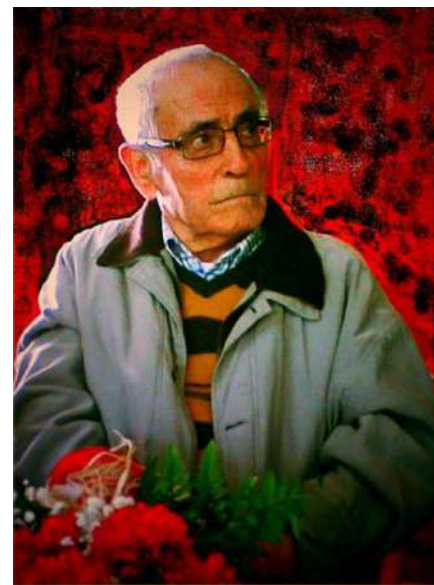


Foto cedida pelo Centro Documental de Odivelas do PCP

Participou ativamente nas campanhas da oposição democrática (CDE) nas farsas eleitorais de 1969 e 1973.

Colaborou empenhadamente com a Associação Nacional de Socorro aos Presos Políticos na recolha de fundos para apoio às famílias dos patriotas encarcerados nas prisões fascistas.

Por volta de 1970 disponibilizou a sua casa, na Serra da Luz, para ali se realizarem cursos de alfabetização segundo o método de Paulo Freire, iniciativa levada a cabo pela organização clandestina de oposição que se tinha formado em Odivelas na sequência das «eleições» de 1969. Teve pouco tempo de vida esta iniciativa, por intervenção intimidatória das chamadas «forças de segurança» junto da população sua destinatária.

No ano em que se comemora o 40º aniversário do 25 de Abril, justo é que sejam lembrados os homens e mulheres que, anonimamente e pondo em risco a sua própria liberdade, deram o melhor de si na luta pela libertação do povo do seu país, subjugado e humilhado durante 48 longos anos.

João do Cabo continua a ser um homem respeitado por toda a gente que o conhece. Hoje, com 82 anos de vida e desligado de qualquer atividade por razões de saúde, chega a ser comovente o seu desespero por não poder já participar nas lutas, a que assiste diariamente, para preservar os direitos que tanto (lhe) custaram a conquistar e que agora vê serem criminosamente destruídos sem que ele possa participar e ir à luta como sempre fez.

João do Cabo é um exemplo de humildade e de dignidade.

4. AS MARCAS DO FASCISMO NO TERRITÓRIO E NO SEU POVO



Em cima, à esquerda, a Rua dos Bombeiros Voluntários e à direita a Entrada de Odivelas. Em baixo, à esquerda, o Bairro Olaio e à direita uma vista do Instituto de Odivelas, anos 60 - Fotos retiradas de «Odivelas de Outros Tempos» – Página Facebook

Do Rural ao Urbano

O concelho de Odivelas é o concelho mais jovem da Área Metropolitana de Lisboa, assim sendo tudo o que se possa escrever ou dizer está histórica e intimamente ligado também ao concelho de Loures.

No século XIX toda esta área era fornecedora de produtos alimentares à cidade de Lisboa e, em simultâneo, era também um local de lazer para a classe mais abastada.

Produção de Culturas Arvenses no concelho de Loures (valor em alqueires)

Freguesia	Trigo	Cevada	Milho	Grão-de-bico	Fava	Carradas de cebola
Caneças	1 260	840	168			150
Odivelas	3 360	840	840		168	2 400
Póvoa de Sto Adrião	2 940	168	672	168	168	600
Total	7 560	1 848	1 680	168	336	3 150

Extrato do quadro da produção de Culturas Arvenses no concelho de Loures, elaborado segundo dados fornecidos pelo Inquérito Agrícola, Estudo Geral da Economia Rural da 7ª Região Agronómica, Lisboa, 1889



Foto cedida pelo Centro Documental de Odivelas do PCP



Nora, à entrada de Odivelas. Ao fundo a encosta do Olival Basto, ainda com oliveiras



Tanques de água na Quinta da Várzea



Ponte à entrada de Odivelas



Saída de Odivelas na direção do Sr. Roubado – anos 60

Fotos retiradas de «Odivelas de Outros Tempos» – Página Facebook

Em meados do século XX, anos quarenta e até aos anos setenta - período que se caracteriza pela ausência de tomada de medidas de planeamento do país -, com o início da industrialização começou a emigração e a migração do interior para o estrangeiro e para as zonas mais industrializadas, particularmente Lisboa. Naquele tempo a «cidade grande» era a esperança em busca de uma vida melhor, para arranjar um trabalho, uma casa, etc., enfim, a procura de melhores condições de vida.

Evolução populacional do concelho de Odivelas

Freg.	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Caneças	1 367	1 962	2 709	3 545	6 937	9 664	10 647	12 324
Famões						7 092	9 008	11 095
Odivelas	3 696	6 772	27 423	51 395	84 624	53 531	53 449	59 559
Olival						7 346	6 246	5 812
Pontinha						26 252	24 023	23 041
Póvoa	1 006	1 518	4 966	9 470	19 386	14 463	14 704	13 061
Ramada						11 667	15 770	19 657
Total	6 069	10 252	35 098	64 410	110 947	130 015	133 847	144 549

É neste contexto que se regista uma explosão demográfica em toda a Área Metropolitana de Lisboa, do qual o concelho de Odivelas não é exceção.

Na década de 50 a freguesia de Odivelas mais que triplica de população e na década de 60 registou-se a explosão demográfica no eixo Póvoa Santo Adrião, reflexo da política de então, que consistia em concentrar os empregos bem no interior de Lisboa, obrigando a que as pessoas tivessem de procurar habitação nos arredores (arrabaldes).

Até meados dos anos 60 são ocupadas todas as áreas previstas nos anteplos de urbanização e começam a surgir as primeiras ocupações clandestinas de outras áreas marginais indicadas como zonas proibidas à construção.

No contexto de agudização do crescimento económico desenfreado e da capitalização de todos os meios de produção, a par da inércia e falta de planeamento, certamente intencional, em 1965 a regulamentação sobre loteamentos urbanos colocou nas mãos do privado a iniciativa e a forma de crescimento urbano, passando a ser os urbanizadores a conduzir o processo de loteamento e a venda dos lotes.

- ✓ Condições de habitabilidade muito precária;
- ✓ «Casas de função», ou «bairros de função» – uma forma encapotada de ainda maior exploração (o trabalhador estava disponível dia e noite) e de encobrir o atraso em que o nosso país vivia;
- ✓ Não havia vias de comunicação, nem transportes.

Na década de 70 cresce a ocupação descontínua dos solos, surgindo urbanizações como a Arroja, com 1.023 fogos e 10 m²/fogo de área de equipamento, ou os Bons Dias, com 1.770 fogos e 38 m²/fogo. Também o bairro Falcão, na Pontinha, considerado pela Associação de Arquitetos Portugueses como «um bairro abominável», foi licenciado antes do 25 de Abril, mas depois nunca houve vontade ou capacidade para o fazer parar.

É pois neste contexto que passamos de um concelho rural para um concelho estritamente urbano, em que a ausência de políticas de desenvolvimento das regiões do interior provocou uma forte emigração para o estrangeiro e migrações para as áreas metropolitanas. O elevado preço das casas no mercado legal, bem como o preço dos terrenos, levaram a que, na região de Lisboa, os loteamentos clandestinos fossem uma das mais importantes formas de crescimento – «espontâneo» - não planeado, de carácter especulativo e marcado por numerosas patologias urbanísticas, que se traduzem em múltiplos incómodos para os moradores.

O desenvolvimento da «construção clandestina»

Podem-se considerar três, os períodos distintos no processo de urbanização clandestina:

✓ **Até 1969-70** – Foi a fase da construção durante a noite, faziam-se as paredes por dentro das tábuas de madeira e colocava-se a placa e logo se habitava para evitar o derrube da construção.

✓ **1970-74** – Expandem-se os loteamentos ilegais, aumentando a permissividade da administração e a generalização da cumplicidade/suborno das entidades municipais e policiais. Surge a «construção à multa», forma de a administração «salvar a face» e arrecadar algumas receitas, ao mesmo tempo que permitia o prosseguimento da construção.

✓ **Depois de 1974** – Alcançada a democracia política verificaram-se, como em tudo, conceitos errados de liberdade que, com as contradições da falta de alojamento e as graves prioridades a atender, levaram à generalização da permissividade. Por outro lado, o aumento dos rendimentos impulsionou a construção. Verifica-se uma consolidação dos bairros, quer por transformação e ampliação, quer pelo fornecimento dos primeiros serviços – água, luz, arruamentos.



O intenso trabalho de recuperação dos bairros
Foto cedida por Olga Taborda



O mesmo bairro após recuperação
Foto cedida por Olga Taborda

As condições de vida e de habitabilidade nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX

- ✓ Em 1950 só 11% da população era servida com rede de abastecimento de água;
- ✓ Em 1957 só existia rede de esgotos em Caneças e Odivelas;
- ✓ Em 1964 foram construídos dois reservatórios de água de 300 m³ cada, um em Odivelas e outro na Urmeira;
- ✓ Em 1973 só 65% da população era servida por rede de esgotos e só 25% dos esgotos eram tratados;
- ✓ A eletricidade era também um bem escasso, de que só as famílias mais abastadas dispunham.



Camioneta de recolha do lixo anos 50, 60 e 70
Foto cedida por Olga Taborda



Carroça de recolha do lixo da C.M. de Lisboa anos 50 e 60,
também existente no Concelho de Loures/Odivelas
Foto retirada de «Restosdecolecção.blogspot.pt»

Fragmentos da Realidade Social no Fascismo

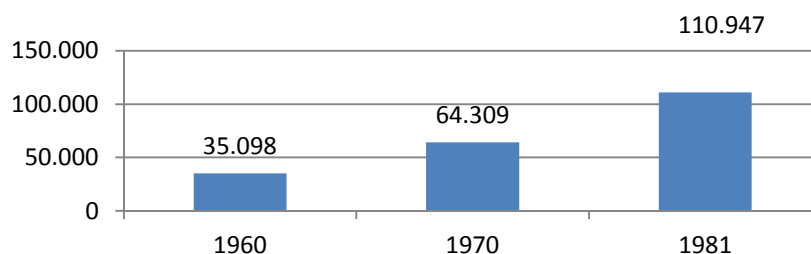
Maria da Luz Nogueira

População e condições de vida

A população do território que viria a constituir o concelho de Odivelas cresceu de forma muito intensa a partir dos anos 60 do século XX. Em 1960, a população do conjunto das freguesias de Caneças, Odivelas e Póvoa de Santo Adrião^[1] situava-se em pouco mais de 35.000 pessoas, passando para mais de 64.000 em 1970 e para cerca de 111.000 em 1981. Em duas décadas a população mais que triplicou. As migrações internas provocam um grande crescimento populacional em toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Na freguesia de Odivelas «o crescimento é o mais gritante de todas as freguesias do concelho de [Loures], apontando-a já para as zonas características de “dormitório”»^[2]. Esta freguesia, em 1970, concentra a esmagadora maioria da população no conjunto das três freguesias que viriam a constituir o concelho de Odivelas (cerca de 52.000 em 1970, num total de 64.000 habitantes).

População do Concelho
(Freguesias: Odivelas, Caneças e Póvoa St. Adrião)



Fonte: INE - Recenseamento da População



Foto cedida pelo Centro Documental de Odivelas do PCP

^[1] Freguesias existentes em 1974. As restantes foram criadas após o 25 de Abril. Pontinha, em 1985, Ramada, Olival Basto e Famões, em 1989.

^[2] «Loures Tradição e Mudança, I Centenário da Formação do Concelho – 1886-1986», II volume, pág.104.

As famílias operárias amontoam-se em quartos e partes de casa, ou refugiam-se em barracas. Os bairros de lata renascem ainda mais miseráveis nas zonas periféricas.^[1]

As cheias de Novembro de 1967 atingiram de forma muito intensa o concelho de Loures, em particular as zonas de recentes características de dormitório, como Odivelas. «...Os bairros de Olival Basto, Pombais, Pontinha, Odivelas, entre outros, foram destruídos pelas chuvas diluvianas porque neles (...) se acumularam milhares de trabalhadores sem possibilidades económicas para pagar elevadas rendas e se viram obrigados a construir as suas pobres barracas de lata».^[2]

Para acudir às vítimas das cheias de 1967, foram construídas pela Federação da Caixa de Previdência e Abono de Família do Comércio do Distrito de Lisboa casas pré-fabricadas no Bairro do Bom Sucesso, em Odivelas, junto à atual Escola Secundária. Posteriormente, essas famílias foram realojadas em casas definitivas, no Bairro Gulbenkian, ficando as casas pré-fabricadas vazias e ao abandono.

Em Maio de 1970 essas casas são ocupadas por famílias que viviam em barracas na Serra da Luz. Como relata um jornal à época: «...cerca de cinquenta habitantes de barracas da Serra da Luz souberam da existência, ao abandono, do referido bairro de casas pré-fabricadas e decidiram mudar-se para ali, dado que as condições de higiene e segurança, entre outras, para eles era um sonho...»^[3]

^[1] Cunhal, Álvaro, «Rumo à Vitória», edição Opinião, Lisboa, 1964/1974, pág. 80.

^[2] Jornal «Avante!» n.º 386, Dezembro de 1967, in «Loures Tradição e Mudança, I Centenário da Formação do Concelho – 1886-1986», II volume, pág. 80.

^[3] Diário Popular, 23 de Maio de 1970, in «Ocupação do bairro do Bom Sucesso em Odivelas, por 48 Famílias de Barracas», ed. Afrontamento, sd, Porto.

Para exigir melhores condições de vida, em Dezembro de 1972 «foi enviado a Marcelo Caetano um abaixo-assinado com mais de 500 assinaturas dos moradores da Encosta da Luz, Odivelas, que continuam a alumiar-se com velas e candeeiros de petróleo, não têm água na residência, os esgotos são focos de toda a espécie de insetos e cheiros insuportáveis»^[1].

As populações viviam sem quaisquer condições. As necessidades de abastecimento de água e eletricidade só foram atendidas na medida em que as «grandes necessidades» - comércio, indústria... impuseram essas necessidades.^[1]

Em 1966, o número de consumidores de água abastecidos pela Companhia das Águas de Lisboa, no território do atual concelho de Odivelas, situava-se em 7.540.^[2]



Bairro dos Sinistrados em Odivelas
Foto retirada de «Loures Tradição e Mudança – I Centenário da Formação do Concelho – 1886 – 1986», II Volume

^[1] «Loures Tradição e Mudança, I Centenário da Formação do Concelho – 1886-1986 », II Volume, pág. 77.

^[2] Idem, pág. 78.

Continuação...



Bairro dos Sinistrados em Odivelas
Foto retirada de «Loures Tradição e Mudança – I Centenário da Formação do Concelho – 1886 – 1986», II Volume

Sem condições económicas para alugar casa, vão proliferando as barracas e os bairros clandestinos, hoje designados por AUGIS – Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

Quando em 1994, a Câmara de Loures fez o primeiro recenseamento no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), foram identificadas 3.904 barracas no concelho.^[2] No território do concelho de Odivelas, no ano 2000 existiam 670 barracas.^[3]

Por sua vez, no levantamento feito também na década de noventa, os bairros clandestinos totalizavam 227 no concelho de Loures, 90 dos quais no território do concelho de Odivelas.

^[1] Jornal «Avante!» n.º 448, Dezembro de 1972.

^[2] Revista: Loures Municipal: Janeiro de 2013, pág. 21.

^[3] Câmara Municipal de Odivelas, Habitação Social – Informação Estatística, Outubro de 2013.

Elementos de caracterização económica

Tomando como referência as três principais áreas de atividade económica verifica-se, no espaço de cinco anos (1965-1970), um crescimento significativo da indústria^[1] e do comércio.^[2]

	Agricultura e afins		Indústria		Comércio	
	1965	1970	1965	1970	1965	1970
Caneças	8	10	11	16	36	43
Odivelas	13	23	47	78	100	165
Póvoa	7	7	12	29	17	21
Total	28	40	70	123	153	229

Fonte: «Loures Tradição e Mudança, I Centenário da Formação do Concelho – 1886-1986», II Volume, pp. 91, 104 e 106

^[1] O tipo de indústria difere entre as freguesias: **Caneças** (fábrica de bolos, refrigerantes, serralharia, estância de madeiras); **Odivelas** (tripas, mosaicos, tipografia, estores, mármore, tinturaria, laticínios, fundição, colchoaria, bicicletas, reparação de automóveis, oficina de carroças, lagar de azeite, alcatroamento de tecidos, fábrica de bolos, carvoaria, curtimento de peles, serralharia, moagem, tintas, pedreiras, adubos, máquinas agrícolas e industriais); **Póvoa de Stº Adrião** (reparação de automóveis, mosaicos, serralharia, metalúrgica, lagar de azeite, fábrica de borracha, cartonagem, escovas, calços, moagem, torrefação de café, produtos industriais).

^[2] Tipo de comércio: **Caneças** (arameiro, capelista, árvores, leitaria, mercearia, padaria, pensão, peixaria, restaurantes, sapateiro e talho); **Odivelas** (salsicharia, leitaria, quinquilharia, mercearia, padaria, talhos, restaurantes, vinhos, fotografia, casa de pasto, drogaria, etc.); **Póvoa de Stº Adrião** (vinho, padaria, salsicharia, capelista, talho).

Póvoa de St.º Adrião e Odivelas são zonas de pequenas e médias empresas, dormitórios e boa atividade comercial. Caneças integra-se nas zonas de economia agrícola e comércio, tendo também características de dormitório.^[1]

Embora se registre um aumento em número absoluto nas três áreas de atividade económica, ele é particularmente significativo na indústria que, em cinco anos, regista um aumento de 75% no número de empresas.

As características de cada freguesia são descritas no livro, «Loures Tradição e Mudança, I Centenário da Formação do Concelho - 1886-1986», II volume, da seguinte forma:

Caneças, zona com condições microclimáticas; grande riqueza em fontes de águas minerais; centro atrativo para a população da capital, regista também desenvolvimento do comércio. Zona com características agrícolas, com a particularidade dos viveiros de árvores.



Aguadeiro e Lavadeira de Caneças
Atividades emblemáticas da história da freguesia

^[1] «Loures Tradição e Mudança, I Centenário da Formação do Concelho – 1886-1986», II volume, pág. 113.

Continuação...

Odivelas, o crescimento populacional é o mais gritante de todas as freguesias do Concelho, apontando-a já para as zonas características de «dormitório». Crescimento acentuado de comércio, zona de tradicional implantação fabril (Senhor Roubado), fábrica de sebo, peles, cola, que progressivamente se reduz. Zona industrial com algum peso.



Zona Industrial do Sr. Roubado, Fotografia de C. Matos retirada de «Loures Tradição e Mudança, I Centenário da Formação do Concelho – 1886-1986», II volume



Fábrica da Unor – Importante Componente da freguesia em 1986. Fotografia de C. Matos retirada de «Loures Tradição e Mudança, I Centenário da Formação do Concelho – 1886-1986», II volume

Póvoa de Santo Adrião, zona de «dormitório» com acentuado crescimento a partir de 1950. Crescimento industrial e comercial em paralelo com alguma produção agrícola. A zona industrial confunde-se com a de Odivelas.

Políticas «sociais» no fascismo

Ao nível da **educação**, de acordo com a informação disponível, em 1974 havia 10 escolas **primárias** e uma **preparatória** - a Escola Avelar Brotero, que era privada, e que em 1969/1970 passou para a rede pública.

Embora a escolaridade obrigatória tenha passado para seis anos em 1964, as condições para o seu cumprimento só foram definitivamente estabelecidas nos finais dos anos 70.^[1]

Ou seja, antes do 25 de Abril, após a conclusão da escola primária (4ª classe), a generalidade das crianças que continuasse os estudos tinha que ir para Lisboa, pois em Odivelas apenas existia uma escola para o 5.º e 6.º ano. Por sua vez, para o curso geral dos liceus (que correspondia ao 3º, 4º e 5º ano) **não existia em Odivelas nenhuma escola na rede pública**. O Externato de Odivelas, uma escola particular fundada em 1971 por Pais Martins, passou a receber alunos da escola pública em 1975.

Lourenço Batista, que foi presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de St.º Adrião, refere que a construção da Escola Chafariz d'El Rei, na Póvoa de St.º Adrião, no final dos anos 60, princípios de 70, resultou da luta da população por altura da construção de uma urbanização na Quinta da Palmeira. Este acontecimento teve eco na comunicação social, tal foi a importância que assumiu.

Refere também que imediatamente após o 25 de Abril foi registada a necessidade de 500 salas de aula no concelho de Loures. Para superar a falta de escolas foram adotadas medidas de carácter provisório, de que são exemplo a utilização de contentores militares, até ser construída a Escola EB1 Maria Costa, na Ramada, em 1976, bem como o funcionamento de uma «escola» numa garagem, na Rua Sacadura Cabral, e outra por cima da fábrica dos bolos, Rua João Villaret, ambas na Ramada.

^[1] O Sistema Educativo e o seu desenvolvimento - CEDEFOP (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional).

Os jardim-de-infância na rede pública começam a surgir nos anos 80 - Álvaro de Campos, Jl Arroja e Roque Gameiro, em Odivelas, e com a aprovação da lei do pré-escolar, em 1997, vão aumentando com a sua integração em escolas do 1.º ciclo.

As **respostas sociais** de apoio à família eram inexistentes. É em Caneças que surgem as primeiras instituições, com características muito distintas: a Obra do Padre Abel, criada em 1952, acolhia rapazes, e a Casa de Repouso da Enfermagem, criada em 1965, era destinada a estes profissionais.

É após a Revolução e com o impulso e a dinâmica das populações que surgem as creches e jardim-de-infância, bem como os Centros de Dia e Convívio para os reformados, pensionistas e idosos.

Em 1975 e 1976 são criados o Jardim Infantil e Popular da Pontinha (JIPP) e o Instituto Português de Pedagogia Infantil (IPPI), na Póvoa de St.º Adrião.

Ao longo dos anos 80 são criadas mais quatro instituições para apoio à infância, entre elas a AMOP (Associação de Solidariedade Social dos Moradores do Bairro das Patameiras), a Associação Nosso Recreio, a Casinha Amarela e o Centro Infantil de Odivelas, o único da rede pública.

São criados os Centros de Dia e Convívio (designados como Centros Unitários de Reformados, Pensionistas e Idosos) - primeiro em Odivelas e Olival Basto, em 1983 e depois na Póvoa e em Caneças, em 1987.

Quanto aos serviços de saúde

Antes do 25 de Abril existia **um único serviço de saúde** – Rua dos Bombeiros, em Odivelas, ainda hoje conhecido como «A Caixa», que era assim que designavam os serviços médico-sociais das Caixas de Previdência (serviço de saúde entretanto encerrado, em Abril de 2013).

No início da década de 70, em 1970/1971, foram criados os dispensários materno-infantis, onde eram vacinadas as crianças. Existiam três:

- ✓ Serra da Luz/Urmeira;
- ✓ Rua Nampula, em Odivelas;
- ✓ Av. Abreu Lopes (local onde funcionou o CATUS).

Com a criação do Serviço Nacional de Saúde, uma das importantes conquistas da Revolução, a situação mudou radicalmente. O país vai sendo coberto por serviços de saúde e no concelho são criados em várias freguesias - Caneças, Pontinha, Póvoa de St.º Adrião, Odivelas e Famões.

As profundas mudanças políticas, sociais, económicas e culturais conquistadas com a Revolução de Abril e o seu impacto na melhoria da qualidade de vida da população não podem ficar guardadas nas memórias de quem viveu esse período.

Transmiti-lo às novas gerações e registá-lo para o futuro é um imperativo de todos!

O direito à livre associação

Um pouco como por todo o país, também no território do hoje concelho de Odivelas o 25 de Abril assumiu uma importância crucial no desenvolvimento das mais variadas expressões do associativismo popular.



Foto cedida pelo próprio

A liberdade e a democracia, princípios basilares da nova Constituição da República, vieram consagrar também o direito à livre associação das populações.

É importante, todavia, referir que já antes da Revolução existiam associações culturais, desportivas e recreativas no território de Odivelas, algumas delas centenárias, como são os exemplos da Sociedade Musical Desportiva de Caneças e a Sociedade Musical Odivelense. É igualmente importante referir que estas associações, dirigidas por gente progressista, democratas e republicanos, embora de forma subliminar opunham-se ao regime utilizando as suas atividades, nomeadamente culturais, como forma de denúncia ao poder político da Nação, tendo sempre a difícil tarefa de *enganar* a censura. São muitos os relatos de reuniões mais ou menos clandestinas, protagonizadas por sócios e dirigentes, que ocorriam nestas coletividades, onde se discutia não só as atividades da associação, mas também a ação política contra a ditadura.

Sem prejuízo do que atrás referi, é insofismável o contributo que a liberdade e a democracia, saídos do 25 de Abril, deram para o nascimento de dezenas de coletividades de todas as índoles no território de Odivelas.

A importância do poder local democrático no crescimento da rede associativa

Numa época de recuperação de grandes atrasos estruturais, o poder local democrático saído de Abril veio contribuir significativamente para a criação das condições necessárias ao crescimento da influência associativa junto das populações em Odivelas. Durante décadas e até ao presente, as câmaras municipais e juntas de freguesia foram o aliado privilegiado das coletividades, concedendo-lhes apoios, quer financeiros, quer logísticos. A recuperação das sedes, a construção de equipamentos culturais e desportivos, a formação de dirigentes e o apoio financeiro à atividade vieram dotar as associações de forma significativa.

Muitas associações, nomeadamente desportivas, surgiram de forma quase espontânea, fruto de conversas e entendimentos de grupos de cidadãos. Se me é permitido o raciocínio, creio mesmo ter existido algum exagero nesta «onda associativa». Muitas associações formaram-se «paredes meias» com outras já existentes, disputando territórios de intervenção e associados.

Em Loures, desde a segunda metade da década de 70 e até sensivelmente ao princípio dos anos 90, o lema «Desporto, um direito do povo» foi levado à letra como em nenhum outro período da história pós-25 de Abril. Foi precisamente nesse período que se fundariam dezenas de coletividades nas freguesias que agora integram o concelho de Odivelas, tendo o futebol, a ginástica e o atletismo verificado um aumento exponencial de praticantes.

O associativismo juvenil estudantil

Após o 25 de abril começaram os movimentos de constituição das associações de estudantes nas escolas secundárias em Odivelas. Recordo bem a primeira vez em que, com apenas 12 anos, depusitei o meu voto numa urna na Escola Secundária da Ramada, num momento de pleno exercício de cidadania que jamais esquecerei. Vivíamos um momento em que, através do nosso voto, sentíamos que efetivamente podíamos mudar alguma coisa.

O «voto»! Esta arma de cidadania que só em democracia é possível usar. Os ventos de liberdade e da democracia ainda sopravam forte. E nós, jovens alunos do secundário, deixávamos que ele nos batesse no rosto de forma mais ou menos consciente.

Foi mais tarde, já na segunda metade da década de 80, que viriam a ser criadas as primeiras associações de trabalhadores-estudantes, primeiro na Secundária da Pontinha, depois na Secundária de Odivelas e mais tarde na Secundária Pedro Alexandrino.

O associativismo de base local - associações de moradores

Um dos fenómenos a que assisti já na década de 80 foi a formação de inúmeras associações de moradores. A capacidade pela primeira vez dada às populações de discutirem os problemas do seu bairro e da sua rua e confrontarem os poderes com as suas reivindicações, foi igualmente algo que só o 25 de Abril poderia ter trazido. Vivíamos o despertar de uma participação cívica sem precedentes, com as pessoas a envolverem-se na vida coletiva.

Outra expressão associativa que cresceu após o 25 de Abril no território de Odivelas foram as associações de moradores e proprietários dos bairros de génese ilegal. Mais uma vez, também aqui, o poder local, a braços com a necessidade de se criarem infraestruturas básicas à vida naqueles bairros, foi fundamental. As associações de proprietários, de braço dado com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, assumiram um papel insubstituível não só na legalização dos bairros, mas também na criação de todas as infraestruturas necessárias (estradas, escolas, equipamentos, saneamento, etc.).

5. A REVOLUÇÃO DE ABRIL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR



Pano feito pela população de Odivelas para o 1º de Maio de 1974 – Foto cedida pelo Centro Documental de Odivelas do PCP;
«O Cravo», imagem retirada de bwizer.wordpress.com;
Foto de Eduardo Gageiro, retirada de www.jn.pt.

Nada melhor para cumprir Abril do que momentos destes...

Miguel Ferreira

Momentos em que a presença na história de Portugal recente nos leva a jamais desistir.

Por me terem marcado indelevelmente, «recupero» 6+1 momentos de há mais de 40 anos. Seis, antes de Abril, e um depois de Abril.

1. Começo por falar de teatro. E aqui ganha relevância a pessoa de Aurélio Pinheiro Amaro, que foi fundamental para que percebêssemos a importância do teatro para exprimir ideias justas, resistir e combater. Criou o grupo de teatro do Externato Odivelas, e se nos dois primeiros anos (1971/1972) representámos Tchekov, insuspeito autor «admitido» pela Censura, mas não deixando de trazer um pedaço da cultura russa, em 1973 foi 'coisa mais séria'. Aurélio Amaro reuniu um conjunto de textos, poemas e música (Ary dos Santos, António Gedeão, José Afonso, Adriano...) e, numa montagem que nos ocupou muitas horas dos nossos tempos livres, realizámos um espetáculo de grande qualidade e inteligência para a época.

E teve repercussões. O Prof. Pais Martins (outro nome de Odivelas fundamental na nossa educação como homens) foi chamado à PIDE, para explicar 'aquilo'. E explicou a nosso favor, evidentemente.



Fachada da Sociedade Musical Odivelense

Foto retirada de «Odivelas de Outros Tempos» – Página do Facebook



Foto cedida pelo próprio

2. Aurélio Amaro também esteve algum tempo, antes de Abril, na direção do Grupo de Teatro da Sociedade Musical Odivelense (SMO).

E, na sua qualidade de combatente pela democracia, conjuntamente com um outro grupo de jovens, decidiu lançar o Grupo com a peça de Arrabal, *Esquadra para a morte*. Estava iminente a estreia e aguardávamos apenas a autorização da censura. Uma noite, a direção da SMO vem ao ensaio do Grupo. E traz consigo a notícia: PROIBIDO. Todo o texto cortado a azul. Realizámos só um último ensaio para a direção e já não estreámos.



Rua Manuel Simões Gomes Coelho, onde se situava a pastelaria Chámel
Foto retirada de «Odivelas de Outros Tempos» – Página do Facebook

3. O terceiro momento reporta-se às reuniões da oposição democrática na cave do café «O Pato» (ainda lá está, mas sem a cave). Foram muitas, sempre muito participadas por homens e mulheres que, depois de um dia de trabalho e das necessárias *arrumações domésticas* pós-jantar, decidiam não se conformar e, conjuntamente, discutiam e trocavam opiniões, livros e ideias. Rui Azevedo, Fátima Amaral, Maria Rijo, António Cerqueira, Adventino Amaro, José Pinto, José Azevedo, Alcides Casimiro, «Pêra Doce», Carlos Santos, são nomes que me vêm à memória. Mas éramos muitos e muitas mais.

4. Antes das eleições de 1973 ocorreu (ou melhor, quase ocorreu) um jantar da oposição democrática em Famões, no antigo restaurante «Conchego Saloio».

Começou com encontro na Chámel. Caminhada pedonal, para não levantar suspeitas, até Famões. Mesa corrida. Muita gente. Comemos pão, azeitonas. Alguns beberam um pouco de vinho. O gerente aproxima-se da cabeça da mesa. «Boa noite, minhas senhoras e meus senhores. Informaram-nos por telefone que este jantar é participado por pessoas ligadas à política, à CDE. Peço muitas desculpas, mas não vamos poder servir o jantar. Agradecemos a vossa presença, mas... Ah! não vão ter de pagar o pão, as azeitonas e o vinho.»

Para que o simpático restaurante não fosse alvo de qualquer punição ou sanção, decidimos vir embora. Alguém sugeriu, e assim aconteceu: continuamos a pé até ao pinhal da Paiã, fizeram-se três ou quatro intervenções relativamente à campanha para a eleições, e voltámos a pé para Odivelas.

5. Um momento que deve ser recordado (o meu amigo Vítor Rosa também fala disso) é um comício da CDE, realizado na Rua Alexandre Herculano, mesmo junto à Escola Avelar Brotero, e que foi interrompido de forma violenta pela GNR.

Numa sala completamente cheia, a mesa era composta por vários candidatos da lista da CDE de Lisboa e, pasme-se (ou não), pelo oficial da GNR, que tinha microfone próprio. Consigo havia trazido vários carros de intervenção com a GNR de Lisboa, a reforçar os homens locais do célebre cabo Mendes.

Quando a candidata Luísa Amorim, na sua intervenção faz referência à guerra colonial, o oficial da GNR interrompe e avisa que não o deve fazer porque isso levará ao fim da sessão.

Luísa Amorim continua tranquilamente a sua intervenção e, mais adiante, aborda de novo a questão da guerra colonial.

O oficial da GNR, sem hesitações, puxa do apito e, estridentemente, provoca a intervenção da Guarda que efetiva uma carga policial tão inusitada quanto desnecessária. Claro que se instalou o caos e a fuga desornada. Muitas agressões, gritos e correrias. Eu estava com o pessoal do Externato de Odivelas e, apesar de vivermos perto, fugimos em sentido contrário. Neste parágrafo aproveito para prestar uma sentida e merecida homenagem a dois vizinhos e amigos, importantes na minha consciencialização política e que muito me ensinaram: António Peres e Alfredo Correia.

6. Nas vésperas das eleições de 1973 realizou-se uma caravana automóvel de enormes proporções, que percorreu Loures e Vila Franca de Xira.

Recordo-me de ir numa viatura com mais três camaradas. Saímos de Odivelas para junto do Padrão do Senhor Roubado, primeiro local de encontro. Depois, Loures. Aqui uma paragem forçada junto do posto local da GNR. Os cinco primeiros veículos ficam retidos para identificação. Toda a caravana parte e combina Bucelas como local para uma concentração/reunião/espera pelos carros que tinham ficado retidos em Loures.

Reunida a caravana, o destino foi Vila Franca de Xira. Param-se os carros e, todos a pé, começam a distribuição de comunicados à população.

Continuação...

Começa o «assédio» da PSP. Uma camarada (se não incorro em erro, Fátima Amaral, ela o confirmará) ousou entregar um comunicado aos polícias que estavam dentro de um *Nívea*. Resultado: ficou detida no posto da PSP. Indignados, «invadimos» o posto e, como eramos largas dezenas, alguns ficaram à porta. Lá dentro, com lotação esgotada, uns de pé, outros sentados.

A polícia não abriu mão da camarada detida e, como se isto não bastasse, prendeu mais alguns. Então, uma voz disse: todos a Lisboa, ao escritório dos advogados democratas, na Av. Rovisco Pais, junto ao Técnico. Quem ficou com a defesa jurídica dos presos, lembro-me, foram Sottomayor Cardia e Vítor Wengorovius.

7. A vinda a Odivelas dos autocarros 7 e 36 da Carris é um dos grandes momentos *pós-25 de Abril de 1974*, que sugiro recordar. Quem não se lembra das intermináveis «bichas» (vocábulo da época, hoje substituído pelo elegante «fila») de pessoas, todas as manhãs, em todas as paragens de Odivelas?

Quem não se recorda que este «desespero» provocava o movimento de milhares de mulheres e homens que, durante décadas, fizeram caminhadas matutinas, diárias e noturnas, entre a Calçada de Carriche e Odivelas e vice-versa?

A *Revolução dos Cravos* propiciou o fim desta postura sem sentido da empresa de transportes de Lisboa, que permanentemente obstava a que os odivelenses usufríssem deste serviço na sua localidade, uma vez que a Arboricultora tinha uma frota escassa e, nalguns casos, envelhecida.

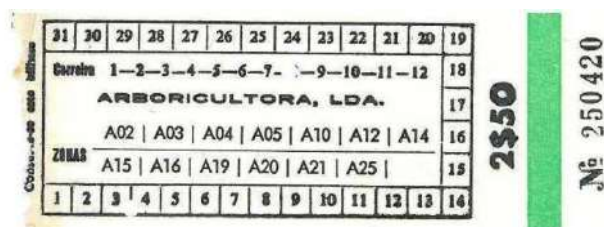


Autocarro da Carris que circulava nos anos 70 - biclaranja.blogs.sapo.pt

Continuação...



Autocarro 7 em 1961 - Foto retirada de «Odivelas de Outros Tempos» - Página do Facebook



Bilhete da Arboricultora
Imagem cedida por Miguel Ferreira

Exatamente por este motivo, em 26 de Novembro de 1974, os passageiros de um autocarro da Arboricultora (onde me encontrava) recusaram-se a pagar o bilhete. O motorista parou o autocarro junto da esquadra da PSP do Lumiar e apresentou queixa. A polícia obrigou-nos a abandonar o veículo, e enquanto durou a caminhada até Entrecampos elegeu-se uma comissão de utentes para resolver o *assunto*.

Em 1 de Dezembro de 1974, a população de Odivelas realizou um grande plenário na Rua Guilherme Gomes Fernandes, no local que ainda é hoje a estação da Rodoviária. E aí exigiu da transportadora de Caneças melhores transportes. As reivindicações, justíssimas, tiveram resultados.

A empresa de Caneças melhorou os serviços e, em Julho de 1975, a Carris passou a servir Odivelas.

Espero que este meu breve depoimento contribua para nos recordar pequenos pedaços da nossa história local. História que é uma parcela fundamental da história regional e da história de Portugal.

Foi então que houve uma grande explosão... A Revolução de Abril de 1974!

António Pacheco

A minha intervenção vai no sentido de poder testemunhar os anos que passei da época fascista e a Revolução do 25 de Abril, no plano político, social e cultural.

A minha residência passou a ser em Odivelas em 1964 e passei a morar em 1972, no Bairro das Patameiras.

No dia 28 de Novembro de 1967 deram-se as maiores cheias de que há memória no nosso país, «de todo o vale», desde o Rio da Costa até à entrada do Trancão, no Rio Tejo.

Toda a área do Rio da Costa até à entrada de Odivelas, «Senhor Roubado», em todo este vale havia mortos por todo o lado, quer animais, quer seres humanos.



Foto cedida pelo próprio

Nas Patameiras a água chegou aos primeiros andares dos prédios. Os zebros dos fuzileiros trabalharam toda a noite. Ainda me lembro como se fosse hoje, ao sairmos dos zebros, pela manhã, das dezenas de moradores, com bilhas cheias de leite para nos fornecer junto aos Bombeiros Voluntários de Odivelas.

Também quero aqui focar um outro episódio muito triste. Na altura tinha 18 anos, trabalhava como empregado de mesa e à noite estudava matemática, num prédio no 3º andar e o professor estava numa cadeira de rodas e era nessa condição que nos ensinava. Um certo dia, à porta desse prédio, fui abordado por dois senhores, que primeiro me deitaram ao chão e espancaram e só depois é que se identificaram como sendo da PIDE.

O crime que eu tinha cometido era trabalhar de dia e estudar à noite. Só alguns anos mais tarde é que vim a saber que o professor que nos ensinava, a PIDE tinha cometido o crime de o deixar naquele estado, numa cadeira de rodas. Comecei a minha vida associativa no ano de 1972, no Real Clube das Patameiras. O clube só tinha uma área desportiva, o futebol 11. Poucos anos mais tarde o clube acabou.

Foi então que houve uma grande explosão... **A Revolução do 25 de Abril de 1974!**



Continuação...

Logo nos primeiros dias da Revolução, foi eleita a Comissão de Moradores das Patameiras. A partir daí construiu-se o Ringue das Patameiras, com o apoio da Câmara Municipal de Loures. Pouco a pouco a comissão foi politizada pelo MRPP, mais tarde saí e a Comissão acabou.

Foi eleita então a Comissão de Melhoramentos, que teve uma vida bastante grande. Fizemos a ligação do Bairro das Patameiras ao Bairro dos Pombais. Ligação da ponte de madeira, que existia na altura, à Rua da Luz até ao Largo da República (foi tudo alcatroado por nós com o apoio da CMLoures). Foram também feitos arranjos na ponte de madeira que ligava à Encosta da Luz.

Ainda voltando a 1964, as Patameiras nessa altura era a Rua da Paiã e pouco mais, a Quinta do Malagasto, com bastantes oliveiras, a Quinta do Monte Louvor, com terrenos de grão, onde hoje está edificada a escola básica Rainha Santa. Odivelas era uma pequena vila, os transportes vinham de Lisboa até à saída do Senhor Roubado. Já havia a estrada que liga a Pontinha, mas carreiras era muito poucas, tempos muito difíceis e de muitas dificuldades na vida.



FUNDADO EM 25-05-78

Símbolo do Clube Atlético das Patameiras
Retirado do site www.afl.pt

Como já disse atrás, a Comissão de Melhoramentos teve um papel fundamental no avanço das várias iniciativas do bairro, sendo a formação da Associação de Moradores das Patameiras a principal instituição privada de solidariedade, a AMOP, da qual sou sócio fundador juntamente com mais 26 moradores. Hoje alguns já não estão connosco.

Em 25 de Maio de 1978 foi feita a primeira prova de atletismo do bairro, organizada por um pequeno grupo de moradores. Foi nessa altura que se começou a dar os primeiros passos para a formação do Clube Atlético das Patameiras.

Continuação...

Em 1979 tentou-se formar os primeiros corpos gerentes, o que só viria a acontecer no ano de 1980, em que entrei como 1º vogal da direção, da qual sou também sócio fundador. Participei em várias direções, realço aquelas em que participei nos anos de 1997 a 2002, como presidente da direção, e em 1996 fui eleito para a comissão administrativa para preparar as eleições para 1997.

Na empresa onde trabalhei 39 anos e seis meses, participei desde o 25 de Abril de 1974 a 2004 como membro da Comissão de Trabalhadores, delegado sindical e dirigente dos gráficos e imprensa.

Entre também como membro da Comissão de Acompanhamento das cheias das Patameiras.

Hoje podemos dizer com bastante orgulho que devido à intervenção dos serviços INAG, Serviços Municipalizados de Loures e Junta Autónoma de Estradas, as cheias terminaram. No entanto, pode haver uma cheia centenária, como as que houve nos anos 1967 e 1983, e essas, por onde passam, destroem tudo pelo caminho.

Nesta nota final quero mais uma vez testemunhar que, sem o 25 de Abril aquilo que acabei de escrever não seria possível.

Para terminar: Na minha infância, o crime que cometi foi o de já não ter pai e a minha mãe servir em casa de uma senhora em Beja, sem condições para me educar. Salazar, para esconder os rapazes de rua, como no meu caso, fazia questão de os colocar numa quinta. Levantava-me às 6h00 da manhã, passados alguns minutos tínhamos de estar em formatura frente às camas, já preparados para ir tomar o pequeno almoço e em seguida ir trabalhar na quinta. Se houvesse algum atraso era de chicote, sim de chicote. No verão íamos para Sines marchar na Mocidade Portuguesa. Estamos a falar de crianças de sete, oito e nove anos.

Uma Verdadeira Explosão e Democratização Desportiva

Carlos Lourenço

«Ao ser convidado, como sócio nº 1 e fundador do Clube Atlético e Cultural da Pontinha (C.A.C.), a prestar um depoimento sobre aquilo que representou a fundação de um clube desportivo e cultural, onze dias após o 25 de Abril de 1974 (06/05/74) e sobre o seu papel e importância na democratização da prática desportiva local, não posso deixar de relatar o que esteve na génese da sua fundação e a sua atividade de resistência nos anos que antecederam a Revolução de Abril.

Na verdade, o C.A.C. teve origem num Grupo de Jovens pertencentes à Paróquia da Pontinha, que se designou, nessa altura, por Grupo «Cultura, Assistência e Convívio» (já então CAC).

Os elementos que integravam este Grupo de Jovens pertenceram, anteriormente, aos Movimentos da Ação Católica Portuguesa - as Juventudes Operárias Católicas Masculina e Feminina da Pontinha (JOC e JOCF) -, que e tiveram um papel importante nos anos de 1971 a 1974 (início) na democratização da prática desportiva e cultural junto da população da Pontinha e na resistência ao anterior regime.

De sublinhar que, então, sob a «capa» da Igreja, era possível resistir. Era um «espaço» seguro para se fazer qualquer reflexão. Aliás, e a propósito, já na JOC e na JOCF da Pontinha, a abordagem aos problemas do mundo laboral era frequente, sendo discutidos com uma grande profundidade e que só após Abril de 1974 foram tema para a grande maioria do povo português.

Voltando ao Grupo «Cultura, Assistência e Convívio», no plano desportivo foi lançado, desde logo, um Projeto junto da única Escola Primária existente na Vila da Pontinha (escola do Bairro Dr. Mário Madeira).

Para o Grupo o poder lançar, conseguiu alguns apoios (nomeadamente de Professores de Educação Física, sob a orientação do Prof. Mário Lemos e do Colégio Militar/Luz), e organizou ações de formação para preparar convenientemente os seus elementos para o desempenho que se propunham encetar.

Iniciou-se, então, um trabalho de iniciação à prática desportiva junto das diferentes classes daquela escola, que funcionava com horários triplos diários dada a quantidade de alunos que acolhia (das 9 às 12, das 12 às 15 e das 15 às 18 horas).

Assim, cada classe tinha o seu «Monitor Desportivo» que ia buscar os seus alunos à escola e que, duas vezes por semana (a exemplo do que acontecia no então Ensino Preparatório e Secundário), lhes ministrava as atividades de «Iniciação desportiva», no âmbito de seis modalidades: Andebol, Atletismo, Basquetebol, Futebol, Ginástica e Rugby.

Estas atividades realizavam-se nas instalações do Regimento de Engenharia nº 1, da Pontinha, que, ao abrir as suas portas a este Projeto, parece que já se preparava para ser palco central da Revolução de Abril, ao acolher em 1974 o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas.

Para além deste Projeto junto da Escola Primária local, o então CAC associou-se a um Movimento Desportivo Nacional com origem na Cidade do Barreiro, com Augusto Valegas, e que se estendeu de Norte a Sul do País.

Refiro-me aos chamados «Jogos Juvenis», uma organização de provas e torneios desportivos que nos três meses de verão (férias grandes) dinamizavam a atividade de centenas de jovens.

A Pontinha, em 1972 e em 1973, teve, assim, também, duas edições de «Jogos Juvenis».

Mas para além dos «Jogos» propriamente ditos, as diferentes Comissões Organizadoras de «Jogos Juvenis» reuniam-se em Encontros Nacionais para refletirem sobre a política nacional de desenvolvimento desportivo e, pela via do desporto, iam combatendo o regime vigente.

Também ,aqui, a Pontinha esteve presente e os elementos do então CAC eram referenciados e já vigiados.

Para além da atividade da sua Secção de Desporto, o então CAC teve ainda em atividade secções nas áreas do Cinema, da Fotografia, da Música, do Teatro e das Artes, desenvolvendo não só uma atividade interna, mas também uma atividade virada para a população local.

Continuação...

De toda esta atividade, destaco a primeira grande Exposição de Artes, realizada no jardim junto à Igreja Paroquial da Pontinha, iniciativa que muito intrigou e preocupou as autoridades policiais e o então Governo Civil de Lisboa, que geria o Bairro Dr. Mário Madeira.

Face a toda esta atividade, particularmente a desenvolvida pela sua Secção de Desporto, os responsáveis pelo então CAC decidem, no início de 1974, avançar com um processo de transformação do Grupo em Associação Desportiva e Cultural, através da então Direção Geral dos Desportos (DGD), utilizando uns estatutos-tipo daquela entidade. O nome proposto manteve as iniciais CAC, como era conhecido o Grupo, mas agora passaria a chamar-se Clube Atlético e Cultural, com sede na Pontinha. Começa a crescer o novo CAC.

O processo estava a decorrer na DGD quando a 25 de Abril de 1974 se dá a Revolução dos Cravos, que enche de satisfação os elementos do Grupo.

Onze dias depois, a 6 de Maio de 1974, surge o Despacho oficial da criação do novo Clube. Nasce o Clube Atlético e Cultural, o novo CAC.



Foto retirada de Odivelasnotícias.pt

O grande objetivo do novo CAC era dar continuidade à sua atividade, poder ampliá-la, mas agora em liberdade. Com o 25 de Abril de 1974, rapidamente se entra num processo mais consistente de democratização da prática desportiva e cultural junto da população local, particularmente junto dos mais jovens.

O novo CAC começa a criar equipas jovens federadas para participarem nos quadros competitivos distritais de modalidades, como o Basquetebol (particularmente no Feminino) e como o Futebol.

Também o Atletismo assume expressão relevante no novo CAC, com centenas de jovens a praticarem regularmente a modalidade, nomeadamente com a sua participação em provas populares que aconteciam todos os fins-de-semana, em vários pontos do País, numa verdadeira explosão e democratização desportiva. E esta atividade no Atletismo dá origem à organização de um Grande Prémio de Atletismo, pelas ruas da Pontinha, que chegou a ter mais de 2.500 participantes.

Face ao 25 de Abril de 1974, o sonho que orientou a ação do então CAC torna-se uma realidade e o novo CAC passou a ser um Clube mais ambicioso e apoiado e, em apenas cinco anos de existência, consegue lançar uma organização de impacto nacional e internacional. Nasce, em 1979, o 1º Torneio Internacional de Futebol Infantil da Pontinha, evento relevante por onde têm passado grandes Clubes Europeus e Mundiais e que tem sido acarinhado por conhecidas figuras do meio desportivo e social.

Com o 25 de Abril, o Desporto e a Cultura democratizam-se! Não deixemos que esta realidade volte a ser um sonho!».

Penso que este meu modesto contributo vai ao encontro da vossa pretensão e corresponde ao que foi o meu testemunho.

Apontamentos para a história de Odivelas

Eduardo Batista

1. Odivelas, o que foi e o que é

Com o atual, ou outros nomes, este espaço foi habitado, transformado e usado por pessoas desde os tempos da pré-história, como provam os imensos achados arqueológicos descobertos e identificados.

Árabes, ou Mouros que habitaram a região impregnaram-na de uma cultura ligada à terra e ao seu uso, à agricultura.

D. Dinis, ao mandar construir um Mosteiro em Odivelas, influenciou de facto o desenvolvimento deste espaço de boas terras para a agricultura, ganha-pão de muitas gerações. O rio, que foi navegável em grande extensão, e as várzeas, terras de aluvião de grande fertilidade, foram determinantes nessa evolução.

D. Dinis é uma referência fortíssima para Odivelas que nos chega até aos dias de hoje pelo Mosteiro que mandou construir e onde ficou sepultado.

Muitos acontecimentos tiveram lugar neste território, como no País, que influenciaram e moldaram a sua fisionomia física e social. Dele é parte integrante a ligação com mais de cem anos ao concelho de Loures, um período da história local e nacional particularmente marcante: a implantação da República em 1910, a instauração do fascismo em 1926 e a Revolução de Abril de 1974.

Este é o meu contributo para que se compreenda o presente e a história de Odivelas. Sobre o que foi e o que é. Muito oportuna é esta Mesa-Redonda «A Revolução do 25 de Abril e o Povo de Odivelas» para aprofundar a investigação sistemática e a valorização da história de Odivelas e assim «mergulhar» em cada momento histórico no seu espaço físico, no seu povo, na gente anónima que aqui viveu e trabalhou.

Foto cedida pelo próprio





Foto cedida por Eduardo Batista

2. Algumas incursões pela História

A História é feita de lutas sociais, lutas de classes, como as de 1383/1385, das conquistas territoriais e de direitos dos povos, de Forais e Leis, como a das Sesmarias e mais recentemente dos Baldios, e muitas outras que marcaram o desenvolvimento das regiões e a vida das populações.

Referidos estes aspetos, foquemos a atenção na história mais recente, nos acontecimentos históricos do século XX e na sua relação com Odivelas. Por isso saltemos de imediato para uma revolução que teve especial impacto no território de Odivelas: a implantação da República.

A Implantação da República

«A Revolução de 5 de Outubro de 1910 constitui um importante marco na longa caminhada do Povo Português pela sua libertação. Culminando um generalizado movimento contra o regime em vigor, a Revolução de Outubro pôs fim à monarquia anacrónica e desacreditada e instaurou uma das primeiras Repúblicas da Europa e realizou importantes progressos no plano das liberdades e direitos democráticos fundamentais, da educação e da cultura, da laicização do Estado.

Tais progressos devem ser reconhecidos e valorizados. Mas não idealizados nem escamoteados os limites de classe do regime da República que dotando o País de uma nova Constituição muito avançada para a época, deixou praticamente intacto o aparelho de Estado, o sistema de propriedade capitalista e latifundiária, a dura situação das massas trabalhadoras.

É sobre este pano de fundo que avançam as forças mais reacionárias e triunfa o golpe militar de 28 de Maio que pôs fim à República e abriu caminho à instauração em Portugal do fascismo.

Não obstante os seus limites de classe a revolução de 1910 permaneceu na memória do Povo Português como um ato de libertação e a data de 5 de Outubro transformou-se em bandeira da Liberdade. Empunhada em jornadas de luta durante a longa noite fascista, inseridas na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril (...).».

(Extratos da edição do PCP, A Revolução Republicana de 1910 na história da luta do povo português, 2010)

O Partido Republicano Português, PRP, tinha organização no concelho em Loures e concorreu a várias eleições para a Câmara Municipal.

Em 4 de Outubro de 1910, os republicanos de Loures, cumprindo escrupulosamente os planos decididos a nível nacional, declararam a implantação da República. Uma Junta Revolucionária ocupou os Paços do Concelho e aí foi hasteada a bandeira republicana.

«Com os olhos d'alma fictos na redempção d'esta querida Pátria aviltada por a decrépita e corrupta monarquia e aderindo inthosiasticamente á revolução republicana...», é a citação do Livro de Atas da Câmara Municipal de Loures, apresentada no livro «Loures Tradição e Mudança», no I Centenário do concelho.

As descrições feitas do entusiasmo popular indiciam uma distância entre o povo e a classe, ou camada social militante do Partido Republicano, apesar do entusiasmo geral que foi indesmentível.

Nesse livro do I Centenário de Loures são transcritos outros documentos que mostram a natureza de classe que comandou os destinos de Loures/Odivelas. As páginas 37 e 38 referem os 40 maiores contribuintes de Loures, apresentam os nomes dos que eram normalmente consultados para as decisões mais importantes da Câmara. Contudo isso não obistou que os republicanos em Loures/Odivelas tivessem alterado, a favor do povo, muito do que até aí era feito. Refira-se que no campo da Cultura e Educação, em Odivelas o Centro Escolar Republicano Tenente Valdez, e em geral os Centros Republicanos, tiveram importantes ações na instrução das pessoas mais carenciadas. Foi evidente que os Republicanos deram particular atenção ao ensino e alfabetização. Note-se que em Loures (e Odivelas), em 1911, havia 26.274 habitantes e apenas 6.449 sabiam ler e escrever.

Criou-se o ensino infantil para crianças dos quatro aos sete anos e o ensino primário obrigatório e gratuito para as crianças entre os sete e os dez anos. Destinaram-se edifícios para escolas do ensino primário e técnico.



Foto cedida por Eduardo Batista. Retirada de «Loures na memória da República», edição CMLoures

A Câmara preocupou-se também com as ajudas sociais e «bolsas de estudo» a alunos necessitados. No entanto, a falta de recursos da Câmara, e do Estado em geral, impediram que muitas dessas decisões fossem aplicadas.

Também o apoio e estímulo dado às Coletividades e Filarmónicas foram relevantes.

Os republicanos apoiaram as associações recreativas e culturais e muitas delas foram estimuladas a criar bibliotecas e salas de leitura infantil.

Foi também dada atenção às reivindicações dos trabalhadores que subiram de tom face ao ambiente criado.



Povo de Odivelas manifestando-se em Lisboa em apoio à República (in *Ilustração Portuguesa*, n.º 252, de 19 de Dezembro de 1910, p. 795)

Foto cedida por Eduardo Batista. Retirada de «Loures na Memória da República», edição C.M. de Loures

Ainda em 1910 foi decretado o direito à greve.

Em 1911, estabeleceu-se a obrigatoriedade de um dia de descanso semanal; documentos citados revelam que em muitos casos isso não foi cumprido pelas entidades patronais.

Foi significativo que então a Câmara de Loures tenha decretado o 1º de Maio feriado concelhio.

Em 1914, fundou-se a União Operária Nacional, substituída em 1919 pela Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.), de grande influência anarco-sindicalista.

Em 1919 decretou-se, para todo o território do continente e ilhas adjacentes, as 8 horas de trabalho diário e 48 horas de trabalho semanal, o que também não foi cumprido por muitas empresas.

Continuação...

A vitória da Revolução Socialista de Outubro em 1917 na Rússia deu novo ânimo aos trabalhadores, aos simpatizantes e militantes das várias organizações e partidos operários e em especial aos comunistas.

Proliferaram as revistas e jornais operários que tornaram mais forte o movimento sindical.

Em Loures/Odivelas os republicanos fizeram vários projetos inovadores para desenvolver os transportes públicos, a agricultura e regularizar os rios e ribeiras.

A Primeira Guerra Mundial (1914-18) agravou a vida difícil dos trabalhadores e dos portugueses em geral, exacerbou imenso a subida de preços, começaram a faltar alimentos e o desemprego cresceu.

As desigualdades sociais acentuaram-se e com elas cresceu o descontentamento de largas camadas da população. Amadureceram as condições para que, em 1926, um golpe militar da direita fascizante interrompesse a ação, precária e instável, da Primeira República. A Câmara de Loures é substituída por uma Comissão Administrativa nomeada pelo Ministro do Interior do Governo do «Estado Novo». As liberdades e direitos alcançados na República são suprimidos. Deixou de haver autonomia administrativa da Câmara, que passou a funcionar como uma repartição do governo fascista.

Os ataques a direitos das populações, como foi o caso dos baldios, foram constantes. Em Loures/Odivelas muitos baldios e terrenos públicos foram assenhoreados por oportunistas e pessoas influentes ligadas ao regime.

3. O fascismo em Portugal

Dezasseis anos após a implantação da República é imposto o regime fascista, uma ditadura terrorista que se manteve 48 anos pela violenta repressão e também por um aparelho de propaganda que inculcou no povo a submissão e o medo, nomeadamente o temor pelas ideias ditas subversivas e «de inspiração comunista».

O fascismo italiano serviu de inspiração e modelo para as classes no poder de outros países, como em Portugal. O fascismo cresceu com a grande crise mundial do capitalismo em 1929, apresentando-se como «salvador» da ordem burguesa em crise e como travão ao fortalecimento de muitos partidos comunistas após a Revolução Socialista de 1917 e o crescente desenvolvimento da União Soviética.

Em 1928, Salazar é convidado para o Governo, e em 1933, é formalizado o regime fascista pela Constituição.

Na Alemanha, o nazismo crescia também a partir da crise do capitalismo e em 1933 Hitler chega ao poder.

Em 1936, o General Franco lança o golpe de Estado fascista contra a legítima República democrática espanhola.

Em Portugal Salazar estabeleceu fortes laços com os outros regimes fascistas.

O anticomunismo foi desenvolvido nas escolas, nos livros, nos jornais e na rádio. A Igreja colaborou sistematicamente nessa «educação» anticomunista, nas aldeias e vilas, junto das pessoas mais simples e menos instruídas. Em Loures há vários exemplos da intervenção da Igreja para cercear as atividades de cariz cultural e popular, como foi o caso da visita do Cardeal Cerejeira ao Zambujal, nos anos 50, para dar apoio ao prior da freguesia que queria impedir a realização de cursos de alfabetização de adultos por iniciativa da Cooperativa Panificadora a Zambujalense, cooperativa com relevante ação de apoio social à população.



Diário da Manhã – Foto cedida por Eduardo Batista

11-12-1955



Mocidade Portuguesa – Foto cedida por Eduardo Batista

O obscurantismo do regime fascista não se traduzia apenas pela censura, pela repressão às atividades culturais que não agradassem ao regime. A perseguição a tudo o que fosse progressista, à explicação da história como um processo, à visão integrada do mundo, à valorização do papel dos trabalhadores, era feito de forma planeada e estruturada.

A escola, a todos os níveis, era um instrumento ideológico não para formar mas para desinformar, para moldar as consciências e torná-las inofensivas, ou até, se possível, reagindo e denunciando quem não pensasse assim.

Para Salazar, o aprender limitava-se a memorizar. Era perigoso desenvolver o raciocínio. O trabalhador é para trabalhar e executar as ordens. A hierarquia e a obediência são tudo.

Em 1936, a reforma do ensino propõe-se reescrever a História que foi contestada pelo I Congresso da União Nacional como perigosa para os jovens.

A ditadura fascista gerou a insatisfação de largos sectores da população, incluindo camadas da burguesia, atacadas nos seus interesses pelo grande capital monopolista. Como consequência, essas camadas da população tomaram consciência da natureza opressora e exploradora do sistema e da necessidade de lutar para defender os seus interesses mais imediatos.

O final da Guerra, o exemplo da Resistência e o papel da União Soviética na derrota do nazi-fascismo, incrementaram a resistência a Salazar.

O PCP nunca desistiu de lutar contra o regime de Salazar. É sobre essas lutas que nos deteremos, especialmente naquelas que tiveram incidência especial em Odivelas e em Loures.

A luta contra o fascismo

Como já referi a história é feita de lutas. Apesar da luta contra o fascismo não ter fronteiras e muitas das ações serem preparadas e desenvolvidas em várias regiões, procurarei recordar, em especial, testemunhos de antifascistas de Loures.

Releio a publicação que a Câmara de Loures publicou ao comemorar o 14º Aniversário do 25 de Abril, e citando José Gouveia, que foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures imediatamente após a Revolução de Abril, lembro os antifascistas de Loures/Odivelas, como Manuel Duarte Sacavém, que participaram no levantamento de 20 de Janeiro de 1933 na Marinha Grande, na Revolta dos Marinheiros do Dão e Albuquerque e outros levantamentos militares.

Diz ainda José Gouveia, nesse texto, que foram especialmente significativas as greves da Fábrica da Loiça em 1936 e as Marchas da Fome de 8 de Maio de 1944, que mobilizaram sobretudo os operários da corda industrial Sacavém, Vila Franca. Também, um ano depois, em 8 e 9 de Maio de 1945, as populações de Loures vieram para a rua comemorar a derrota de Hitler e Mussolini, com a esperança da queda próxima de Salazar.

Refere, também, as recolhas de assinatura para a formação do MUD (Movimento de Unidade Democrática) e MUD-Juvenil por muitos antifascistas de Loures/Odivelas. Descreve que por ação desses democratas organizados no MUD e MUD-Juvenil foi feita uma forte campanha a favor de Norton de Matos e, em Loures, a Câmara não conseguiu burlar suficientemente os resultados eleitorais, apresentando resultados que não ultrapassaram os 46%. Por esse motivo o Presidente da Câmara, Dário Canas, foi demitido por Salazar, que tinha dado instruções para que os resultados se aproximassem dos 100%.



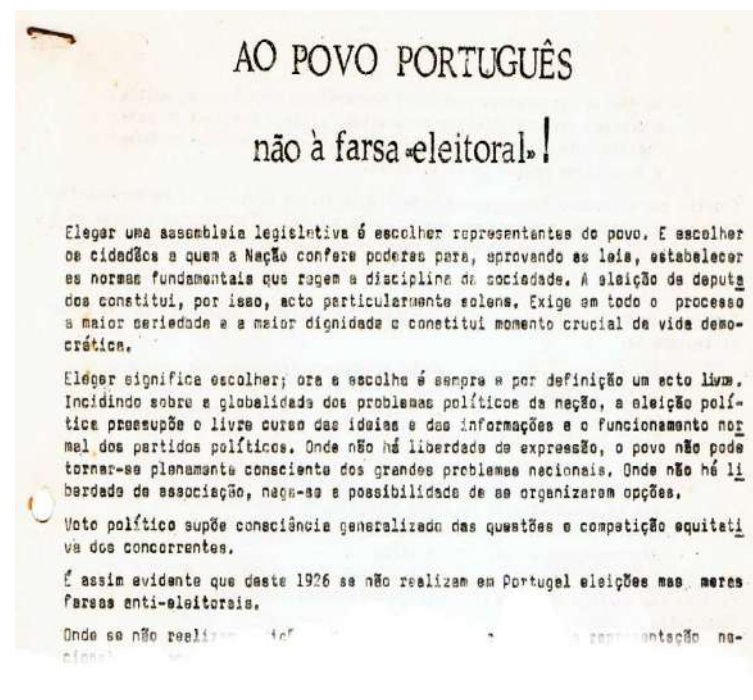
Diário da Manhã – Foto cedida por Eduardo Batista

Relata José Gouveia as sessões eleitorais em Moscavide, violentamente reprimidas com tanques da GNR do Beato, e muitas outras perseguições a democratas antifascistas de Loures.

O aproveitamento da farsa eleitoral de Salazar

Em 1969 foi criada a Comissão Democrática Pró-Recenseamento do Concelho de Loures, que iniciou a sua atividade mobilizando as pessoas para se recensearem e votarem. Foram feitos 20.000 exemplares de um documento distribuído porta a porta por muitos democratas.

A organização da CDE e a sua estrutura concelhia, a par da visão criada pelo VI Congresso do PCP e da análise do «Rumo à Vitória», foram um forte impulso para unir os democratas e antifascistas e prosseguir a luta em todas as frentes. É significativo que na Comunicação feita pelos democratas do Concelho de Loures ao III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, se diga que «...a Oposição Democrática soube e tem sabido encontrar formas adequadas de luta à sua condição de movimento legal, sem aceitar submeter-se ao legalismo oficial.» E ainda: «Sem ilusões eleitoralistas, a Oposição Democrática ao concorrer às eleições abriu novas perspectivas à luta que o Povo português trava pela emancipação e abriu novas e maiores brechas na cidadela do fascismo.» Registe-se que o documento apresentado resultou de muitas discussões feitas em casas de vários comunistas, democratas e antifascistas, que obtiveram a participação de cerca de uma centena de pessoas das mais variadas camadas sociais e de uma maioria operária.



Não à Farsa Eleitoral – Foto cedida por Eduardo Batista

As cooperativas e outras organizações populares

A CDE exerceu a sua atividade pública em especial nos anos de eleições – 1969 e depois 1973. No entanto, e apesar da repressão do Governo, para além dos períodos eleitorais a luta e organização prosseguiu. As cooperativas foram uma forma de manter a organização e unidade dos democratas antifascistas e, tal como as coletividades e outras organizações do movimento associativo popular, desenvolveram a ligação entre os militantes na luta antifascista.

As coletividades, para além de promoverem a cultura popular nos vários campos, permitiram o debate dos problemas das populações e até proporcionaram salas para a realização de sessões integradas na campanha eleitoral da Oposição Democrática. Constituíram um importante meio para os antifascistas se juntarem e, em ligação com o povo e os trabalhadores em cada local, desenvolverem ações contra o obscurantismo imposto pelo regime.

A repressão era grande e assumia variadas formas, desde as prisões até às ameaças, perda de emprego e retirada de apoios e meios financeiros. Os dirigentes eram permanentemente vigiados. Há muitas cartas nos arquivos da Câmara de Loures que mostram a constante troca de informações entre as Juntas de Freguesia, Câmara, Governo Civil e PIDE. Informações sobre a atividade das pessoas, dos dirigentes associativos e seus amigos e familiares. Muitas das coletividades, das Bandas de Música e Filarmónicas, dos Centros Republicanos desapareceram por não terem resistido à pressão do regime, que tudo fazia para que se extinguissem.

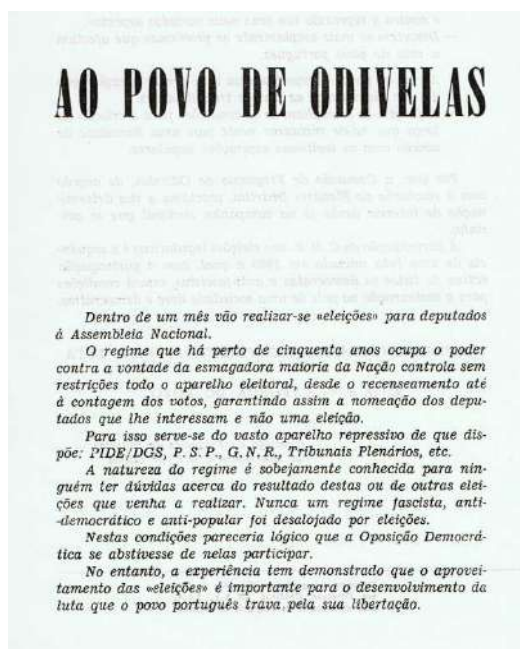


Cultura Livre – Foto cedida por Eduardo Batista

Alguns testemunhos de lutas no período do regime fascista

Dos tempos e da resistência ao fascismo recordo com mais intensidade a solidariedade entre as pessoas e as amizades criadas. Recordo especialmente a vontade que havia de aprender, de estudar, de ler, de discutir coletivamente os assuntos que tinham a ver com a construção de uma sociedade melhor.

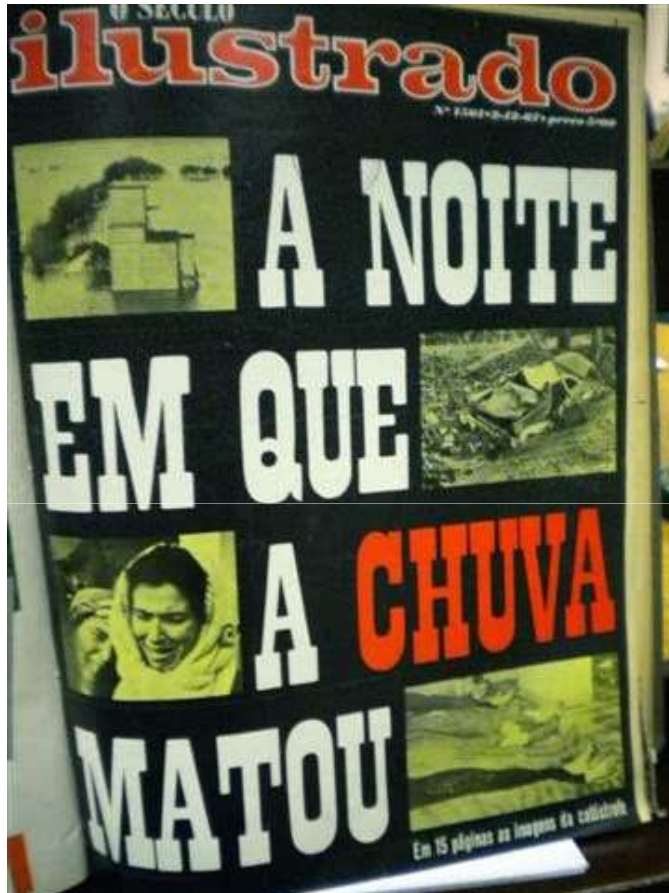
No meu tempo de estudante, reuníamos-nos em casa uns dos outros nos chamados convívios, onde abordávamos os problemas atuais, líamos e discutíamos livros em coletivo, cantávamos canções proibidas. Recordo as canções da Guerra Civil de Espanha, as da Resistência ao nazi-fascismo, as de baladeiros ou cantores de intervenção portugueses. A camaradagem, a amizade e a solidariedade eram de uma intensidade muito especial.



Comunicado
Foto cedida por Eduardo Batista



Pintura nas Paredes
Foto cedida por Eduardo Batista



Cheias de 1967- Foto cedida por Eduardo Batista

As cheias de 1967

É importante que se diga que o drama vivido pela população de Loures/Odivelas tem causas para além das naturais. Há muito que se sabe que, periodicamente, ocorrem chuvadas anormais. Por isso a lei e a regra da gestão dos solos impõem cuidados como a não ocupação dos leitos de cheia, nem dos solos sujeitos a inundações, e que estão identificados. A especulação imobiliária não olha a meios para ganhar dinheiro, com a construção desenfreada em todo o local que pode e sem olhar aos riscos para a vida das pessoas, dos seus bens, e do meio ambiente. Odivelas foi vítima da especulação imobiliária, com especial intensidade a partir da década de 50 do século passado.

Assim aconteceu com a ocupação de vastas zonas de várzea, de terrenos agrícolas e inundáveis, de leitos de ribeiras, de encostas instáveis, entre muitos outros locais criminosamente ocupados. Também o desprezo por parte das entidades responsáveis pelo desassoreamento dos rios, e em especial da Ribeira de Odivelas e do Rio Trancão, agravaram o problema.

Continuação...

No fatídico dia 25 de Novembro de 1967 uma chuvada mais prolongada e forte inundou toda a Várzea de Loures e Odivelas e várias outras zonas ao longo dos vales do Trancão e seus principais afluentes, como a Ribeira de Odivelas.

O Governo de Salazar procurou abafar as consequências, mas estima-se que morreram algumas centenas de pessoas e foram desalojadas mais de mil. Como sempre tem acontecido, foram os mais pobres que mais sofreram.

Eu estava no serviço militar em Sacavém e fiz parte de algumas equipas destacadas para socorrer as vítimas. Pertencia também à Secção de Antigos Alunos da Associação de Estudantes do Instituto Industrial e participei em algumas ações de apoio à população, com recolha de roupas e materiais. No entanto, tais iniciativas foram prontamente reprimidas pela PIDE e os estudantes acusados de estarem a ser manipulados pelos comunistas e a subverter as pessoas.

Essa mesma situação já tinha vivido uns anos antes com a participação numa campanha de apoio aos pescadores da Cova do Vapor, que ficaram com as casas destruídas por um temporal.

Muitos estudantes foram presos e interrogados pela PIDE.



Cheias de 1967 - Fotos cedidas por Eduardo Batista



Cheias de 1967 - Fotos cedidas pelo Centro Documental de Odivelas do PCP



RELATÓRIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR ESTA CORPORAÇÃO NAS INUNDAÇÕES DE 25/26 DE NOVEMBRO DE 1967.

A primeira chamada de pedido de socorro foi recebida pelas 21,10 horas para o lugar do Silvado, onde havia várias barracas inundadas e animais em perigo. Saiu a viatura A.P.S.T. nº 2, que embora não pudesse chegar ao local, a sua guarnição conseguiu retirar de uma das barracas 4 vitelas e 2 porcos, tendo ajudado várias pessoas a abandonar o local, visto não ser possível esgotar as águas, pois que continuava a chover torrencialmente. Esta viatura foi depois para o Bairro Olaio para as caves que se encontravam inundadas, onde nada puderam fazer senão aconselhar os inquilinos a irem para os andares superiores.

Às 22,30 horas começaram as chamadas de socorro para gente que se encontrava em perigo nos seguintes locais: Bairro Espírito Santo, Silvado, Pombais, Póvoa de Santo Adrião, Olival de Basto, Senhor Roubado, Urmeira, Bairro de Santa Maria, Pontinha, Serra da Luz, Famões, Bairro da Barrosa, Odivelas etc.

As viaturas começaram a sair por ordem de urgência até às 23,10 horas como se tratasse de inundações, para nós consideradas normais, mas a partir desta hora verifiquei que o nível das águas já tinha ultrapassado o pontão dos Pombais e o de Odivelas inundando toda a área.

Às 23,40 estava consumada a grande catástrofe com todas as estradas cortadas para Odivelas, e centenas de pessoas a gritar pedindo para as salvar. Foi difícil e árduo o trabalho de todo o pessoal, e para abreviar os serviços que foram prestados, passo a descrever os salvamentos feitos e que foram possível identificar.

O primeiro salvado foi feito nas cocheiras da Câmara Municipal de Loures na Calçada do Tojal, donde retiramos uma mulher entrevada e que estava prestes a morrer afogada.

Na Arroja, Rua A nº 20 C foram salvas de morrerem afogadas duas crianças, cuja identidade é a seguinte: Margarida Felicidade de Jesus Basílio de 3 anos e Dina Teresa de Jesus de 2 anos, filhas de Manuel Batista Basílio e de Maria Rosa de Jesus, residentes na mesma morada. Estes salvamentos foram feitos pelo Bombeiro de 3ª Classe nº 14, o qual a nado e às escuras conseguiu retirar as crianças, pelo que sofreu vários ferimentos, tendo de ser assistido no local pelo Sr. António Ferramenta, com estabelecimento na mesma Rua no nº 10.

Na Estrada da Arroja foi salvo de morrer afogado o menor de nome António Manuel Santos Leitão, de 15 anos, filho de António da Silva Leitão e de Maria Manuela dos Santos Leitão, residentes na Quintinha da

Relatório de serviços prestados nas cheias de 1967, retirada do Site dos B. V. de Odivelas

Arroja Letras P.V. r/c. Este salvamento foi feito a nado pelos voluntários Bombeiro de 1ª Classe Nº 2 e pelo 3ª Classe nº 23.

No lugar do Senhor Roubado foram salvos de dentro do carro Austin 850 FG-58-93, o Senhor Alberto de Oliveira Pinto, sua esposa e seus filhos Lúcia Maria Fernandes de 5 anos e Celsio Fernandes de 9 meses, moradores na Estrada de Benfica, 91 -3º Esq. Lisboa. Estes salvamentos foram feitos por meio de espiia pelos voluntários Subchefe Arlindo e Aspirante nº 40. Estes mesmos voluntários salvaram no mesmo local de dentro doutro automóvel um casal que não puderam identificar.

No lugar do Silvão e Pombais, onde se encontravam um numero elevado dos nossos voluntários, foram salvas 25 pessoas entre adultos e crianças com o auxílio de escadas de molas e de cima do telhado dum prédio de 1º andar e cerca de 25 pessoas de cima de barracas e arvoredos. Estes salvados foram feitos sobre a orientação do Subchefe Interino Guilherme, 1ª Classe nº 4 e Aspirantes nºs. 53-56-61-63-64 e MP 58, Auxiliares nºs 6 e 7 e Aspirantes 43, 58 e Auxiliar nº 13, os quais com risco da própria vida conseguiram estes salvamentos. Não foi possível fazer identificações, visto serem tantas pessoas a pedirem socorro.

O Bombeiro de 1ª Classe nº 5 conseguiu salvar de cima de uma barraca junto ao Externato Caravela o senhor Lageira, digo António Duarte Lageira Lemos de 33 anos de idade, que perdeu a sua mulher e dois filhos que não conseguiram resistir até à chegada dos socorros. Neste salvamento colaborou o auxiliar nº 14 e o Cadete nº 5.

às 23,40 horas com todo o pessoal e material em serviço e tendo verificado ser necessário mais material, especialmente barcos de borracha e pessoal, pedi auxílio ao B.S.B. o qual não pode comparecerem em virtude de também em Lisboa se verificar grandes inundações e ter também todo o pessoal e material em serviço.

Como a situação continuasse a agravar-se e como o meu Quartel só tem uma linha telefónica que aliás estava sempre impedida com pedidos de socorros, resolvi ligar para o Governo Civil de Lisboa pelas 0,10 horas, pedindo ao Sr. Oficial de serviço Capitão Galhardas a quem comuniquei a situação, para solicitar à Força Aérea um Helicóptero para acudir a tanta gente que ainda se encontrava em perigo e mais solicitei para pedir aos Fuzileiros Navais para me virem ajudar. Este Oficial que me prestou um auxílio relevante, manteve-se a partir daquele momento sempre em contacto comigo.

Às 0,40 horas começou a chegar ao meu Quartel os salvados, quase todos em trajos menores, os quais em princípio começaram a ser vestidos com roupas dos nossos voluntários e a quem foram prestados os primeiros socorros, dando-lhes café quente etc. etc.

Às 4,00 horas da madrugada do dia 26, começaram a chegar cadáveres de homens, mulheres e crianças, que ficaram depositados no nosso Quartel.

Às 5,30 horas da manhã compareceram os Fuzileiros Navais, comandados pelo Snr. Aspirante Santos Silva e 45 praças que carregaram desde a Calçada de Carriche até ao nosso Quartel 4 Barcos de Borracha.

Em colaboração com o pessoal deste corpo de bombeiros, começaram a fazer pesquisas, tendo recolhido 52 cadáveres.



Às 16,00 horas estavam depositados no nosso Quartel 61 cadáveres.

A identidade das pessoas salvas e assistidas no nosso Quartel é a seguinte:

Carlos Chivita, Madalena Silva, José da Fonseca, Aurora de Jesus, Maria Júlia e Filhos, António Rosário, António Manuel, Carlos Alberto Andrade, António Silva, Rosária Mola Capitão, Manuel da Fonseca, Aurora Ferreira e filhos, Fernando Garcia, esposa e filhos, Maria Rosa, José Ferreira, Deolinda Fonseca, João Jesus Lopes e filhos, José Porto, António Nunes, João Vareta, Joaquim Mendonça, Carlos Manuel, António Fernandes, José Firmino, João Brito, Elisa Cunha e filhos e Manuel Antunes.

Por não terem para onde ir, estas pessoas ficaram alojadas na nossa camarata e em macas no parque de viaturas, onde se fez uma divisão entre os vivos e os mortos.

O nosso corpo auxiliar feminino (que estava em organização), montou uma cozinha e serviu durante 4 dias alimentação a todas estas pessoas, e graças ao auxílio que nos foi prestado pelo povo, foi possível vestir toda esta gente e alimentá-la até serem transferidos para a Paróquia de Odivelas, onde o Pároco Sussano montou uma camarata improvisada também.

No dia 26 com receio de epidemia motivada pela permanência dos cadáveres dentro do Quartel, pedi aos Serviços da Assistência para junto da Direcção Geral de Saúde providenciarem as medidas de segurança, o que foi prontamente atendido, tendo no dia 27 a Direcção Geral de Saúde enviado pessoal e material que no nosso Quartel começaram a dar as vacinas.

Dos cadáveres depositados no Quartel, só dois foram entregues às famílias, tendo todos os outros sido transportados para o Instituto de Medicina Legal.

Nestas inundações ficamos com todas as viaturas danificadas e perdemos o nosso Auto-Pronto Socorro Tanque nº 2, que por motivo de ter ido na enxurrada em Olival de Basto, ficou praticamente sem possibilidades de recuperação.

O nosso trabalho continuou nos dias seguintes, já com a ajuda de várias corporações, na remoção de terras, viaturas, animais mortos e pesquisas de sinistrados. Tendo nestas pesquisas encontrado mais 3 cadáveres.

Os serviços de Saúde estiveram a cargo do Exmo. Senhor Dr. Rogério Proença, Dr. Vamona Sinari e as Enfermeiras D. Ivone Patrocínio e D. Maria Eugénia e os Enfermeiros Senhores 2º Sargento da C.V.P. Manuel Caldeira, Manuel Monteiro Fernandes Palha e José da Conceição Emídio, que desde a madrugada do dia 26, prestaram assistência aos sinistrados dentro do nosso Quartel.

Quartel em Odivelas aos 27 de Novembro de 1967

O Comandante do Corpo

Fernando de Oliveira Aleixo

Relatório de serviços prestados nas cheias de 1967, retirada do Site dos B. V. de Odivelas



A distribuição de documentos

A distribuição de documentos era uma tarefa necessária, importante mas de máximo risco. Se fossemos apanhados não havia salvação.

Recordo que o fazíamos à noite em grupos de dois, vestidos com uma gabardina, ou casaco comprido para esconder a bolsa dos documentos. Entrávamos nos prédios ficando um de nós à porta a vigiar, enquanto o outro levantava cuidadosamente as tampas das caixas do correio para não fazer barulho e metia os documentos. À noite todos os ruídos parecem amplificados. Se uma tampa da caixa do correio saltava por pressão da mola o estalido parecia um estrondo e punha-nos em pânico com receio de sermos surpreendidos por alguém. Que diríamos se alguém nos perguntasse o que estávamos ali a fazer? Tentávamos ter respostas preparadas mas a nossa convicção é que nenhuma seria convincente.

Fazer e colar etiquetas

Periodicamente reuníamos-nos em casa de um de nós e, em estilo de festa e de convívio, sacávamos de montes de etiquetas autocolantes que comprávamos nas papelarias e, com um carimbo de borracha que permitia compor letras, carimbávamos frases, tais como: «Fim à guerra colonial», «Abaixo o custo de vida», «Liberdade para os Presos Políticos», «Fim à Censura», ou outras adequadas ao momento. Nos dias seguintes, cada um de nós transportava, escondida, uma pequena quantidade de etiquetas e, nos sítios mais isolados mas visíveis e frequentados, como paragens de autocarros, candeeiros da rua, balcões de cafés, casas de banho e outros, discretamente e com todo o cuidado, íamos colando as etiquetas precursoras dos autocolantes tão usados após o 25 de Abril. As paragens dos autocarros de Moscavide eram um local muito escolhido por ser muito frequentado pelos trabalhadores que todos os dias iam para as fábricas da zona.

Depois da tesoura, o facalhão!



Na impossibilidade de desenharmos e escrevermos no "Diário do Governo", teremos de transformar o "Sempre fixe" em jornal de modas. Já temos mesmo uma linda colecção de figurinos de "dolmans", calças à Chantilly, capotes, etc., para a presente estação. Vamos desbancar o Depósito de Fardamentos!

Sempre Fixe – Foto cedida por Eduardo Batista

Por vezes combinávamos fazer esse trabalho coletivamente em momentos especiais de grande movimentação de pessoas, festas e outros acontecimentos que proporcionavam a maior difusão das mensagens. Depois de feita a «volta», por vezes passávamos discretamente pelos locais e verificávamos com prazer o trabalho feito e a atenção que as pessoas davam à leitura. Recordo algumas expressões de admiração de algumas dessas pessoas que liam as mensagens. Admiração não só pela mensagem como pela coragem de quem a colocou. Por vezes isso proporcionava alguma conversa cuidadosa.

O campismo

A PIDE sabia que muitos antifascistas se reuniam em atividades campistas. Contudo era difícil controlar a situação. Por isso muitos democratas utilizaram o campismo para fazer reuniões e encontros restritos em sítios isolados e longe da vigilância da polícia. As limitações a essa forma de campismo foram sendo cada vez maiores, apelidadas de campismo selvagem.

As reuniões no campo

Recordo duas em que participei aquando da organização da CDE. Uma em Sacavém, onde é hoje a Urbanização da Quinta do Mocho; outra em Caneças, num Pinhal próximo do Arco de Maria Teresa. Para essas reuniões recebíamos convites orais e individuais onde se combinava o contacto que nos diria onde estava o outro contacto que, finalmente, nos indicava o local onde se faria a reunião. Cada convocado passava por vários controlos até chegar ao local. Eram essas as exigências para contornar a vigilância apertada da PIDE.

Comícios relâmpago

Em locais de grande concentração de pessoas, dois ou três ativistas das Comissões eleitorais ou da CDE, previamente combinados, apareciam e começavam a discursar em voz alta para que todos os presentes ouvissem e somente durante alguns minutos, poucos, para não dar tempo à chegada da polícia.

Muitas outras formas, fruto da capacidade imaginativa, da determinação e da coragem militante, foram encontradas no combate ao fascismo, que sabíamos que mais tarde ou mais cedo acabaria por ser derrubado.

Como é justo acentuar, o 25 de Abril, tal como todas as revoluções, surgiu da luta de classes, do trabalho militante de comunistas e outros democratas e antifascistas. Foi esse trabalho, sacrifício de muitas vidas, que foi, passo a passo, construindo o ambiente e a ocasião que tornou possível a Revolução.

4. A Revolução do 25 de Abril em Loures/Odivelas

Nas vésperas do 25 de Abril de 1974 tive que ir a França em trabalho. Na medida em que sempre mantive a ligação com camaradas e companheiros da CDE de Loures, antes de partir em viagem foi feita uma reunião em minha casa, onde me transmitiram informações de que algo estaria para acontecer em breve. Herberto Goulart entregou-me um envelope, que nunca soube o que continha, para entregar a camaradas que estavam em França. O meu contacto para a entrega do envelope era Tavares da Cruz que, por andar perseguido pela PIDE, tinha fugido e estava em Paris.

No dia 25 de Abril de 1974 foi em Paris que me deram a informação do que se passava em Portugal. Fiquei simultaneamente muito contente e angustiado. Procurei de imediato Tavares da Cruz na direção que Herberto Goulart me dera, e encontramos-nos num hotel onde ele já estava reunido com vários camaradas. Fui recebido com champanhe. Recordo que chorei ao ler as notícias que me mostraram e a ver as fotografias do povo nas ruas.

Pelos relatos que me fizeram ao telefone, soube que em Moscavide todas as pessoas festejavam na rua e procuravam os «pides» que conheciam para os prender. José Gouveia estava muito doente fruto dos maus tratos que a PIDE lhe infringiu na sua última prisão em 1973 e só a muito custo participou na efusiva alegria popular. Mas o 25 de Abril deu-lhe o ânimo que o recuperou e lhe devolveu a sua energia de combatente.

As organizações locais da CDE e do PCP instalaram-se em dois andares de um edifício na avenida principal. A partir daí foi um corrúpio de reuniões e atividades para organizar trabalhadores e moradores. Era muito o que estava por fazer e para fazer.



Cartaz Povo/MFA de João Abel Manta
Foto cedida por Eduardo Batista

Recordo que em 1973, na campanha eleitoral, eu e outros camaradas fomos presos pela polícia por andarmos a colar cartazes da CDE. O chefe da esquadra disse-nos que tinha recebido instruções superiores para nos prender e avançou: *«eu cumprio as ordens dos meus superiores. Se os senhores ganharem as eleições eu cumprirei as vossas ordens»*. Na altura não dei muita importância ao que considerei ser uma tentativa de desculpa perante nós ali presos, à espera de sermos enviados não sabíamos para onde.

Nos primeiros dias de Maio de 1974 chegam à sede da CDE em Moscavide dois polícias enviados pelo Chefe da Esquadra. Disseram-nos: *«vimos receber instruções para sabermos o que fazer perante os conflitos que estão a surgir com a venda de barracas no Casal dos Marcos»*. De imediato recordei as palavras do Chefe da Esquadra que nos prendera um ano antes. Foi com um sorriso e alguma ironia que disse aos agentes para me seguirem e com mais dois camaradas, acompanhados e agora «protegidos» pelos polícias, fomos ao bairro de Barracas. Com a PSP fizemos uma reunião com os moradores exaltados. Elegeu-se uma comissão que decidiria o que fazer para impedir os oportunistas de venderem as barracas. A PSP passou a acatar as instruções da Comissão de Moradores, apoiando-a com o nosso acompanhamento. Assim, por algum tempo, funcionou a «democracia direta» em Moscavide.

Ação do Poder Local Democrático em Loures/Odivelas

Após a substituição das autarquias fascistas, foram eleitas, em plenários populares, comissões administrativas para gerir as autarquias até haver eleições.

Em alguns desses plenários de moradores estava presente o MFA.

Ainda datilografado em máquina de escrever antiga, guardo comigo um 1º Inquérito à População de Moscavide da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Moscavide, Representantes ao Conselho de Cidadãos (Municipal) para recolha «da opinião da população sobre as carências da vila».



Manifestação popular com Octávio Pato em Loures/Odivelas
Foto cedida por Eduardo Batista

Nesse documento dá-se conta da constituição da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, aprovada no dia 1º de Maio.

Informa-se ainda que a Comissão Administrativa da Câmara fora aprovada em comício da população na sede do Concelho, transcrevendo-se os nomes que a compõem e ainda os nomes propostos para o Conselho Municipal de Cidadãos. Informa ainda esse documento que o Regedor de Moscavide fora destituído e formadas duas Comissões de Moradores dos bairros Casal dos Marcos e Azinhaga do Jogo da Bola, dando nota da forma democrática como o processo decorreu.

Cito ainda a informação de que «já ninguém paga rendas nestes bairros», e de que irão ser fiscalizados preços e rendas e aluguer de casas, transcrevendo-se um número de telefone da Direção Geral da Fiscalização Económica para que as pessoas possam reclamar.

Recordo a saudável agitação nas ruas, nas organizações populares, onde tudo se discutia, para que tudo fosse feito da melhor forma e de acordo com a vontade popular.

A substituição da Câmara fascista

Até então, a Câmara de Loures, como a generalidade das autarquias, era uma estrutura vocacionada para servir o regime fascista, para vigiar e denunciar as atividades de democratas e militantes da oposição, para passar licenças de caça, de mercados e feiras, ou para a construção imobiliária e não tinha serviços nem estrutura para resolver os problemas das populações. Questão que durante os 48 anos de fascismo nunca teve interesse real.

No relatório da atividade da Comissão Administrativa, em 1974, está patente essa incapacidade. Os problemas que havia para enfrentar eram enormes. Loures era um concelho dormitório de trezentos mil habitantes. Com extensos e populosos bairros de barracas e sem quaisquer condições de vida.

Com enormes áreas de bairros clandestinos em zonas impróprias, sem água, sem esgotos, sem eletricidade, sem ruas pavimentadas, sem escolas ou outros equipamentos e sem espaços para os construir.

O resto eram urbanizações onde só havia cimento, também sem equipamentos, e onde, mesmo havendo redes de água, esgotos e eletricidade, estas eram insuficientes e «rebentavam pelas costuras». Recorde-se que há pouco tempo, em vários locais, o lixo era recolhido por carroças da Câmara puxadas por cavalos.



MFA em Loures/Odivelas – Foto cedida por Eduardo Batista

Que prioridades?

Perante esta gravíssima situação, não tendo a Câmara meios legais, técnicos, financeiros e humanos para intervir voltou-se para as populações e com elas reuniu as forças possíveis para transformar a realidade. Diz-se no relatório que *«as populações aderiram ativamente e com o auxílio que lhes pudemos prestar transformaram em realidade sonhos antigos que a administração fascista não conseguiu resolver»*. Concretizando, diz o relatório que *«em relação às populações mais desfavorecidas»*, referindo-se em especial às que viviam em barracas, *«houve uma sensível melhoria nas suas condições de vida»*, aludindo a intervenções na construção de infraestruturas, de água, de esgotos e de eletricidade. Note-se que até aos anos 80 a eletricidade era da responsabilidade da Câmara.

Após o 25 de Abril as autarquias definiram como prioridade o apoio às populações mais carenciadas e mobilizaram-nas para juntar forças e meios com as autarquias para participarem diretamente na realização de obras. Foram assim feitas pelas populações, organizadas com comissões de moradores eleitas, muitas obras que começaram a transformar a realidade do concelho de Loures. Levou-se a água canalizada a imensas localidades, construíram-se redes de esgotos, fizeram-se parques infantis, construíram-se escolas, creches, centros de dia para a terceira idade. Nessas obras a população participou com o seu esforço, trabalhando ao fim do dia e nos fins-de-semana.

Os entraves à Revolução de Abril e a participação popular

O plano de atividades da Câmara de Loures para 1975 reclamava do Governo legislação adequada e mais apoio e apontava para a intensificação da participação popular. Com o apoio das autarquias, alargar a participação popular e o número de comissões de moradores não só para a fazer obras de melhoramentos locais, como ainda para realizar iniciativas de forma a promover a politização das pessoas e prepará-las para a intervenção na defesa dos seus interesses. Nessa medida foram também dedicadas atenções às coletividades e outras estruturas de natureza popular. Foi dada importância às atividades culturais, como o teatro, debates e outras formas de sensibilizar as pessoas.

A Câmara iniciou ações inovadoras para manter as populações informadas, criando um boletim e folhas informativas; estabeleceu um frequente relacionamento com as Juntas de Freguesia e outras estruturas locais. Foram dados os primeiros passos para a criação de Serviços de Cultura, que foram extintos logo após a tomada de posse de Riço Calado, em 1977.

No relatório da Câmara de 1975 refere-se o imenso trabalho realizado pelas populações logo após o 25 de Abril, que *«fizeram um trabalho verdadeiramente revolucionário, resolvendo os problemas mais prementes, ajudando a Administração a resolver outros, lutando pela criação de condições que permitam a resolução dos problemas mais difíceis»*. Como já tinha sido referido em 1974, a Câmara voltou em 1975 a protestar com veemência perante a passividade dos governos ao não alterarem a legislação fascista *«impedindo que se substituísse a máquina caduca que não serve o Povo nem a Revolução e emperrando ainda o progresso do País.»*

A Câmara protestou vigorosamente contra a falta de apoios e em especial contra a «obstrução grave» do Ministério das Finanças *«que criou aos Serviços Municipalizados e consequentemente aos municípios, problemas muito sérios pelo facto de não ter sido autorizado dois empréstimos que resolveriam situações urgentes de abastecimento de água e eletricidade no concelho»*.

Revela ainda o relatório que, ao invés de ter sido aumentado o apoio financeiro à Câmara este foi reduzido, e que os aumentos de salários de pessoal, ainda que insuficientes, absorveram a quase totalidade da receita ordinária.



Cartaz contra a marcha da «maioria silenciosa»
Foto cedida por Eduardo Batista



Trabalho conjunto da Câmara e Populares
Foto cedida por Eduardo Batista

Contudo, diz-se: «a Administração encontrou ainda maior apoio popular e a prová-lo estão patentes as numerosas realizações (...) que ultrapassaram as previsões mais otimistas. Os trabalhos realizados pelas populações (...) levariam muitos anos a ser realizados pela máquina ferrugenta dos serviços».

Refere ainda o texto do Presidente da Comissão Administrativa: «é certo que a vontade das populações teria sido infrutífera, como o foi nos cinquenta anos de fascismo, se as suas iniciativas não fossem ativamente apoiadas (...) se não existisse uma administração democrática que pôs ao seu dispor todos os meios de que dispunha».

Vale a pena transcrever mais um parágrafo: «Com os fracos recursos que o Município pôs ao seu dispor, as populações fizeram importantes obras de saneamento e de abastecimento de água em dezenas de bairros e aldeias:

construíram lavadouros e balneários; montaram abrigos em paragens de transportes públicos; construíram parques infantis; ergueram escolas, tendo até nalguns casos, adaptado a escolas velhos barracões, iniciativas que muito contribuíram para minorar as enormes carências de equipamento escolar que existe neste concelho.»

E continua: «Verificamos pois, com satisfação, que neste concelho foi tirada a prova real de que com democracia o Povo Português tem capacidade para superar todas as dificuldades e vencer rapidamente o atraso em que o País se encontra.»

Nova vida, novas preocupações

Recordo bem que a atividade cultural era uma novidade nas autarquias. Foi criticada pelo Partido Socialista que, dois anos depois, a extinguiu. O Relatório de 1975 dedica-lhe também atenção, contudo foi especialmente assinalado o problema do Urbanismo e da Habitação. Diz-se: «...a elaboração do Plano Geral de Urbanização do Concelho, que assinala uma viragem completa nos interesses a servir.» De facto o concelho de Loures/Odivelas foi uma área pasto da especulação imobiliária, de negócios escuros, da ocupação de terrenos impróprios para a construção. Também isso foi causa das cheias de 1967.

Essa especulação imobiliária ao serviço de alguns, grandes e pequenos especuladores, com a venda de extensas áreas para urbanizar, de lotes de terrenos legais e clandestinos, acrescentou às populações muitos problemas de falta de condições de vida. Eram muito graves os problemas de transportes, a Carris não entrava no concelho, as empresas de camionagem serviam mal os trabalhadores, que tinham que se deslocar diariamente de casa para o trabalho perdendo horas em grandes bichas nas paragens na Calçada de Carriche e nas entradas em Lisboa.

As urbanizações construídas, e os enormes prédios que diariamente surgiam como cogumelos de cimento, não davam aos moradores a água que faltava no verão, a eletricidade que frequentemente falhava nas horas de ponta. Os esgotos não eram acabados, os estacionamento vendidos para negócio de construtores e particulares. Assim, numa década, uma população que era de 100.000 habitantes em 1960 cresceu para 300.000 habitantes, quando o 25 de Abril de 74 devolveu ao povo a administração da sua autarquia.

Faltavam escolas, não havia nem um parque infantil, não havia creches, as zonas verdes eram escassas.

O fascismo permitiu o crescimento descontrolado ao sabor dos interesses do dinheiro de alguns. É por isso justa a afirmação da Câmara de que a elaboração do Plano Geral de Urbanização do Concelho, que foi o precursor dos PDM - Planos Diretores Municipais de muito mais tarde, assinalou uma viragem completa nos interesses a servir.



Bairro do Catujal – Foto cedida por Eduardo Batista



Bairro de barracas – Foto cedida por Eduardo Batista

O recuo do processo revolucionário

Destaco, no entanto, que essa viragem foi brutalmente interrompida com a entrada de Riço Calado como Presidente da Câmara em 1977, que «rasgou» o Plano de Urbanização do Concelho, «retirou da gaveta», como ele disse, os projetos de construção particulares que estavam suspensos e aprovou a Urbanização do Falcão, na Pontinha, onde nem o sol entra, os edifícios do Bairro Olaio, onde estava previsto um jardim, os prédios da Quinta do Mendes destinados a uma operação SAAL, a Arroja sem espaços e infraestruturas nem acessos, a extensão das Patameiras em terrenos inundáveis, e muitos outros crimes que se fossem todos referidos seriam precisos vários livros de muitas páginas.

Note-se que, quando refiro o nome da pessoa, estou a identificar um dos primeiros responsáveis por uma política que defendeu (e ainda hoje defende) interesses de alguns e que se chocam com os interesses dos trabalhadores e das populações. Fui vereador da Câmara, tive exacerbadas discussões com o Presidente Riço Calado durante os três anos em que esteve no poder e, por isso, sou muito sensível aos crimes que foram cometidos no concelho, crimes esses que ajudaram a destruir o que 25 de Abril nos trouxe e que causaram enormes males a populações inteiras, que instaladas nas condições referidas passaram a viver sem a qualidade de vida a que tinham direito.

Por isso, repito, foi justa a intenção da Câmara de 1975 em ordenar o urbanismo no concelho, referindo expressamente «*uma viragem completa nos interesses a servir*». Disse mais José Gouveia ao assinar o Relatório da Câmara: «*Este plano (...) salva o que ainda é possível salvar*».

O problema da habitação

Loures, concelho dormitório, era caracterizado por imensos bairros de barracas, extensos bairros clandestinos em grande parte degradados, e casas para alugar - grandes urbanizações de alta densidade e sem condições de habitabilidade, sem infraestruturas suficientes, sem equipamentos coletivos e sem zonas verdes.

Após o 25 de Abril, perante a imensidade de problemas para resolver, a Câmara decidiu dar prioridade aos casos mais graves. O primeiro deles era os bairros de barracas e a necessidade de realojar milhares de famílias. As autarquias reivindicaram o apoio do Governo para este problema que ultrapassava as competências e possibilidades das Câmaras. Contudo, não se desligaram da intervenção possível e criaram Serviços Municipais de Habitação para organizar a solução dos problemas.

Operações SAAL

Em Agosto de 1974, por despacho do Ministro da Administração Interna e do então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, arquiteto Nuno Portas, foi criado o SAAL, que era um corpo técnico especializado que deveria organizar soluções para as graves carências habitacionais. Para isso deveria promover programas de construção e apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal alojadas.



O cimento invade o Verde – Foto cedida por Eduardo Batista



As Operações SAAL
Foto cedida por Eduardo Batista

Câmara, moradores de bairros pobres e degradados e técnicos foram confrontados com o problema que teria que ter a participação de todos. O processo iniciado em Agosto de 1974, ao longo de mais de dois anos originou uma das mais ricas experiências conhecidas no campo da habitação.

As partes envolvidas no SAAL passaram a travar nos gabinetes, nas repartições, nos bairros e nas ruas, em jornadas de trabalho, uma luta a par com as lutas mais gerais dos trabalhadores portugueses nas fábricas e nos campos. Foi adotada uma metodologia inovadora de trabalho que integrava o planeamento, projeto e construção, a par da mobilização das populações para a luta na construção de uma nova sociedade.

A Câmara e as populações encetaram modos de intervenção urbana urgentes, que envolveram a ativa participação dos cidadãos.

Várias vezes o MFA e militares participaram em projetos solidários que caracterizaram a ligação Povo-MFA. A participação popular coletiva, com destaque para a importância das cooperativas de habitação que agruparam os moradores dos bairros degradados, e, o que foi novidade, muita participação das mulheres, chocou-se com interesses políticos (setores da direita) e económicos (proprietários, construtores e urbanizadores).

Com a dinâmica empreendida pelas operações SAAL, as populações tiveram a oportunidade de discutir a importância da qualidade do espaço residencial e das infraestruturas fundamentais, reivindicando equipamentos urbanos e sociais a instalar no local, de modo a que se criassem raízes para desenvolver formas de sociabilidade apoiadas na apropriação do espaço público. O urbanismo foi decodificado e trazido para a discussão pública. Infraestruturas, transportes públicos, espaços de lazer para crianças, escolas, creches, espaços verdes, centros de dia para idosos, centros de saúde, espaços desportivos e de lazer foram compreendidos como direitos que tinham que ser conquistados. O SAAL não foi só a solução para a construção de casas. Foi uma escola de cidadania.

A 27 de Outubro de 1976, um despacho conjunto do Ministro da Administração Interna (Costa Brás) e do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção (Eduardo Pereira) encerra esse entusiástico trabalho.

Em Loures/Odivelas estavam em curso muitas operações SAAL. Em Camarate, no Bairro da Torre, Bairro de Santo António, Bairro Angola, Bairro da Mós. Em Moscavide, no Casal dos Marcos e Quinta da Vitória. Em Unhos, no Catujal. Em Sacavém, na Quinta das Penincheiras, Quinta da Serra e Prior Velho. Em Odivelas, na Paiã e no Bairro do Silvado. Em S. Julião do Tojal, no Bairro da Manjoeira. Refira-se o caso da Quinta do Mendes estar destinada a uma operação SAAL de construção de habitação social.

A vitória eleitoral do PS e a tomada de posse de Riço Calado, em Janeiro de 1977, veio consumir a destruição de todo este trabalho social e cívico. Apesar dos fortes protestos dos vereadores da APU, em 6 de Abril de 1977 a Câmara decidiu por maioria suspender as operações SAAL. Os vereadores da CDU (APU na altura) ainda tentam, em Junho de 1977, que a Câmara aprove, entre outras ações para salvar o trabalho em curso, a manutenção dos processos de expropriação que estavam a decorrer para os terrenos destinados ao realojamento de famílias pobres a viver em bairros degradados. Os tais interesses políticos e económicos da especulação imobiliária foram mais fortes e a proposta foi derrotada.

Recuperação dos bairros clandestinos

Mais tarde vieram a chamar-se bairros de Génese Ilegal, nome mais elaborado mas que em nada altera a dramática realidade para que muitos moradores foram lançados na esperança de vir a ter uma melhor qualidade de vida.

Os clandestinos começaram a existir paralelamente à especulação imobiliária face ao mercado, derivado do aumento do número de pessoas que eram empurradas de Lisboa pelos elevados preços das casas e procuravam casas mais baratas longe da cidade.

Nos terrenos propícios, ou nos que não o sendo eram aprovados pela corrupção, surgiram as habitações legais, muitas vezes piores que as clandestinas.

Nos terrenos onde os proprietários não conseguiam aprovar, vendiam-nos aos loteadores clandestinos. Logo: terrenos «bons» e terrenos «maus» eram todos vendidos legal ou ilegalmente.



Bairros clandestinos – Foto cedida por Eduardo Batista

Quando se dá a Revolução do 25 de Abril de 1974, Odivelas tinha largas zonas ocupadas legalmente, muitas outras legalizadas pela corrupção, outras ilegais, ou clandestinas, e ainda outras, normalmente terrenos públicos, azinhagas e do Estado, que foram ocupadas para construir barracas. Quero dizer que o problema era, pois, de natureza social e atingiu em Odivelas muitas dezenas de milhar de pessoas.

Por agora, vamos apenas falar nos clandestinos. Odivelas tinha em 1974, bairros de alta densidade e de casas para alugar, como Vale do Forno, Serra da Luz e vários outros, e tinha largas extensões de terrenos vendidos em lotes, uns construídos, outros por construir.

Alguma confusão, propositada ou involuntária, com objetivos ou inocente, se gerou relativamente à nossa intervenção no assunto. No entanto, essa confusão foi-se desvanecendo à medida que os moradores, através das suas comissões, iam participando connosco nas intervenções e soluções. Basicamente o problema era a necessidade e o direito das pessoas a uma habitação condigna e que a sociedade dificultava.

Muitos oportunistas compraram terrenos não adequados para construção e vendiam-nos a preços mais baixos que os lotes urbanizados. No entanto, feitas as contas, muitas vezes, ou quase sempre, os custos acabavam por ser muito superiores pois ao preço do terreno havia que acrescentar todos os custos para urbanizar os bairros.

A diferença essencial era o facto de os investimentos irem sendo feitos de acordo com as possibilidades de cada um, normalmente sem necessidade de recurso a empréstimos bancários e pagamento de juros especulativos.

A acrescentar a isto havia o facto de os vendedores venderem toda a área sem reservar espaços suficientes para equipamentos, zonas verdes, e por vezes até com ruas sem dimensão mínima.

A solução destes problemas exigiu da Câmara dois procedimentos: por um lado impedir a venda dos espaços ainda existentes, por outro impedir a construção de novas moradias sem que os planos disciplinassem os aspetos de modo a garantir um ordenamento que salvaguardasse todo o bairro e o coletivo de moradores ou proprietários.

Para isso foi necessário que essas regras fossem aceites por todos no interesse de todos.



Visita conjunta com Comissões de Moradores do Casal do Bispo
Foto cedida pelo Centro Documental do PCP de Odivelas



Recuperação do Bairro do Casal da Silveira
Foto cedida pelo Centro Documental do PCP de Odivelas



Recuperação do Bairro do Casal dos Apréstimos
Foto cedida pelo Centro Documental do PCP de Odivelas



Recuperação do Bairro Quintinha da Arroja
Foto cedida pelo Centro Documental do PCP de Odivelas

O trabalho foi ciclópico mas simultaneamente gratificante pela cooperação que se gerou entre as Comissões ou Associações de moradores e proprietários. Tal como referi no processo SAAL, também neste caso, e com mais sucesso, as pessoas aprenderam a analisar e a avaliar a importância do urbanismo, da qualidade do espaço residencial onde iriam viver com a sua família, a encontrar soluções para a falta de infraestruturas e equipamentos, para a falta de espaços que o urbanizador tinha vendido, e a criarem raízes para desenvolver formas de sociabilidade desenvolvidas pela necessidade de cooperação entre todas as partes interessadas. Os moradores aprenderam o urbanismo com os exemplos práticos melhor que muitos técnicos que nunca experimentaram estas realidades. Aprenderam também a discutir os problemas, a dirigir e a comportarem-se em reuniões, por vezes difíceis e, sobretudo, a gerir interesses e conflitos constantes. Também este processo foi uma escola de cidadania cujos ensinamentos perdurarão.



Esgoto para a Ribeira de Odivelas. Foto cedida por Eduardo Batista

Ribeira de Odivelas - o que era e o que a Revolução mudou

A Ribeira de Odivelas era mais famosa pelo seu cheiro e pela peste que lançava do que pela sua ligação ao nome do Concelho.

Era um enorme esgoto a céu aberto por onde fluía não águas mas toda a porcária proveniente dos despejos das concentrações populacionais dos concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra e Loures/Odivelas. A Ribeira de Odivelas era um «cancro»... A enormidade do problema e os custos elevados da sua solução impediam que Loures resolvesse o problema sozinho. Os restantes concelhos responsáveis, não tendo o problema no seu território, fugiam a participar como seria justo. Foi preciso chegar a década de 1980 para que a solução começasse a ser estudada com determinação. Recordo as reuniões com técnicos, com o presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Sebastião Freire.

Naturalmente, o Presidente da Junta fazia o seu papel e, sem avaliar as dificuldades, queria que o problema fosse resolvido. Uma enorme pressão provocada pelo boicote constante dos vereadores da oposição, que viriam a provocar a queda da Câmara e eleições intercalares, retirava-nos condições para a intervenção que desejávamos para resolver os problemas das populações, como era o caso da Ribeira de Odivelas.

Como nesses anos era difícil ter férias e quando conseguíamos algum dia logo éramos interrompidos para acorrer a problemas urgentes, Sebastião Freire e eu, vereador, resolvemos ir uns dias fazer campismo e aproveitar para refletir sobre a melhor forma de intervir na Ribeira de Odivelas.

Armados de vários mapas, rolos de papel de grande formato, plantas e traçados da Ribeira, de pastas com os dados pedidos aos serviços técnicos, fomos para o Parque de Campismo de Melides, onde, sossegados e afastados das perturbações do dia-a-dia de autarcas, começámos a delinear as possíveis intervenções. Foi uma semana de trabalho intercalado com algumas idas à praia e uma minha ida a Loures para a reunião de Câmara das quartas-feiras. Recordo com um sorriso a expressão das pessoas que no parque de campismo passavam por nós e nos viam a discutir e debruçados sobre enormes mapas que extravasavam a mesa de campismo, que era a nossa mesa de trabalho. Mapas e papéis no chão, com a areia e a erva em volta, tornavam a cena mais estranha ainda. O que é certo é que chegámos a um acordo quanto à forma de intervenção e assumi o compromisso de apresentar e defender junto dos meus camaradas a proposta para lançar os projetos que permitiriam avaliar melhor os custos da obra.

Tratava-se de construir uma conduta de esgoto com vários quilómetros de comprimento, até Frielas, de características especiais, com diâmetros de tubos que permitiam andar de pé no seu interior.

Com a natural concordância dos meus companheiros, reuni com o Diretor dos Serviços de Águas e Esgotos dos Serviços Municipalizados, Eng. Baltazar, e a partir daí o processo não mais parou até a obra ser inaugurada. Não foi fácil conseguir as verbas para pagar aos empreiteiros. Era questão de honra, e sempre cumprimos, não atrasar os pagamentos.

O fomento da cultura pelas autarquias

Hoje é adquirido e prática corrente que as autarquias devem ter um papel importante nesta área. No tempo do fascismo que, propositadamente, defendia o obscurantismo e reprimia tudo o que se suspeitasse ser de elevação cultural das pessoas, e que não estivesse conforme a propaganda de Salazar e do seu Governo, as autarquias apenas tinham o papel de informar/denunciar atividades que outras organizações, nomeadamente as coletividades, promoviam.

Em 1975/76, estando em curso muitas das soluções para as necessidades mais imediatas das populações, com prioridade para as mais carentes, a Câmara tomou a iniciativa de criar Serviços de Cultura. Esses serviços tinham por objetivo *«apoiar de forma coordenada as muitas iniciativas populares tendentes a promover a democratização da vida cultural, desportiva e recreativa deste Concelho, bem como promover outras, dirigidas aos mesmos objetivos.»*

Recordo as muitas discussões acaloradas havidas para que esses serviços não caíssem na tentação de se sobrepor às coletividades e acabar com a tradicional iniciativa do movimento associativo, o que poderia pôr em risco a sua continuidade, e com as iniciativas realizadas de forma a que estas associações não enveredassem pelo comodismo de querer que a Câmara fizesse o trabalho que a elas devia competir.

Em Fevereiro de 1975 a Câmara proporciona as condições para que se instalasse no concelho o Grupo de Teatro «Os Bonecreiros», funcionando como uma companhia profissional de características de laboratório de teatro. Mas quis a gente ligada à Cultura e ao Teatro que se fosse mais longe. Movimentaram-se as pessoas influenciando a Secretaria de Estado da Cultura para que em Loures/Odivelas fosse também instalada a Casa da Cultura da Zona Oriental de Lisboa. Conseguiu-se que isso fosse aprovado em Junho de 1976. A Direção foi entregue aos encenadores Mário Jacques e José Peixoto. Mais tarde, com a gestão do PS/Riço Calado tudo isso acabou, só voltando a ser retomado na década de 80 neste Centro Cultural da Malaposta.



Fotos cedidas por Eduardo Batista

O Teatro Laboratório «Os Bonecreiros»

Com o apoio da Câmara instalam-se em 1975, em Moscavide, «Os Bonecreiros». O concelho passou a ser um dos quatro, com Lisboa, Porto e Sintra, que no país tinha uma companhia de teatro profissional. Évora passaria a ser o quinto, lê-se no Boletim Municipal de Setembro/Outubro de 1976, de que passo a citar alguns parágrafos: «As coisas que se passaram nestes dois anos e meio de revolução mudaram por completo a fisionomia do país.» Entre essas coisas está o facto de «haver uma companhia de teatro profissional às portas de Lisboa».

Essa instalação foi uma pedrada no charco na ideia criada de que a cultura tem que estar sediada em Lisboa. De facto, Lisboa foi desde sempre o centro das atividades e não só de cultura. Esse centro sacrificou a periferia, relegada apenas a alojar os trabalhadores que serviam as empresas instaladas na cidade. Assim diz o Boletim: «a descentralização cultural (...) é um imperativo de uma Revolução que se propõe eliminar os desníveis económicos, culturais, sociais». E mostra porquê. «O facto de milhares de pessoas de Moscavide e arredores poderem ter assistido neste último ano e meio a várias manifestações teatrais, de bailado, de música, etc..., enriquecendo a

qualidade da sua vida, é uma vitória dessas populações e de quem, arrojando com todas as dificuldades, insiste em dar de beber a cultura por copos grosseiros de carrascão em lugar de finas taças em que a burguesia gosta de a deglutir. O aparecimento de “Os Bonecreiros” em Moscavide não é fruto de um capricho de “intelectuais”, (...) mas sim a explosão de uma nova qualidade de vida que a concentração progressista das populações na periferia da cidade acabava por impor».

Centro Cultural da Malaposta

Aproveito para referir que após as tropelias contra a cultura, a mudança de administração da Câmara de Loures/Odivelas em 1980, e depois reforçada nos mandatos seguintes, levam a que a Câmara retomasse a política de desenvolvimento cultural. Entre muitas ações, em 1987, foi desenvolvido um organismo intermunicipal, que seria um Centro Dramático, com o objetivo de prestar às populações dos quatro concelhos, Amadora, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira, serviços culturais nas áreas do teatro e animação cultural. Seria o primeiro Centro Dramático criado em Portugal.

Funcionaria como um serviço público de caráter cultural e artístico, que incluía, para além do teatro, as artes plásticas, o cinema, a dança, a literatura, a poesia, a música. Foi assim retomado o projeto sonhado em 1976, mas muito mais desenvolvido e estruturado. Tal como em 1976, José Peixoto voltou a incluir a equipa que levaria o projeto por diante. Um ano depois, em 1988, foi constituída pelos quatro municípios a Associação de Municípios para a Área Sociocultural, a Amascultura.

Em Maio seguinte criou-se o Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, que viria a funcionar nestas instalações totalmente adaptadas para o efeito. Em Outubro de 1989, o edifício bem conhecido por Teatro da Malaposta foi inaugurado com a apresentação da peça «O Render dos Heróis», de José Cardoso Pires. Teatro que está novamente ameaçado.



Centro Cultural da Malaposta, final dos anos 80
Foto cedida pelo Centro Documental do PCP de Odivelas



Centro Cultural da Malaposta. Foto atual cedida por Eduardo Batista

A dedicação e empenho chamados «carolice»

Foi graças aos serviços criados logo após o 25 de Abril de 1974, ao empenhamento dos «carolas» das coletividades, ao apoio das Juntas de Freguesia, à dedicação de técnicos e de homens e mulheres entusiastas que a cultura foi levada, em forma de teatro e outros espetáculos, a muitas localidades do concelho. Foi sempre uma preocupação que todas as localidades, por mais pequenas que fossem, tivessem oportunidade de ser sensibilizadas com as mais variadas realizações. Naquela altura ninguém pensava em fazer as coisas para colher votos. Não se escolhiam os locais de maior número de eleitores.

Pensava-se, sim, formar e motivar para a participação e para que todos tivessem oportunidade de intervir, fosse em comissões de bairro ou de moradores, nas coletividades locais, nas cooperativas de consumo, nas bandas de música, nos bombeiros voluntários, nos grupos de trabalho das Juntas de Freguesia, nas próprias Juntas, nas campanhas de alfabetização, na assembleia popular, no conselho municipal, enfim em muitas outras organizações que o entusiasmo e a força do povo criaram para defender a Revolução e formar as pessoas. Muito se aprendeu com os sucessos, mas também com os erros. Muitos homens e mulheres se forjaram nesta luta e nesta aprendizagem. A esperança estava em especial nos jovens, que aprendiam com os mais velhos, muitos dos quais passaram pela luta de resistência ao fascismo. Recordo a atenção com que os jovens (e eu) ouviam as histórias dos mais velhos e em especial dos que tinham sido presos políticos.



Foto cedida por Eduardo Batista



Foto cedida pelo Centro Documental do PCP de Odivelas

Ajudaram nestas ações de natureza cultural e social, jovens integrados no serviço cívico estudantil nas suas férias escolares. Hoje, no ambiente de retrocesso, de passividade e desmotivação que vivemos, recordo com alegria os tempos de entusiasmo em que a inexperiência não foi barreira que impedisse de inventar, inovar, de ensaiar e avançar sempre com o objetivo de servir as populações, de elevar a sua cultura e consciência cívica e participativa na vida local e do país.

Hoje, tal como então, alguns criticam e tentam destruir muito do que se fez, com erros, naturalmente, mas sempre aprendendo com os desaires. Naquela altura conseguiram acabar com belos projetos mas não destruíram a vontade de lutar. De avançar por outras vias e outros caminhos. E hoje?



Fotos cedidas por Eduardo Batista



Apoiando-me no Relatório dos Serviços de Cultura da Câmara do ano de 1976 são tantas as coisas feitas que tenho dificuldade em resumi-las para dar uma ideia da riqueza do trabalho realizado. E isto, apesar de uma atividade em início e de contar com apenas três colaboradores e de estar em segundo plano face às obras da Câmara para minorar os problemas das populações. Essa escassa estrutura de serviços comprova que todo o trabalho realizado só foi possível graças à enorme participação voluntária de pessoas das várias localidades e estruturas associativas populares.

Relatam-se inquéritos à população, censo às coletividades, apoios a organizações, algumas não culturais mas de carácter social. Enfrentaram-se novas formas de funcionamento da biblioteca e de apoio às bibliotecas populares. A propósito, lembro que em muitos locais do concelho, por iniciativa de democratas, foram feitas campanhas de recolha de livros e formadas bibliotecas populares. Eu sempre gostei de ler e ter livros. Tive a possibilidade de constituir uma razoável biblioteca em minha casa. Não quis deixar de anuir a essa campanha e dei quase todos os meus livros, imbuído do seguinte pensamento: «As bibliotecas devem ser públicas. Quando quiser reler algum dos meus livros vou à Biblioteca Popular de Moscavide». Era assim que se traduzia a parte romântica do sonho de construir um mundo novo. «E sempre que um homem sonha...» Continuando o relato, a Câmara teve também os seus sonhos. Um deles mobilizou vários esforços e tentativas para que o Palácio do Correio Mor, monumento de grande envergadura em Loures fosse o futuro Museu Municipal. Não se conseguiu esse mas conseguiram-se outros. Fizeram-se campanhas de alfabetização. Levaram-se as festas do concelho a todas as freguesias. Integraram-se nestas festas a Casa da Cultura, o TIL (teatro), a assembleia popular, o serviço cívico estudantil, entre outros. O programa de atividades das festas abarcou 31 localidades do concelho, com 70 espetáculos de teatro, cinema, música, desporto e arte infantil.

Só nessas festas do concelho, o teatro, em 37 espetáculos, atingiu mais de 2.500 espectadores adultos e 500 crianças, com dez peças diferentes de dez grupos de teatro. Foram realizadas 27 sessões de cinema, com filmes de qualidade seguidos de debate e em que participaram alguns milhares de pessoas. Realizaram-se dez concertos de música e sessões em que participaram mais de 1.500 pessoas. Muitas outras atividades de menor envergadura estão descritas no relatório, como sejam atividades desportivas, exposições, arte infantil, festival de paraquedismo. Por aqui já se pode avaliar a dinâmica alcançada num período relativamente curto e sem recurso a serviços municipais de envergadura (eram três os colaboradores) e sem recurso a adjudicações a entidades externas, como se faz hoje.

A Assembleia Popular do concelho de Loures e a dinâmica popular

Não me recordo quando foi realizada a 1ª Assembleia Popular do Concelho. Sei que foi em 1975 e creio que com a participação do MFA. Na 2ª, em 28 de Março de 1976, foram aprovadas várias propostas, entre as quais a constituição de uma Comissão coordenadora da cultura, desporto e recreio e a realização de Encontros inter-freguesias.

No relatório dos serviços culturais da Câmara de 1976 verifica-se que a dinâmica popular e a vontade de organizar e desenvolver atividades e a formação das pessoas eram uma constante. Em Julho de 1975 foi realizado o I Encontro de Organizações Populares. Nesse encontro foram aprovadas várias propostas, entre as quais se destaca a de aproveitar ao máximo as instalações existentes, terrenos e armazéns para realização de atividades. Revela-se a preocupação da informação e formação, e uma vez que a obtenção de documentos de apoio não era fácil, nem havia Internet, tenta-se organizar a difusão de textos e outros meios impressos. Em Setembro de 1976 foi feito um Plenário das Organizações

Populares com três conselhos de moradores, dois conselhos de trabalhadores, 40 comissões de moradores, duas associações de moradores, 24 comissões de trabalhadores, 19 coletividades, 13 juntas de freguesia e Câmara Municipal. Avaliou-se então que existiam 137 organizações de desporto, cultura e sociais, para além das comissões de trabalhadores e outras ligadas ao mundo do trabalho.

Apesar da falta de experiência e da debilidade de muitas organizações, a dinâmica, o empenhamento e a dedicação de muitas centenas de democratas eram grandes. A contra-revolução no país e no concelho foram paulatinamente acabando com tudo o que indiciasse participação popular, com todos os tipos de democracia direta e participativa. A direita não admitia ser vigiada nas suas atividades e muito menos pela classe trabalhadora. Entre 1977 e 1980 foram destruídos serviços, erradicados os grupos de teatro, com especial incidência em «Os Bonecreiros», desautorizadas as comissões de moradores a ponto de quase terem desaparecido, e dados apoios a entidades de acordo com as simpatias pessoais do Presidente da Câmara.



Foto cedida por Eduardo Batista

O estilo de trabalho do Poder Local Democrático

Após o 25 de Abril de 1974, as Comissões administrativas, e administrações democráticas que se lhes seguiram, introduziram um estilo de trabalho que se demarcou frontalmente do que era habitual.

Recordo que José Gouveia prescindiu de usar o «Mercedes do Presidente» e usava o seu carro nas deslocações entre a Câmara e a sua casa. Nessas deslocações muitas vezes aproveitava para visitar bairros e reunir com Comissões de Moradores. Um certo dia, logo após a tomada de posse do novo Presidente, a Comissão de Moradores do Bairro do Sol Aveso, na Apelação telefonou, para a Câmara pedindo uma reunião para conhecerem o novo presidente e para lhe transmitirem as necessidades do Bairro. Contra o que era habitual, o Presidente José Gouveia atendeu o telefone e combinou que no dia seguinte, antes de entrar na Câmara pelas 8h30 da manhã, passaria pelo bairro para fazer uma visita e conhecer diretamente os problemas. No dia seguinte, à hora marcada, José Gouveia, no seu modesto carro, chega ao local de encontro, onde já estavam mais de uma dezena de pessoas. Para o carro junto das pessoas sai e cumprimenta todos com o tradicional aperto de mão. Estranhou que não lhe dessem grande atenção e começou a falar com os mais próximos sobre os problemas do Bairro. Passados vinte minutos, uma das pessoas que parecia liderar perguntou aos do grupo que falava com José Gouveia: «*Então quando é que o animal chega?*» José Gouveia apercebeu-se que ainda não tinham reparado que ele era o novo presidente e respondeu: «*o animal já está aqui!*». Muito embaraçados e admirados, os membros da Comissão pediram desculpa e disseram que estavam à espera do Mercedes com o Presidente.

Recordo também a surpresa e a alegria quando o Presidente Severiano Falcão e os vereadores, munidos de um saco com um farnel, foram passar a consoada com os trabalhadores que estavam de serviço no Piquete dos Serviços Municipalizados de Loures. Essas relações entre Administração e trabalhadores, ou populares, perduraram e tornaram-se um hábito. Hábito que, lamentavelmente, mais tarde se foi perdendo.

Recordo ainda os frequentes plenários com trabalhadores de todas as categorias e serviços, em que o diálogo era aberto e permitia uma forte coesão para a tomada de decisões e para a ampla compreensão dos pontos de vista de populações, trabalhadores da autarquia e Administração.

Prestar contas à população – Respeito para com o povo

Não havendo também nas autarquias serviços de informação que prestassem contas às populações do trabalho realizado, os serviços de cultura criados assumiram esse papel e editaram dois boletins municipais e várias outras publicações. É nesses boletins e publicações, naqueles que ainda conservo, que em várias ocasiões da minha vida política e social vou lembrar o imenso trabalho realizado, a que acrescento aquilo que não está escrito mas que recordo, como seja a solidariedade que havia entre todos e a grande camaradagem que nos unia para minimizar os problemas dos mais necessitados, para acabar com as injustiças e a exploração e para a construção de um Portugal melhor.

A descentralização e a criação da Freguesia da Pontinha

Ainda antes da Revolução do 25 de Abril de 1974, portanto em pleno regime fascista, já as populações da Pontinha reivindicavam ser Freguesia. Foi na Pontinha que se instalou o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas que comandou a Revolução do 25 de Abril. A Revolução que permitiu a dinâmica popular estimulou os habitantes da Pontinha a retomar a sua luta para a criação da Freguesia.

Lembro a Pontinha porque foi a primeira. Mas poderia falar de várias outras criadas após o 25 de Abril e que, como foi demonstrado, criaram uma dinâmica mais pujante na defesa dos interesses das populações e no desenvolvimento local. Em Odivelas foi o caso do Olival Basto, da Ramada e de Famões.

A Câmara e a Junta de Freguesia de Odivelas de imediato apoiaram essa reivindicação da Pontinha. Contrariamente ao que fez a política de direita do Governo de hoje, que retirou a autonomia de muitas das freguesias criadas após a Revolução, os democratas e as autarquias do 25 de Abril consideraram justas as pretensões de grandes freguesias, como a da Pontinha. Ainda em 1976 foi feita, com as comissões de moradores e a Junta de Freguesia de Odivelas, a proposta de delimitação da reivindicada freguesia. Contudo os entraves à criação da freguesia foram imensos, apesar de todas as opiniões favoráveis das autarquias. Os sucessivos governos e o pouco apoio dado pela Câmara, eleita em 1977, foram arrastando o processo.



Fotos cedidas por Eduardo Batista

Com a mudança de administração da Câmara, em 1980, de imediato retomámos a luta para a constituição da freguesia. Sendo o vereador responsável pelo planeamento do território, trabalhei diretamente com técnicos, eleitos da freguesia de Odivelas e moradores para a elaboração de nova proposta a apresentar à Assembleia da República. Apenas em 30 de Novembro de 1984 a proposta foi aprovada. Em 2013, após uma contestação geral das autarquias de todo o país, o Governo e a maioria de direita da Assembleia da República rapidamente destruíram o que demorara anos a construir. As freguesias da Pontinha e de Famões foram agregadas contra a vontade das populações.

Da vontade de descentralizar, de aproximar as populações às suas autarquias, 39 anos após o 25 de Abril de 1974 a contra-revolução impõe concentrar e distanciar as autarquias dos eleitores. Razão têm muitos para bem alto fazerem ouvir a sua voz: «Abril de novo, com a força do povo!».

6. O 25 DE ABRIL E OS DIREITOS DAS MULHERES



«...Abril foi luta, foi transformação, foi conquista, foi emancipação. Para todos os portugueses, mas particularmente para as mulheres. Elas deixaram de estar confinadas à esfera privada do lar e conquistaram espaço na esfera pública.»

«Uma revolução na Revolução O 25 de Abril e os direitos das mulheres

“A Revolução de Abril uma realização histórica do povo português, ato de emancipação social e nacional, constituiu um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal.”

Tiveram lugar profundas alterações das estruturas económicas e sociais, foram desenvolvidas medidas alicerçadas numa vasta participação dos trabalhadores e das populações, tendo como objetivo central o desenvolvimento económico e social assente numa mais justa repartição da riqueza nacional e na elevação das condições de vida da população.

As mulheres não só tiveram uma participação ativa nessas transformações, como tais transformações criaram condições para uma profunda alteração nas suas vidas. A forte presença das mulheres no processo revolucionário contribuiu de forma decisiva para a liquidação das discriminações que as atingiam e, igualmente, impulsionou uma profunda alteração de mentalidades, abalando preconceitos e pondo em causa valores obscurantistas e reacionários da doutrina do regime fascista sobre o papel das mulheres na família, no trabalho e na sociedade.

Para as mulheres portuguesas o 25 de Abril de 1974, e o processo revolucionário que lhe esteve associado, foi uma verdadeira revolução na Revolução. Num curto espaço de tempo, realizaram-se avanços gigantescos no processo emancipador das mulheres, quebraram-se grilhetas de séculos de subalternização das mulheres que atingiam de forma mais feroz as das classes trabalhadoras e populares, foram abolidas as situações humilhantes a que o fascismo as sujeitou.

As operárias industriais, as operárias agrícolas, as empregadas, as donas de casa, as estudantes, as idosas participaram ativa e corajosamente no movimento operário e popular e na luta reivindicativa, económica e social, na defesa das liberdades, pelo direito ao trabalho, pela Reforma Agrária, pelas nacionalizações, pelo controlo operário, pelo direito à igualdade em todas as dimensões da vida em sociedade – no trabalho, na família, na participação social, política, cultural e desportiva. (...)

(...) Em Novembro de 1974 foram abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral dos cidadãos. No dia 25 de Abril de 1975 realizam-se as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte.

A organização das mulheres trabalhadoras no movimento sindical unitário, e no Movimento Democrático de Mulheres, criado em 1968, assumiu um papel de relevo na organização das mulheres na luta contra as discriminações e desigualdades, contra os preconceitos e estereótipos relativos ao papel da mulher na sociedade e na luta pela consagração do direito à igualdade para as mulheres, na lei e na vida.

No plano da ciência, da cultura, da comunicação social e do desporto – bem como noutros campos de atividade – regista-se, com o 25 de Abril, uma participação crescente das mulheres. A sua intervenção criadora na literatura e em outros domínios artísticos e culturais ganha um relevo e um peso novos no conjunto da cultura portuguesa.

Elevação da qualidade de vida e consagração do direito à igualdade – após a Revolução de Abril foram tomadas numerosas medidas de carácter económico e social que representaram saltos gigantescos no combate à miséria e pobreza, com tradução na significativa melhoria da qualidade de vida das mulheres das classes laboriosas e populares. Ao mesmo tempo que foram produzidas profundas alterações na legislação em diversos domínios, consagrando o direito à igualdade das mulheres no trabalho, na família, na participação social, política, cultural e desportiva, e o direito de todos os portugueses à segurança social, à saúde, ao ensino e à cultura.

Direito das mulheres ao trabalho com direitos – aquando da Revolução, as mulheres representavam 25% dos trabalhadores. Apenas 19% trabalhavam fora de casa e ganhavam cerca de 40% menos que os homens. Foram abolidas as situações herdadas do fascismo, em que se destacam as que proibiam o acesso das mulheres a diversas carreiras, as que impediam as mulheres de trabalhar fora de casa ou exercer atividades lucrativas sem o consentimento do marido, e as que limitavam o direito a casar às enfermeiras e hospedeiras do ar.

Entre Maio e Dezembro de 1974 destaca-se a fixação do *salário mínimo nacional*, o aumento generalizado de salários, a garantia de emprego, a consagração de férias, subsídio de férias e de Natal, a diminuição das diferenças salariais, o acesso das mulheres às carreiras da magistratura judicial, do Ministério Público e da carreira diplomática. Com o início da *contratação coletiva* foram dados passos importantes no tratamento das matérias relacionadas com a *proteção da mulher no trabalho*, proteção na gravidez, na maternidade e na aleitação dos filhos.

Em Fevereiro de 1976, a ampliação do período de licença de maternidade para os 90 dias, 60 dos quais teriam de ser gozados após o parto, e abrangendo todas as trabalhadoras.

Com a destruição do poder dos latifundiários mais de 70 mil homens e mulheres passaram a ter direito ao trabalho e a salário, quando antes existia a exploração, a fome e a miséria. Foram dinamizados processos de alfabetização que abrangeram milhares de mulheres e homens da região. Para as mulheres assalariadas rurais do Sul a *Reforma Agrária* assegurou o acesso ao trabalho, à realização profissional e à sua independência económica.

Igualdade na família – o regime fascista impôs como único modelo de *família* o que resultava de um contrato de casamento. Face ao Código Civil a mulher podia ser repudiada pelo marido no caso de não ser virgem na altura do casamento, a família era dominada pela figura do “chefe” com total poder marital e parental, o marido tinha o direito de abrir a correspondência da mulher, e a lei permitia-lhe matar a mulher em flagrante adultério, sofrendo apenas um desterro de alguns meses. O casamento católico era indissolúvel, existiam filhos legítimos e ilegítimos, nascidos dentro e fora do casamento.

Com a Revolução de Abril alteram-se estas situações absurdas: alteração da Concordata para os casamentos católicos obterem o divórcio civil, abolição do direito do marido abrir a correspondência da mulher, revogação das disposições penais que atenuavam, ou despenalizavam, os crimes em virtude das vítimas desses delitos serem as suas mulheres ou filhas, reforma do Código Civil com abolição das disposições discriminatórias do direito de família, quanto à mulher e quanto aos filhos. Com estas alterações, acaba-se o estatuto de dependência e *a mulher passa ao estatuto de igualdade com o homem na família*.

Equipamentos sociais e infraestruturas básicas – em 1973 não existiam escolas pré-primárias, o número total de creches (incluindo as particulares, que cobravam elevadas mensalidades) abrangia apenas 0,8% das crianças até aos 3 anos de idade. Cerca de 50% das casas não tinham água canalizada, e mais de metade não dispunha de eletricidade. Após a Revolução de Abril foram criados inúmeros *equipamentos sociais*, creches, jardins-de-infância, lavadouros públicos, jardins infantis, e as *infraestruturas básicas*, redes de água, esgotos, eletricidade, etc. O alargamento e reforço dos serviços públicos tiveram imediatas e profundas repercussões na elevação das condições de vida das mulheres nos campos e nas cidades, no Continente e Ilhas.

O direito à segurança social – o regime de “previdência e de assistência social” criado pelo fascismo tinha uma fraca abrangência, pouca cobertura de riscos e baixo nível de proteção social. Não existia pensão social, nem subsídio de desemprego, nem pensão mínima no Regime Geral. O abono de família e de aleitação tinham valores irrisórios. As mulheres, particularmente as idosas, tinham uma situação bastante desfavorável.

Foram determinantes as medidas tomadas em 1974, logo após a Revolução de Abril, no sentido de assegurar a ampliação do *direito à segurança social* e a elevação dos valores das prestações sociais, abrindo-se o caminho à edificação do Sistema Público de Segurança Social como um direito de todos os portugueses: instituição do valor mínimo para a pensão de invalidez e de velhice do regime geral, igual a metade do salário mínimo nacional; pensões sociais destinadas a pessoas que não tinham descontado para a previdência; o subsídio de Natal para os pensionistas com valor igual ao da pensão; generalização das pensões de sobrevivência a todas as viúvas de beneficiários das «caixas» – só esta medida permitiu que, em 1976, fossem abrangidas mais de 100 mil mulheres.

O direito à saúde e saúde sexual e reprodutiva – o *direito à saúde* para todos os portugueses, consubstanciado na criação de um serviço público de saúde, resultou da iniciativa revolucionária do povo e de muitos profissionais de saúde no contexto da Revolução de Abril.

Este direito assumiu uma importância extraordinária para as mulheres e permitiu pôr fim a uma realidade dramática em matéria de *saúde sexual e reprodutiva das mulheres* a que o fascismo as sujeitou: cerca de 43% dos partos ocorriam em casa, 17% dos quais sem assistência médica. Muitos distritos não tinham maternidade, era elevadíssima a taxa de mortalidade infantil e de mortalidade na maternidade. Os médicos da “previdência” não estavam autorizados a receitar contraceptivos orais, a sua divulgação era proibida e a mulher não tinha direito de os tomar contra a vontade do marido, que podia evocar esse facto para um pedido de divórcio. O aborto era punido, em qualquer circunstância, com pena de 2 a 8 anos de prisão, e o aborto clandestino (cerca de 100 mil por ano) era a terceira causa de morte materna. Após a Revolução de Abril foram tomadas importantes medidas: criação da rede de cuidados primários, generalização do acesso das mulheres ao acompanhamento médico durante a gravidez e o parto, instituído o direito do parto hospitalar, criação de consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.

A Revolução constituiu, ainda, um marco decisivo no acesso à participação desportiva das raparigas e mulheres, na sua esmagadora maioria completamente afastadas por também lhes ser proibida a prática de inúmeros desportos.

A Constituição da República Portuguesa – aprovada a 2 de Abril de 1976, consagrou a *igualdade entre mulheres e homens* em todos os domínios da vida, explicitou os direitos das mulheres e, igualmente, as responsabilidades do Estado na eliminação das discriminações e na promoção da igualdade em todas as esferas da vida.

“...não foi pequena a contribuição dos deputados comunistas que se bateram para que a Constituição incluísse princípios e direitos referentes à mulher... Foi um passo importante é certo, mas não basta. Uma coisa é a igualdade na lei e outra a igualdade na vida.” (Maria Alda Nogueira, VIII Congresso do PCP, 1976).» (...)

Extrato de artigo de «O Militante», edição nº 329, Março /Abril de 2014

Declaração política dos vereadores da CDU na CMO

Dia Internacional da Mulher 40 anos depois de Abril



4.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 26.02.2014 PAOD Declaração política DIA da MULHER nos 40 ANOS de ABRIL

Aproxima-se o dia 8 de março, data maior na luta das mulheres pelos seus direitos enquanto cidadãs e trabalhadoras. Falar deste dia em 2014, ano em que se comemora o 40.º Aniversário da Revolução de Abril, tem particular significado.

Porque Abril abriu as portas para que as mulheres deixassem de ter um papel subalterno na sociedade, no trabalho, na família, na política.

Pelas portas de Abril, entrou o direito à igualdade entre homens e mulheres, direito que ficou espelhado na Constituição da República Portuguesa aprovada a 2 de Abril de 1976. Para além de consagrar o direito à igualdade, a Constituição consagrou também as responsabilidades do Estado na eliminação das discriminações e na promoção da igualdade em todas as esferas da vida.

Pelas portas de Abril, entrou o direito da mulher a ter trabalho sem estar sujeita ao consentimento do marido; entrou o direito ao casamento para aquelas que exerciam certas profissões, como as enfermeiras ou as hospedeiras (que eram proibidas de casar) às professoras, cujo casamento tinha que ser autorizado pelo governo. Entrou o direito ao voto, sem as restrições baseadas no sexo; entraram as liberdades políticas.

Abril foi luta, foi transformação, foi conquista, foi emancipação. Para todos os portugueses, mas particularmente para as mulheres. Elas deixaram de estar confinadas à esfera privada do lar e conquistaram espaço na esfera pública. Elas participaram no processo revolucionário que impulsionou uma profunda alteração de mentalidades, abalando preconceitos e pondo em causa valores obscurantistas e reacionários da doutrina do regime fascista sobre o papel das mulheres na família, no trabalho e na sociedade.

Num curto espaço de tempo realizaram-se avanços gigantescos no processo emancipador das mulheres, quebraram-se grilhetas de séculos de subalternização que atingiam de forma mais feroz as mulheres das classes trabalhadoras e populares.

O caminho percorrido nestas quatro décadas foi de avanços mas também de recuos.

Avanços, na sua afirmação nos diversos domínios da sociedade, na luta pela dignificação do seu estatuto profissional, na participação vida social e política. As mulheres afirmaram-se na medicina, na magistratura, na investigação, na cultura no associativismo, no desporto.

Avanços, na proteção na gravidez e na maternidade, no direito à saúde sexual e reprodutiva que diminuiu de forma drástica as taxas de mortalidade infantil e de mortalidade na maternidade.

Avanços, nos direitos sociais, com a edificação do sistema público de segurança social como um direito de todos os portugueses, em que as mulheres foram particularmente beneficiadas, tendo em conta a total desproteção a que estavam sujeitas no regime fascista. Também as estruturas de apoio à família, como as creches e jardins-de-infância, foram importantes conquistas com repercussões na elevação das condições de vida das mulheres.

E recuos, recuos na concretização efetiva do direito à igualdade, a começar por uma dimensão estruturante que é o trabalho. Hoje, em resultado de décadas de política de direita, acentuam-se velhos mecanismos de exploração, de vulnerabilidade e discriminação das mulheres no mundo do trabalho que atingem, de forma particularmente agravada, as novas gerações de trabalhadoras.

O princípio do salário igual para trabalho igual, está na lei mas não é cumprido: no país, onde as mulheres ganham o equivalente a 79% do salário dos homens; no nosso concelho, onde o salário médio das mulheres é inferior em 122€ ao dos homens, sendo que no setor terciário (que corresponde a 70% do emprego) essa diferença se situa na ordem dos 154€.

Os fenómenos de **discriminação e desigualdades**, aprofundados com as políticas ditas pelo Pacto da Troika, subscrito pelo PS, PSD e CDS, contrariam a evolução social, o devir e a vontade das mulheres, na sua luta pela igualdade e na sua afirmação na sociedade.

Comemorar o Dia Internacional da Mulher nos 40 anos de Abril, é pois um grito de esperança e confiança num país onde os valores de Abril e a Constituição da República Portuguesa sejam um espaço de unidade de todas as mulheres e homens que não desistem das suas vidas e de lutar pela sua dignidade plena, porque a luta emancipadora das mulheres é inseparável da luta por uma sociedade mais justa e avançada.

Saudamos as mulheres deste concelho: as que fazem e defendem a Escola Pública; as que prestam cuidados de Saúde, defendendo o Serviço Nacional de Saúde; as que trabalham nos *call center* e nos supermercados, nas fábricas, no comércio e serviços. Saudamos as que diariamente dão vida às coletividades e associações, as delegadas e dirigentes sindicais, as dirigentes de instituições sociais. As que intervêm na defesa de serviços públicos como a saúde ou os transportes.

Saudamos de forma especial as trabalhadoras deste município, que constituem mais de 70% dos trabalhadores, e que com o seu empenho e dedicação defendem o Poder Local Democrático.

A todas dedicamos um excerto do poema *Catarina Eufémia*, de Sophia de Mello Breyner.

*"O primeiro tema da reflexão grega é a justiça
E eu penso nesse instante em que ficaste exposta
Estavas grávida porém não recuaste
Porque a tua lição é esta: fazer frente"*

Odivelas, 26 de Fevereiro de 2014

Os Vereadores da CDU na Câmara Municipal de Odivelas



Saudação dos vereadores da CDU na CMO às trabalhadoras do Município de Odivelas

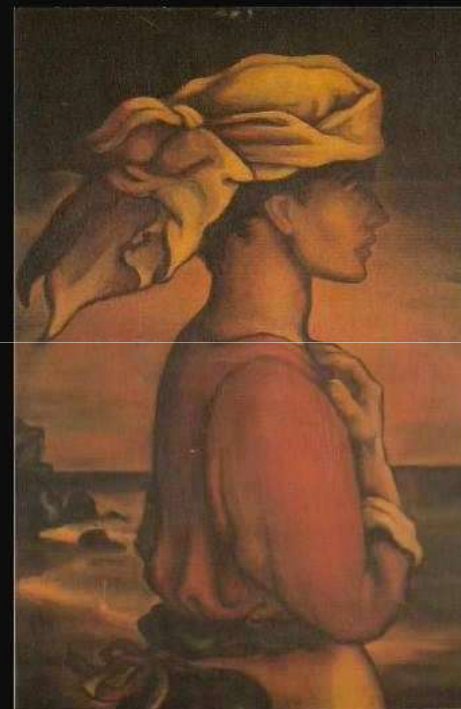
Dia Internacional da Mulher

Comemorar o Dia Internacional da Mulher nos 40 anos de Abril, é um grito de esperança e confiança num país onde os valores de Abril e a Constituição da República Portuguesa sejam um espaço de unidade de todas as mulheres e homens que não desistem das suas vidas e de lutar pela sua dignidade plena, porque a luta emancipadora das mulheres é inseparável da luta por uma sociedade mais justa e avançada.

Os Vereadores da CDU saúdam todas as mulheres deste Concelho e de uma forma especial as trabalhadoras e colaboradoras deste município, nos mais diversos domínios, que com o seu empenho e dedicação defendem o Poder Local Democrático.

A todas dedicamos um excerto do poema Catarina Eufémia, de Sophia de Mello Breyner.

*"O primeiro tema da reflexão grega é a justiça
E eu penso nesse instante em que ficaste exposta
Estavas grávida porém não recuaste
Porque a tua lição é esta: fazer frente ..."*



8 de Março de 2014

Caneças, o passado e a participação da mulher na comunidade

Em Caneças a mulher teve sempre uma participação ativa na vida familiar, social e comunitária. A sua vida como «Lavadeira» e «Enchedeira» tirou-a do exclusivo de ser simples dona de casa e permitiu-lhe tomar consciência do seu papel na sociedade

Trabalhava e assim contribuía para a economia familiar e local. Por outro lado, a ida à «cidade» e a vinda dos veraneantes e a existência, ao tempo, de hotéis e pensões permitia-lhe contactar com outras realidades da vida e até exercer influência na sua forma de vestir.



Foto cedida pela própria

Foi por isso que se organizou em comissões para dar apoio social, para participar na coletividade, naquilo que lhe era permitido, quer na venda de rifas nas quermesses, na organização de bailes, decorando salas, inventando nomes que permitissem suscitar interesses e surpresa, como por exemplo, o dos fatos de chefe e o dos fatos de papel. O preparar dos petiscos para os bares, o organizar as festas dos santos populares e as marchas, subir ao palco e fazer teatro, realidades vividas algumas há mais de 100 anos.

Memórias que vão escasseando e que sem registos escritos e fotográficos vão morrendo pouco a pouco. Mas é diferente a realidade vinda depois de 1974.

Após o 25 de Abril abriram-se portas para que a mulher tivesse, para além de tantas coisas em que participara e que assumira com determinação e responsabilidade, a possibilidade de passar a exercer funções diretivas, tanto nas coletividades, como nas associações de solidariedade, nas comissões de pais, como nas próprias autarquias. Pode ter havido algumas que ao longo dos tempos tiveram maior relevo, mas o importante é reconhecer que neste território, cuja idade não se sabe bem qual é, mas é muita, e de ter deambulado entre concelhos e freguesias, nele foi marcante a presença ativa e a múltipla iniciativa e presença da mulher na vida local.

Avelina do Carmo Simões Paisana, mãe de Maria Amélia Figueiredo
Enchedeira na Quinta da Fonte de Castelo de Vide, em Caneças



Enchedeiras de Caneças e Gertrudes Bernardino
Fotos cedidas por Maria Amélia Figueiredo



Jacinto de
Liberdade Bernardino

A mulher que foi directora e
colectora da S.M. de Caneças
(7'ra. Id. de 130 anos)



«As Lavadeiras de Caneças»

"AS LAVADEIRAS DE CANEÇAS" DOCUMENTO Nº.1 Março/87.	MULHER DE CANEÇAS - A TUA HISTÓRIA DEVE SER CONTADA. - OS TEUS DESCENDENTES DEVEM CONHECÊ-LA. - OS NOVOS HABITANTES DE CANEÇAS DEVEM SABER QUEM TU FOSTE E COMO TU AJUDASTE A CONSTRUIR "A TUA TERRA" QUE HOJE É TAMBÉM DELES E TEM UMA HISTÓRIA POR CONTAR. M.A.F.	A Junta de Freguesia de Caneças começou em 1986 a fazer a primeira recolha sobre a "História de Caneças" para que ela constitua um documento escrito pelo menos nos primeiros "100 Anos do Concelho de Loures". Relevante o papel da MULHER, que aparece neste primeiro levantamento com destaque quer pelas profissões que exercia e o seu papel preponderante na economia local, quer pela sua participação em vários aspectos da vida Sócio-Cultural. Sem desactivar a pesquisa sobre a "Vida de Caneças", que leve à sua publicação, vamos paralelamente contar a vida da "MULHER DE CANEÇAS" reportadas aos últimos 100 anos. <i>Sem ambições desmedidas e conscientes do risco deste desafio, vamos fazê-lo a nós próprios e convidar todos quantos nos queiram ajudar a engrandecer a obra que um dia será publicada.</i> Começamos por fazer o lançamento deste primeiro "DOCUMENTO" que nos fala das "LAVADEIRAS DE CANEÇAS" aproveitando o "Dia 8 de Março" para nele Homenagear A MULHER DE CANEÇAS. A Junta de Freguesia de Caneças Março. 87.
--	--	---

Publicação da Junta de Freguesia de Caneças, no âmbito do 8 de Março de 1987
Cedida por Maria Amélia Figueiredo



Lavadeira que no regresso a casa levava a sua bilha de água.



A mulher que durante vários anos fez a distribuição do correio.



Saloias em traje de ir à cidade.

MULHER DE CANEÇAS que foste nesta aldeia, uma presença de vulto nesse passado longínquo, que foste capaz de trazer aos nossos dias o exemplo do teu trabalho e da tua participação, que te soubeste assumir na vida, mereces que te seja feita uma homenagem e que seja elevado à memória o teu nome, a tua vida, a tua arte e o teu saber seres **MULHER**.

M.A.F.

Quantos escritos nos faltam para documentar a vida da "MULHER DE CANEÇAS" vivida 100 ANOS DO CONCELHO DE LOURES".

Quantos documentos vivos se perderam porque nunca ninguém se lembrou de te escutar, e de escrever essas histórias encantadoras do teu tempo, que contavas aos teus netos; porque nunca ninguém se lembrou que a tua vida fazia parte da "História de um Povo", "Povo de uma Aldeia". Aldeia que é Caneças, de um Concelho que é Loures.

A tua vida, os teus costumes de "ontem" vão finalmente ser recordados e passados ao conhecimento das "gentes" de "Hoje".

Neste primeiro DOCUMENTO vamos falar das "LAVADEIRAS DE CANEÇAS".

"Lavadeiras" cujo trabalho se perde para além da fundação do nosso Concelho pois desde a Idade Média que o hábito de usar esses serviços enraizados pela oferta desse trabalho que se fazia de porta em porta por aquelas que aproveitavam as Ribeiras de Águas Livres para nelas lavarem as roupas que lhes eram "dadas ao rol" para lavar e "corar" tornando-as brancas numa alvura que fazia inveja aos que tinham neve à porta.

Davam a nota duma profissão que era exercida por muitas mulheres, que contribuíam para a economia local, que participavam para o orçamento familiar.

Foram Inspiração para o filme "Aldeia da Roupa Branca" cujas filmagens de exterior se fizeram, em parte, em Caneças.



Aqui, na Ribeira de Caneças, se filmou a "Aldeia da Roupa Branca"

Publicação da Junta de Freguesia de Caneças, no âmbito do 8 de Março de 1987
Cedida por Maria Amélia Figueiredo

Foram alegria quando nas suas tarefas contavam por entre o "grito" "uiiii"... "iôôô"... de vai-vem no bater da roupa no "lavadoiro" ou no "malhar" da "mão" de "roupa graúda", as cantigas de amor pensando no "sê home, que tinha ido à cidade vender água".

Mê ofício é lavadeira
o mê lavadoiro é de vidro
ne espuma do sabão
trago o mê amor escondido."

Era com este amor escondido num coração sempre jovem que a "lavadeira" atingia longa vida de mão dada com o seu companheiro.



"Casal Martinho"

Na 5ª feira acolhiam-na para estender ao Sol, fazendo os cargos que levavam para os carrascais.

Na 6ª feira acabavam-se alguns restos de roupa e no sábado dedicavam-se à dobragem desta.

No Domingo era normalmente o dia de ir assistir à missa e o tão esperado dia de descenso.

Era assim uma semana de trabalho com tempo bom porque quando chovia a roupa não enxugava e então o trabalho redobrava.

Na 2ª feira seguinte na sua ida a Lisboa, levavam as trouxas – existiam trouxas pequenas e as trouxas maiores chamavam-se "trouxas de carroça" – que eram revistadas às portas da cidade, por um guarda fiscal, para evitar o contrabando. As trouxas eram divididas pelas freguesas que como pagamento lhes davam pelos lençóis, um vintém e pela roupa miúda cinco Reis.

Assim, semana após semana, se repetia o trabalho.

E repetida quase diariamente era também a alimentação.

Num ritual se seguiam ao longo do dia desde que quando de madrugada, por volta das 5 horas faziam a sua primeira refeição bebiam "o café da manhã", depois às 10 horas almoçavam "bacalhau com batatas". Às 2 horas da tarde era o jantar aí o "conduito" era carne cozida com toucinho, batatas e hortaliça. Pelas 5 horas da tarde era a "merenda" café com pão, na "última volta" à noite era a "ceia" onde se tomavam o caldo do cozido, café e pão.

A comida era "boa"... diziam, o trabalho é que era "duro".

APESAR DE "DURO" O TRABALHO DAS "LAVADEIRAS"

Também merece a atenção e o carinho de quem olhava para "elas" e as admirava.

Foi inspirada na vida desta lavadeira que a sua bisneta ouvindo a sua tia-avó Maria Simões, de 81 anos, nos conta como era "uma semana de trabalho" em casa da família "Martinho" onde a lavagem da roupa, empregava várias lavadeiras que ali viviam em casa dos patrões como em família, até casarem.

A 2ª feira pelas 5 horas da madrugada saíamos de casa na carroça puxada por um macho com destino a Lisboa, onde tínhamos várias freguesas, o transporte era do próprio e como tal, não precisávamos de ir para a estalagem onde normalmente a roupa era depositada para depois ser distribuída pelas freguesas. Em casa destas era dado ao "rol" – livro que a senhora tinha em casa e onde ela apontava a quantidade das várias peças de roupa, algumas freguesas já tinham a roupa marcada para não se trocarem as suas peças com as das outras freguesas, se não vinham marcadas era a lavadeira que ao chegar a casa ou no dia seguinte começava por "apartar" a roupa, isto é, a separação da mesma. Caso não estivesse identificada era a lavadeira que tinha linhas de várias cores para as poder distinguir, muitas freguesas eram conhecidas pela cor que lhe pertencia. A separação da roupa era conforme o seu tipo; os lençóis e as colchas, para um lado dando-lhes o nome de "peças grandes ou graúdas" e à "roupa miúda" chamavam-lhes fronhas, panos de cozinha, guardanapos, toa-lhas de mesa e panos de nódoas – que nessa altura ocupavam o lugar dos pensos higiénicos.

Na 3ª feira (retirava-se) o gigão – Era um tanque redondo com uma cavidade na frente para as lavadeiras se poderem debruçar e para se deitar água quente – era onde as lavadeiras assentavam a roupa, primeiro os lençóis e as colchas, depois a roupa miúda, em cima colocavam vários panos de cozinha e sobre eles a cinza que se comprava ao padeiro. Depois aquecia-se um tacho de cobre numa fomalha, seguidamente fervia-se a água e deitava-se por cima da roupa e estava a "barrela" feita.

Na 4ª feira retirava-se a roupa em "pastas" e levavam-na para a "almasseca" – tanques grandes e pouco fundos – onde as lavadeiras estavam todo o dia de joelhos, para não se magoarem havia as "joelheiras"; para as ajudar a lavar a roupa tinham uma "malha" para bater nesta e ao fazê-lo gritavam "iô, iô", estes sons chegavam a ouvir-se a longas distâncias; depois de lavada a roupa, as lavadeiras deitavam-na a corar, num campo de ervas parecendo relva.

Publicação da Junta de Freguesia de Caneças, no âmbito do 8 de Março de 1987
Cedida por Maria Amélia Figueiredo

Haviam "Lavadeiras" patroas e as lavadeiras trabalhadoras, haviam consoante a classe os trajos de trabalho local e os de ir à cidade. Haviam ainda os trajos de casamento e os de ir à missa ao Domingo ou de ir às Festas. Um dia que Caneças tenha o museu, alguns desses trajos, ainda existentes, serão testemunho da sua familiariedade com as "Lavadeiras". A abundância das águas que em Caneças corriam livremente nas ribeiras e aquelas que eram tiradas para as "almas-secas" com as "picotas" ou com as "noras".	Com a colaboração de: - Ana Isabel Faria Antunes Paulo - Sofia Margarida Cruz Nunes - Câmara Municipal de Loures	NESTE DOCUMENTOS DEMOS O PRIMEIRO PASSO, ENSAIAMOS O QUE, COM CORAGEM QUEREMOS CONTINUAR. OUTRAS HISTÓRIAS HAVEMOS DE CONTAR, OUTRAS MULHERES HAVEMOS DE RECORDAR. JUNTA DE FREGUESIA DE CANEÇAS.
--	---	--

Publicação da Junta de Freguesia de Caneças, no âmbito do 8 de Março de 1987
Cedida por Maria Amélia Figueiredo

7. ACRESCENTAR MAIS HISTÓRIA À HISTÓRIA LOCAL



As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril, que decorreram durante este ano, constituíram, na perspetiva dos vereadores da CDU na Câmara Municipal de Odivelas, **um ponto de partida para acrescentar mais história à história local.**

Odivelas é um concelho jovem. Mas é antiga a história do seu território.

Fazendo uma incursão na bibliografia publicada desde a criação do concelho de Odivelas destaca-se as que foram editadas pela Comissão Instaladora do Município de Odivelas:

- ✓ «Odivelas – Diálogo de gerações», edição de Dezembro de 2000;
- ✓ «Odivelas – O Monumento do Senhor Roubado», de João Miguel Simões, edição de Novembro de 2000;
- ✓ «Odivelas – Um Mosteiro Cisterciense», de Manuela Maria Justino Tomé, edição de Janeiro de 2001;
- ✓ «O concelho de Odivelas, Memórias de um Povo», de Maria Máxima Vaz, editado no âmbito das comemorações do 2º aniversário do município.

A partir da Câmara Municipal de Odivelas temos conhecimento das seguintes publicações:

- ✓ «Feiras e Mercados de Odivelas», de autoria de Luís de Sousa Peixeira, Edições Colibri, Novembro de 2010;
- ✓ «D. Dinis – Atas dos Encontros sobre D. Dinis em Odivelas», Edições Colibri, Outubro de 2011.

Reportando-nos a períodos anteriores à criação do município, encontramos edições da responsabilidade da Junta de Freguesia de Odivelas na coleção Património Hoje, Amanhã: «Inscrição Românica de Odivelas», de Gustavo Marques, 1986; «Coreto», Henrique Ramos, 1988; «O Senhor Roubado», de Ana Maria Pessoa, Dezembro 1989; «A Casa do Arcebispo», de Máxima Vaz, Janeiro de 1992; e uma edição que engloba O Memorial, A Casa do Arcebispo, O Senhor Roubado, Subsídios para o estudo da vida e obra do Coronel Ferreira Simas, O Coreto, a Inscrição Românica de Odivelas”, de vários autores, Dezembro 1989.

Não sendo exaustiva esta pesquisa, permite contudo questionar a falta de continuidade de um trabalho de investigação e publicação de múltiplas dimensões da história local.

Da nossa parte consideramos ser necessário fazer mais e melhor no âmbito da política municipal no domínio do património histórico e cultural que importa potenciar e preservar.

Consideramos ser absolutamente necessário que a Câmara Municipal de Odivelas **inicie a recolha e sistematização da trajetória deste território, designadamente no século XX, como uma nova e importante dimensão da história local** e da construção de uma verdadeira identidade de concelho.

São disso exemplo, os aspetos relacionados com a história local, designadamente na alvorada do século XX, com a implantação da República em 1910, passando pela instauração do fascismo em 1926 até à Revolução de Abril, em 1974.

Referências relativas a este período da história local e nacional fomos encontrá-las nas obras publicadas pela Câmara Municipal de Loures no âmbito do Centenário da formação deste Município (1886-1986), cuja comissão de honra integrou os Presidentes das Juntas de Freguesia de Caneças (Maria Amélia Figueiredo), de Odivelas (António Gonçalves), da Pontinha (Manuel João Saraiva), da Póvoa de Stº Adrião (João Henriques Coelho), os representantes do Centro de Saúde de Odivelas (Dr. Fernando Silva), a Delegação Escolar de Caneças (Dr. José Garcia Dutra), o Regimento de Engenharia, o Centro Escolar Republicano «Tenente Valdez», a Sociedade Musical e Desportiva de Caneças e a Sociedade Musical Odivelense.

No primeiro volume da obra «Loures, Tradição e mudança» é publicado um estudo sobre o conjunto de mudanças que o concelho sofreu desde a sua formação, em 1886, onde se desenha importantes aspetos do território que hoje é o concelho de Odivelas. O segundo volume inicia-se com o 4 de Outubro de 1910, refletindo sobre múltiplos aspetos da implantação da República, da caracterização da situação económica e social da população do concelho e das suas diversas freguesias e igualmente as marcas da resistência e luta do movimento operário a partir das fábricas sedeadas no concelho de Loures. Nele encontramos registos relativos à caracterização económica, social, populacional das freguesias que vieram a integrar o novo Município de Odivelas.

Não encontramos esta dimensão da histórica local na política municipal, uma política que associe uma consistente e coerente intervenção na defesa e valorização do conjunto do património histórico e de interesse municipal do concelho à valorização das raízes históricas e sociais dos que a fizeram e fazem todos os dias: o povo de Odivelas.

Os vereadores da CDU consideram que **passados quinze anos da criação do Concelho de Odivelas torna-se necessário alargar o histórico local**, incorporando-lhe, designadamente, muitas histórias de vida que são exemplo de resistência ao fascismo, de luta pela liberdade e democracia, que estabeleça o retrato da evolução deste território de rural a urbano, as duras condições de vida dos trabalhadores e da sua população, a importância da Revolução de Abril e o papel desenvolvido pela importante e decisiva participação popular – de homens e mulheres – em comissões de bairros e de melhoramentos, em coletividades de cultura e desporto e o papel do poder local democrático.

E, por isso, apresentaram à Câmara Municipal de Odivelas um conjunto de propostas:

- ✓ **No âmbito do aniversário do Município de Odivelas** é necessário dar relevo a mulheres e homens que são exemplos de resistência ao fascismo e de participação após a Revolução de Abril;
- ✓ **Criar o Arquivo da Memória Oral** dando início a um processo de recolha de testemunhos relativos a este período da história local e nacional e que venha a ser disponibilizado à população através da **criação de um Centro Interpretativo da Oralidade**.
- ✓ **Criar um Núcleo Museológico da História Local** que se complemente e articule com outros polos existentes e a criar, como é o caso do Núcleo Museológico do Posto de Comando do MFA, na Pontinha, e com os projetos existentes de criação do Centro Interpretativo da Água, em Caneças.

Estas propostas devem ganhar centralidade na política municipal na área do património cultural, contando com o contributo qualificado dos técnicos da CMO que intervêm nesta área, e envolvendo muitos dos que foram obreiros neste período da história, promovendo o interesse de investigadores e desenvolvendo linhas de estímulo e de apoio à intervenção das Juntas de Freguesia e das coletividades, entre outros.

As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril que este ano tiveram lugar **devem constituir uma oportunidade** que permita estimular o conhecimento, o interesse e a divulgação do contributo do Povo de Odivelas para este período da história do concelho. Este é o nosso contributo!

8. BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Ana, «Ocupação do Bairro do Bom Sucesso em Odivelas, por 48 famílias de barracas», Editora Afrontamento, 1972;
- CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, «Loures Tradição e Mudança, I Centenário da Formação do Concelho - 1886-1986 », II Volume, 1986;
- CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS, «Habitação Social - Informação Estatística», Outubro de 2013;
- CEDEFOP – Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, «o Sistema Educativo e o seu desenvolvimento»
- FERNANDES, Carla Varela et al., «Actas dos Encontros Sobre D. Dinis em Odivelas», Coleção Patrimónios, Edições Colibri/CMOdivelas, 2011;
- FERREIRA, Miguel Sousa, Dissertação «Odivelas - Contributo para o estudo de uma política patrimonial e museológica concelhia», FCSH- Universidade Nova de Lisboa, 2009;
- GALIZA, Chico «Aconteceu», publicado por Câmara Municipal de Alpiarça, 2013;
- MUNICÍPIO DE ODIVELAS - Comissão Instaladora, «António Lino, 1914-1996», Divisão de Cultura e Património Cultural, 2000;
- PEDRO, Rogério e Delídia, Rui André, «Odivelas - Diálogo de Gerações», Coleção Patrimónios, edição Município de Odivelas - Comissão Instaladora, 2000;

- PEIXEIRA, Luís de Sousa, «Feiras e Mercados de Odivelas», Coleção Patrimónios, Edições Colibri/CMOdivelas, 2010;
- SIMÕES, João Miguel, «Odivelas, Monumento do Senhor Roubado», Coleção Patrimónios, edição Município de Odivelas - Comissão Instaladora, 2000;
- TOMÉ, Manuela Maria Justino, «Odivelas, Um mosteiro Cisterciense», Coleção Patrimónios, edição Município de Odivelas - Comissão Instaladora, 2001;
- VAZ, Maria Máxima, «O Concelho de Odivelas- Memórias de um Povo», edição do Município de Odivelas - Comissão Instaladora, Novembro de 2000;
- « A Revolução Republicana de 1910 na história da luta do povo português», edição PCP, 2010;
- Jornal «Avante!», nº 448, Dezembro de 1972;
- «Objeto do Mês: Setembro de 2007 a Dezembro de 2008», Edição Camara Municipal de Odivelas, , Divisão de Cultura, Turismo e Património Cultural, 2011;
- Revista «Loures Municipal», Janeiro de 2013;
- Revista «O Militante», Edição nº329, Março/Abril de 2014.